

PAO 2022

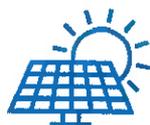
Plano de Atividades e Orçamento 2022



Mercado de
Combustíveis



Energia
Elétrica



Energias
Renováveis



Gás Natural



Biocombustíveis



Reservas
Petroliíferas



**Portugal
Energia**

Ficha técnica

TÍTULO

Plano de Atividades
e Orçamento 2022

EDIÇÃO

Entidade Nacional para o
Setor Energético, E.P.E.

CONCEÇÃO E COORDENAÇÃO

Unidade de Administração Geral
Departamento Financeiro e dos Recursos Humanos

SEDE

Estrada do Paço do Lumiar
Campus do Lumiar, Edifício D-1º Andar
1649-038 Lisboa

CENTRAL DE ARMAZENAGEM

Rua Infante Dom Henrique, nº 67
São João da Caparica
2825-456 Costa da Caparica

CONTATOS

geral@ense-epe.pt
Telef. 213 114 140
Nº verde 800 914 146

PÁGINA OFICIAL

www.ense-epe.pt

DATA DA EDIÇÃO

01 de setembro de 2021



Índice

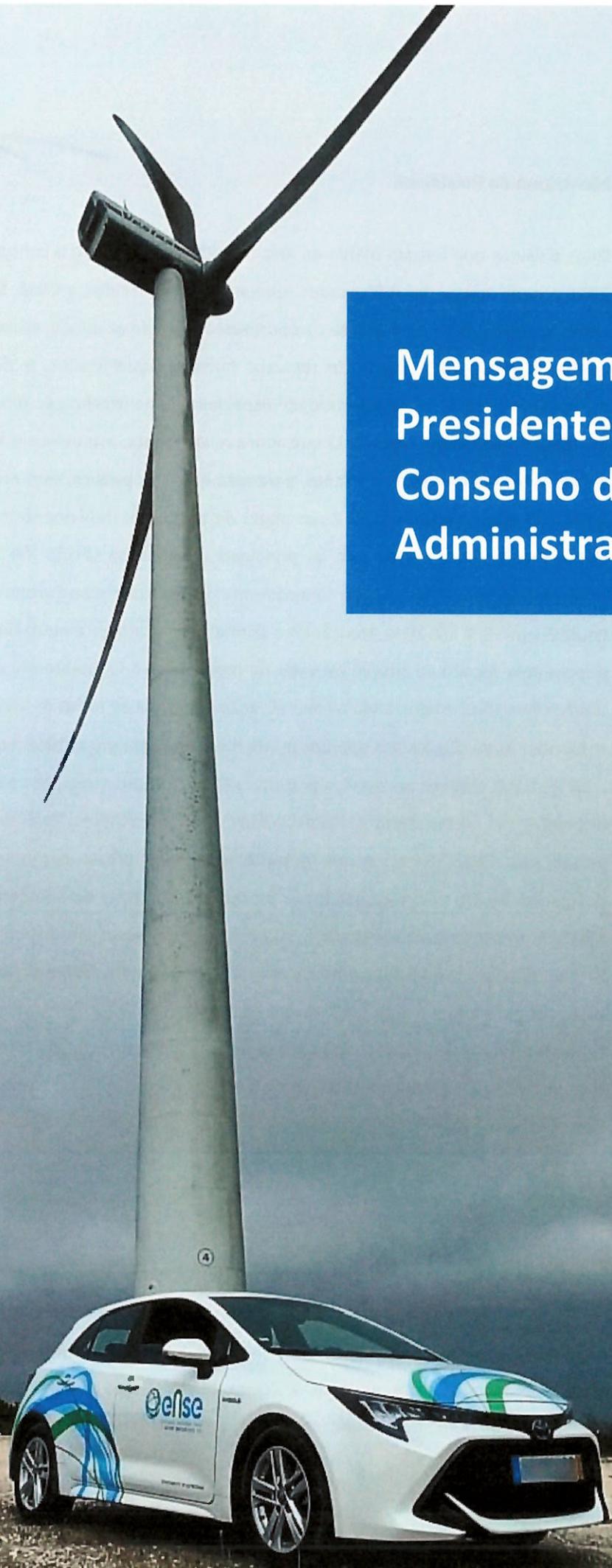
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração.....	5
1. Apresentação e enquadramento.....	8
1.1. Apresentação da ENSE, E.P.E. e sua Estrutura Organizacional.....	9
1.2. Missão, visão e valores.....	11
1.3. Principais atribuições.....	11
2. Política de Responsabilidade Social.....	14
2.1. Responsabilidade Social.....	15
2.2. Sustentabilidade Ambiental.....	16
2.3. Sustentabilidade social.....	17
3. Plano de Atividades para 2022.....	20
3.1. Linhas estratégicas 2021/2024.....	21
3.2. Objetivos estratégicos para 2022.....	21
3.3. Linhas de força para 2022.....	22
3.4. Principais atividades por Unidade.....	26
3.4.1. Unidade de Reservas Petrolíferas (URP).....	26
3.4.2. Unidade de Controlo e Prevenção (UCP).....	29
3.4.3. Unidade de Administração Geral (UAG).....	31
4. Gestão económica e financeira.....	33
4.1 Notas prévias / Coordenadas de leitura.....	34
4.2 Orçamento para 2022 (Unidades).....	36
4.2.1 Unidade de Reservas Petrolíferas (URP).....	36
4.2.2. Unidade de Controlo e Prevenção (UCP).....	43
4.3. Orçamento para 2021 (Global).....	47
4.3.1. Demonstração de Resultados.....	48
4.3.2. Balanço.....	52
4.3.3. Demonstração de Fluxos de Caixa.....	55



4.3.4. Plano de Investimentos (2021-2024)	57
4.4. Princípios Financeiros – Referências para 2022	78
4.4.1. Eficiência Operacional	78
4.4.2. CMVC	79
4.4.3. FSE	79
4.4.4. Gastos com o Pessoal	80
4.4.5. Volume de Negócios	81
4.4.6. Peso nos Gastos	81
4.4.7. Deslocações e Alojamento	81
4.4.8. Ajudas de Custo	82
4.4.9. Gastos com a frota automóvel	82
4.4.10. Serviços de Consultoria, Estudos e Pareceres	83
4.4.11. Quadro de Recursos Humanos	84
4.4.12. Recursos Humanos	85
5. Síntese conclusiva	89



**Mensagem do
Presidente do
Conselho de
Administração**



Handwritten signature

Mensagem do Presidente

Duas palavras que deixam marca no ano de 2021: crescimento e consolidação. E marcam o ano de 2021 porque apesar das dificuldades sobejamente conhecidas, a ENSE, E.P.E. executou, na íntegra, o plano de atividades com o qual se comprometeu junto do acionista, iniciando o exercício de 2022 com confiança redobrada, dotada de recursos humanos qualificados, e de um corpo normativo que consolida a ENSE, E.P.E. como entidade especializada na fiscalização do setor energético. O plano de atividades e orçamento para 2022 que agora se apresenta, estabelece mais uma vez metas ambiciosas para o setor energético, e, portanto, para esta empresa pública, sem onerar o orçamento suportado pelos operadores de mercado. É um plano de atividades duplamente focado na criação de valor, e claramente comprometido com os principais desafios do século XXI em termos energéticos, em particular no que diz respeito ao cumprimento da meta da União Europeia (UE) de reduzir as emissões líquidas em 55 % até 2030, traçando o caminho para atingir a neutralidade carbónica até 2050. E é duplamente focado na criação de valor na medida em que, mantendo os valores orçamentados nos últimos três anos, e apostando na digitalização integrada de todos os serviços, a ENSE, E.P.E. consegue responder às exigências dos operadores de mercado, com um reduzido quadro de RH. Por outro lado, a ENSE, E.P.E. fornece um serviço gratuito a todas as empresas que operam no mercado da energia, através de um acesso digital único a diversos serviços do Estado. Falamos do balcão único da energia, gerido pela ENSE, E.P.E., e que permite que as empresas cumpram, de forma centralizada e desmaterializada, as obrigações legais de reporte de dados de comércio aos mais diversos serviços públicos, evitando o envio repetido, ou até em alguns casos em diversos formatos, para mais de um serviço público; sendo esta uma medida de simplificação administrativa e de desburocratização, essencial para um mercado hiperativo e em rápida evolução. Por outro lado, e como é consabido, o futuro do setor energético é caracterizado por imparáveis avanços tecnológicos e novos desafios ao nível do transporte e disponibilização de energia ao consumidor, o que vai obrigar a uma adaptação das entidades com competência de supervisão setorial, como é o caso da ENSE, E.P.E.; avanços estes que não deixam margens para velhas formas de atuar, a que só uma constante modernização de procedimentos pode dar resposta cabal, antecipando, inclusive, novas tendências de mercado, como sendo os combustíveis sintéticos e o autoconsumo de energia renovável (apenas para citar duas tendências atuais), e que têm merecido toda a atenção desta entidade pública, bastando para tal ter em linha de conta o novo pacote legislativo da UE referente à energia e ao clima, ainda em forma de proposta (o já designado: “Fit for 55 package”). São pois novas formas de atuar num mercado dinâmico, novas formas de gerir a “coisa pública”, novas formas de relacionamento entre os operadores de mercado e os consumidores, que vão ditar o sucesso das organizações. E a ENSE, E.P.E.

está ciente desta rápida transformação, e está preparada e empenhada para atuar neste novo contexto, assegurando, por um lado, a segurança energética através da gestão das reservas estratégicas e de emergência nacionais, e em simultâneo assegurar, quer aos operadores de mercado, quer aos consumidores, que a transição de reservas físicas de combustíveis derivados do petróleo, para novas formas de armazenar energia, segue os mais elevados parâmetros em matéria de segurança energética, garantindo, em última instância, que a energia – independentemente da sua fonte –, não falta na casa dos portugueses, e não falta ao motor da economia nacional, as empresas. É, pois, a continuidade de uma gestão criteriosa da empresa, a continuidade dos planos de atividade e orçamentos elaborados de forma consistente, e executados na sua perfeição, que permitem, ano após ano, o cumprimento das metas, e o cumprimento da nossa importante missão. E o ano de 2022 não será exceção, muito pelo contrário, será mais uma vez a regra e a missão.

Para tudo isto, e como sempre, contamos com a experiência de uma equipa altamente qualificada e motivada, que vai continuar a escrever a história de êxito da ENSE, E.P.E., garantindo o desenvolvimento e a segurança energética nacional; equipa que merece o meu mais profundo agradecimento.

Filipe Meirinho
Presidente do Conselho de Administração





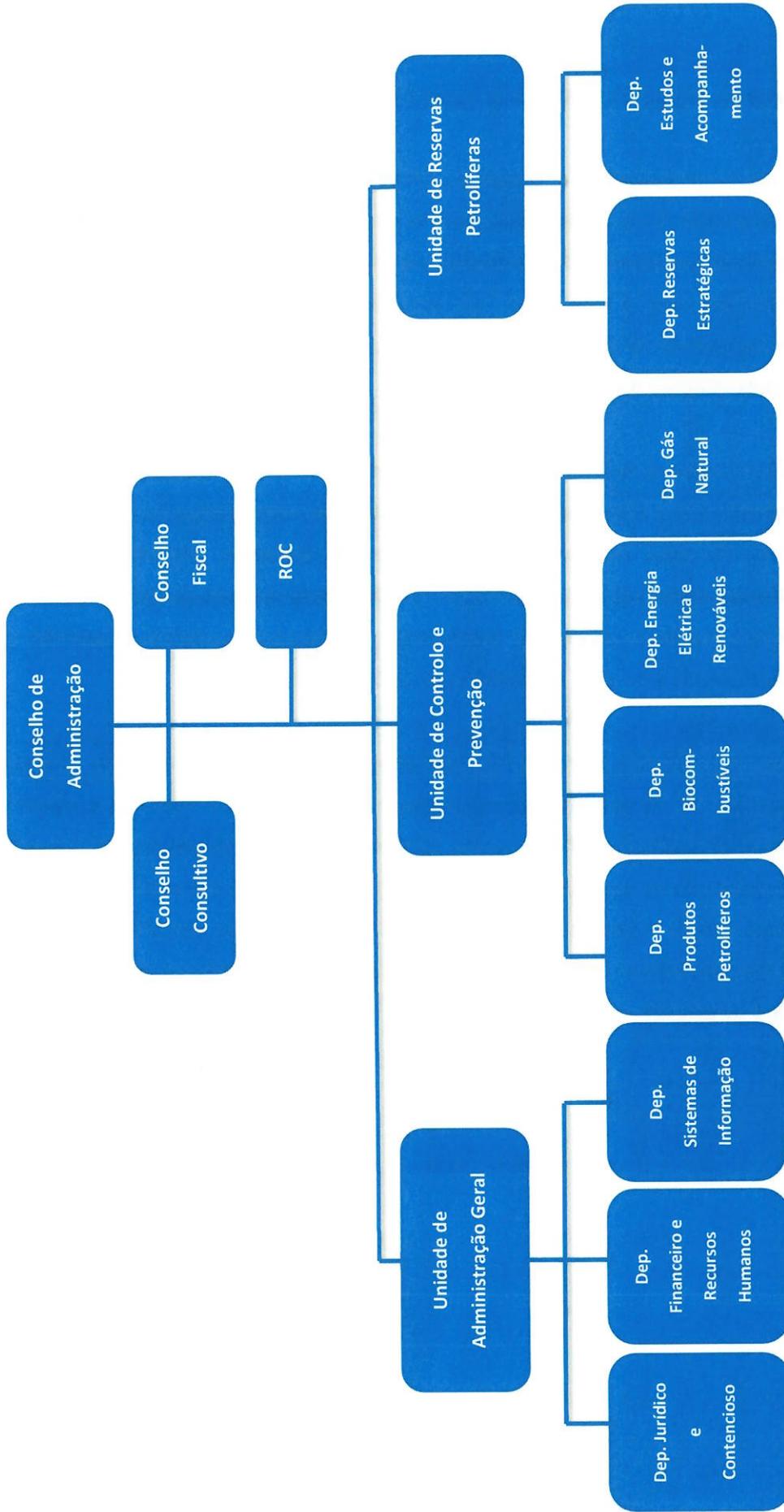
1. Apresentação e enquadramento

1.1. Apresentação da ENSE, E.P.E. e sua Estrutura Organizacional

A Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E., abreviadamente designada por ENSE, E.P.E., é uma pessoa coletiva de direito público, com natureza empresarial, criada pelo Estado (acionista único) para prossecução dos seus fins, conforme disposto no artigo 56º Decreto-Lei no 133/2013, de 3 de outubro, na redação em vigor. A ENSE, E.P.E. tem autonomia administrativa, financeira e patrimonial, não estando dependente do Orçamento de Estado para garantir o respetivo financiamento, cujas receitas resultam da atividade da própria empresa.

Em 2018 os estatutos da ENSE, E.P.E. sofreram uma alteração profunda (Decreto-Lei nº 69/2018, de 27 de agosto), com a atribuição a esta entidade pública de competências em matéria de fiscalização e supervisão de todas as áreas do setor energético, mantendo, adicionalmente, as respetivas competências específicas de (ECA) entidade central de armazenagem, na constituição e manutenção da parcela considerada estratégica das reservas de segurança nacionais de petróleo e produtos petrolíferos, sendo esta, aliás, a atividade core da ENSE, E.P.E.

Assim, e como vem dito, a ENSE, E.P.E., rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades previstas nos seus estatutos, alterados e republicados pelo Decreto-Lei nº 69/2018, de 27 de agosto. Esta empresa apresenta um modelo organizacional, tal como apresentado no organograma infra, previsto no artigo 19º-A dos seus Estatutos, bem sabendo que a organização e funcionamento das unidades internas estão estabelecidas em regulamento interno (Regulamento nº 35/2019, de 5 de dezembro de 2018, publicado no Diário da República, 2ª Série, de 9 de janeiro).



1.2. Missão, visão e valores

Missão

- **A ENSE, E.P.E.** tem como missão assegurar a correta gestão e manutenção das reservas estratégicas e de emergência do Estado Português, garantindo, ademais, a fiscalização de todo o setor energético nacional.

Visão

- **A ENSE, E.P.E.** pretende manter-se como entidade de referência especializada na fiscalização do setor energético, garante do regular funcionamento deste setor e do acesso a combustível em caso de crise energética.

Valores

- **Independência e rigor**
Independência e equidistância relativamente a todas as entidades com que se relaciona.
- **Imparcialidade e legalidade**
Princípios que regem a atividade de fiscalização do setor energético.
- **Inovação e qualidade**
Procuramos atuar com eficácia, entusiasmo e vontade de inovar.

1.3. Principais atribuições

As principais atribuições da ENSE, E.P.E. são, atualmente, as que se elencam *infra*, sendo certo que esta Entidade ajustar-se-á aos futuros desafios decorrentes da necessidade de uma maior abrangência de atribuições em face das necessidades de mercado.

Constituir as reservas estratégicas nos termos previstos no artigo 11.º do decreto-lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro.

Celebrar contratos económicos internacionais no âmbito do aprovisionamento no mercado internacional de petróleo e de produtos de petróleo.



Celebrar contratos para a manutenção, à sua ordem, de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que sejam propriedade de terceiros.

Gerir diretamente ou celebrar contratos com operadores económicos, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área da energia, para gestão de reservas.

Colaborar na execução da política de gestão das reservas dos produtos petrolíferos definida pelo Governo.

Monitorizar as reservas dos produtos petrolíferos, solicitando aos operadores obrigados as informações previstas na lei e a manutenção de um registo atualizado das reservas de segurança.

Fiscalizar a atividade económica desenvolvida no setor energético.

Fiscalizar os locais onde se proceda a qualquer atividade económica desenvolvida no setor energético, incluindo instalações e outros bens móveis e imóveis afetos à atividade económica desenvolvida no setor energético, aqui se incluindo as atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e as unidades de micro e pequena produção.

Fiscalizar o cumprimento do regime jurídico das instalações elétricas de serviço particular alimentadas pelas redes do Sistema Elétrico de Serviço Público em média, alta, muito alta ou em baixa tensão, e das instalações com produção própria, de carácter temporário ou itinerante, de segurança ou de socorro, sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outras entidades.

Fiscalizar as instalações e o cumprimento do regime dos gases combustíveis em edifícios, adiante designadas por instalações de gás, e dos aparelhos que aquelas abastecem, com exceção dos aparelhos alimentados diretamente por garrafas gás colocadas no local do consumo, sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outras entidades.

Fiscalizar o mercado dos combustíveis, designadamente as práticas adotadas e preços, sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outras entidades.

Fiscalizar a execução e o cumprimento das obrigações das concessionárias e das licenciadas no âmbito dos contratos e das licenças atribuídos no setor da energia.

Fiscalizar o cumprimento dos limites de teor de enxofre nos combustíveis líquidos derivados do petróleo e, em geral, o cumprimento das especificações e da qualidade dos combustíveis.

Fiscalizar o acesso de terceiros a instalações de armazenamento, transporte e distribuição de produtos de petróleo e de GPL canalizado.

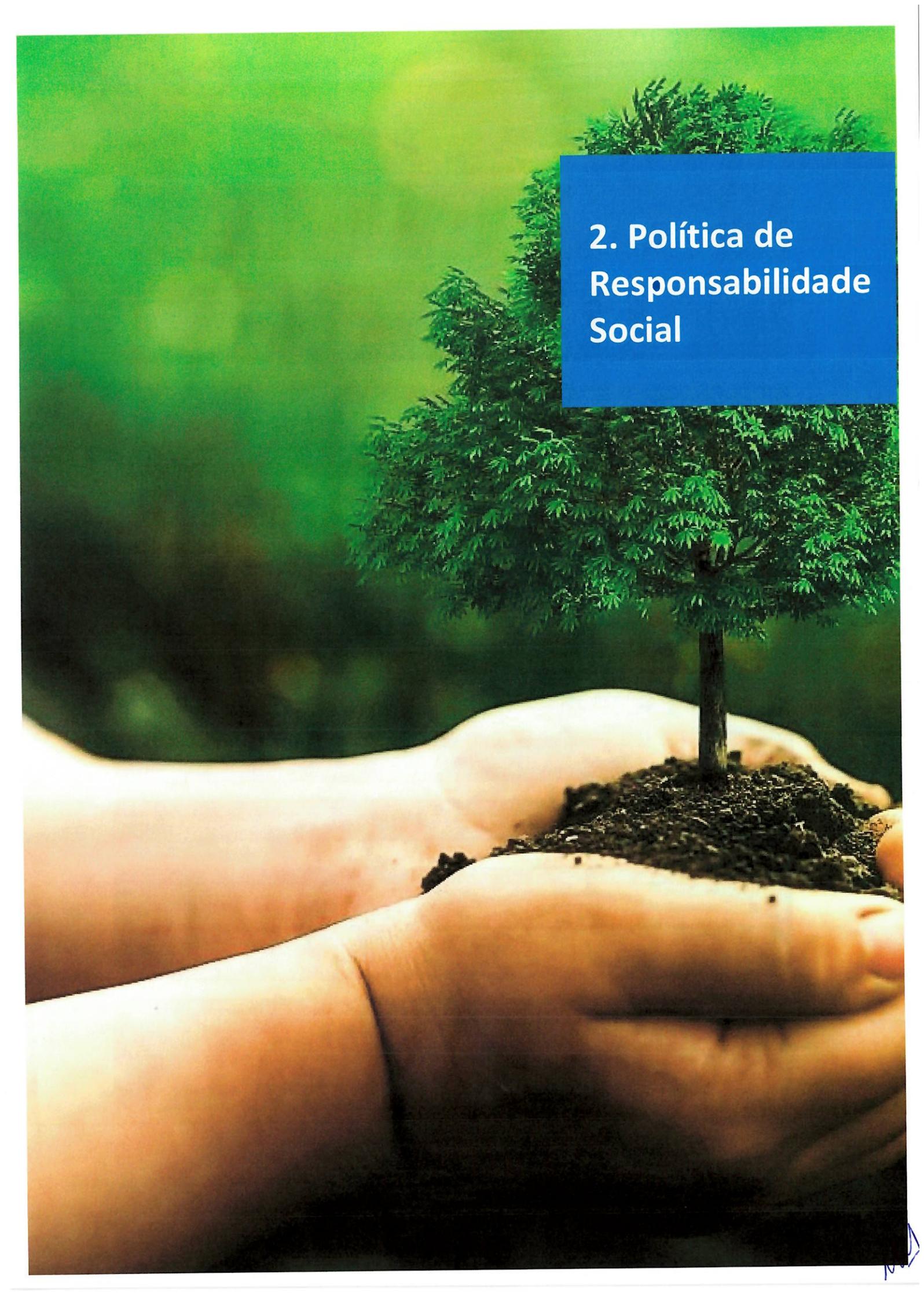
Fiscalizar e controlar a qualidade dos carburantes fornecidos para consumo e promoção da segurança técnica.

Fiscalizar e instaurar os processos de contraordenação relativos ao não cumprimento da obrigatoriedade de existência e disponibilização do livro de reclamações nos estabelecimentos de fornecimento de bens ou prestação de serviços que exerçam atividades no setor da energia.

Averiguar e avaliar as causas dos acidentes no setor da energia.

Verificar o cumprimento das normas de promoção da utilização de biocombustíveis, o cumprimento das obrigações dos produtores e dos incorporadores de biocombustíveis, bem como proceder à emissão e cancelamento de títulos de biocombustíveis.

Verificar o cumprimento das metas nacionais obrigatórias de incorporação de biocombustíveis, garantindo que estas serão cumpridas numa base trimestral, contribuindo, assim, para as metas obrigatórias europeias definidas no âmbito da União da Energia.

A pair of hands is shown from the bottom, cupping a mound of dark soil. A small, vibrant green tree with a thin trunk and a full canopy of leaves grows out of the soil. The background is a soft, out-of-focus green, suggesting a natural setting. In the upper right corner, there is a blue rectangular box containing white text.

2. Política de Responsabilidade Social



2.1. Responsabilidade Social

Apesar dos tempos excecionais, que resultam das consequências da crise pandémica e dos seus efeitos recessivos na atividade económica por todo o mundo, o contexto mundial de funcionamento das sociedades e o seu processo de adaptação e ajustamento num contexto de objetivo de descarbonização, não altera, ainda, sobremaneira as projeções que reafirmam que o petróleo continuará a ser, por várias décadas, a principal fonte de energia primária. Consequentemente, a necessidade de existência de reservas de segurança dos respetivos produtos, para além do cumprimento da diretiva comunitária e das obrigações legais inerentes, deve continuar a ser vista como um reforço da garantia do normal desenvolvimento da vida económica e social, assegurando uma capacidade de resposta adequada a eventuais cenários de disrupção do normal funcionamento do setor petrolífero. Neste sentido, a existência de reservas de segurança de derivados de petróleo – com o atual modelo organizativo - contribui para assegurar a segurança de abastecimento, a normalidade da qualidade de vida da sociedade, mantendo a economia a funcionar e o bem-estar das populações.

No âmbito das competências estatutárias da ENSE, nomeadamente quanto ao controlo da qualidade dos combustíveis, são recolhidas amostras em todo o território nacional para análise. Após a publicação dos resultados analíticos e cumprido o prazo estabelecido para devolução da amostra, a ENSE, E.P.E. procede à doação das mesmas, a instituições de solidariedade social legalmente reconhecidas, bastando o seu registo através do seu site oficial no seguinte endereço: <https://www.ense-epe.pt/inscricao-de-instituicoes-de-solidariedade/>

Estas amostras recolhidas no âmbito do processo de controlo de qualidade dos combustíveis, e não utilizadas na análise, são habitualmente disponibilizadas, mediante sorteio, que decorre de forma aleatória, por via informática e, na presença do júri, constituído por três trabalhadores da ENSE.

Nos últimos anos, a ENSE, E.P.E. procedeu, já, a cerca de uma dezena de doações a instituições tais como a CERCIOEIRAS (2016), a APCE – Associação de Paralisia Cerebral de Évora (2018) e a Associação de Apoio à Criança do Distrito de Castelo Branco (2019). Embora em 2020, devido à pandemia provocada pelo SARS COV-19, não tenha sido possível dar continuidade ao processo de doação das amostras de combustível a instituições de solidariedade social legalmente reconhecidas, a entidade conseguiu retomar esta ação em 2021, beneficiando o Centro de Recuperação Infantil de Benavente (CRIB) com a doação de cerca de 500 litros de combustível, no passado mês de julho.



A ENSE, E.P.E. continuará a promover uma relação positiva que ajude a alavancar a intervenção social e operacional no meio envolvente às suas instalações, sendo exemplo disso o Protocolo com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Trafaria, entidade parceira na formação e promoção da prevenção e segurança das instalações da PolNATO, através do qual a ENSE, E.P.E. contribuiu para a aquisição de equipamentos de proteção individual para esta corporação com o objetivo de reforçar a proteção de pessoas e bens.

As organizações que demonstram de forma inequívoca a sua responsabilidade do ponto de vista social, com comportamentos que promovem o bem-estar social, quer na dimensão externa, quer na dimensão interna, também colhem benefícios, tais como entre outros, o aumento do reconhecimento público, o fortalecimento das relações com os *stakeholders*, a atração e retenção do capital humano qualificado. Consciente desta realidade, a ENSE, E.P.E. reconhece que os aspetos sociais e ambientais são condição essencial para um desempenho de excelência.

2.2. Sustentabilidade Ambiental

A nível externo, o principal vetor onde a ENSE, E.P.E. continua a promover a sustentabilidade ambiental é na área dos Biocombustíveis.

Procura-se promover a utilização de combustíveis de origem renovável nos transportes rodoviários, assegurando a fiscalização do cumprimento das metas nacionais de reduções de emissões de Gases com Efeito de Estufa e a sustentabilidade do biocombustível comercializado segundo critérios europeus bastante restritos.

O decreto-Lei n.º 8/2021, de 20 de janeiro, procedeu à atualização das metas de incorporação de biocombustíveis, incluindo os avançados, nos combustíveis rodoviários em território nacional para o ano de 2021. O cumprimento das novas metas definidas continuará em 2022 a ser escrupulosamente monitorizado pela ENSE.

No quadro da implementação das políticas de sustentabilidade, a ENSE, E.P.E. é membro do Regime Voluntário ISCC (*International Sustainability and Carbon Certification*), sendo este um sistema de certificação mundial da matéria-prima e mercados. No mercado da Energia, certifica Biocombustíveis,

combustíveis de carbono reciclado e combustíveis renováveis de origem não biológica, biogás/biometano, biolíquidos e biomassa sólida. O ISCC está em conformidade com a Diretiva de Energia Renovável (RED) e a Diretiva de Qualidade de Combustível (FQD) da Comissão Europeia.

A nível interno ENSE, E.P.E. procura acolher as melhores práticas em matéria de proteção e defesa do ambiente, estimulando uma cultura de empresa atenta às exigências inerentes à imperiosa necessidade de garantir a sustentabilidade ambiental do planeta, designadamente através da:

- ✓ Implementação de política de **“Zero-Papel”**:
 - Tramitação em exclusivo de processos administrativos através de uma plataforma de gestão documental – filedoc;
 - Operações de fiscalização, levantamento de autos e tramitação de contraordenações.
- ✓ Aplicação da RCM 141/2018 de 26 de outubro de 2018 - promove uma utilização mais sustentável de recursos na Administração Pública através da redução do consumo de papel e de consumíveis em plástico;
- ✓ Locação operacional de viaturas híbridas;
- ✓ Recurso a empresas especializadas em reciclagem, nomeadamente, no tratamento e recolha de consumíveis, toners e de material/equipamento informático.

2.3. Sustentabilidade social

a) Formação

A ENSE, E.P.E. reconhece a importância da formação profissional dos seus trabalhadores quer para a sua valorização profissional, quer para a manutenção de adequados níveis de eficiência e de competência técnica dos seus recursos humanos.

Atendendo à especificidade das funções e à necessária crescente credibilização da ENSE, E.P.E. junto dos operadores económicos, que muitas vezes recorrem a patrocínios de sociedades de advogados especializadas no sector, a ENSE, E.P.E. promove ações de formação quer interna, quer externa, essencial para continuar a responder de futuro às necessidades das atribuições desta Entidade.

As ações de formação devem obedecer cumulativamente aos seguintes princípios:

- ✓ Contribuir para a valorização profissional dos seus trabalhadores;

- ✓ Estar em consonância com os objetivos de gestão e da missão da ENSE, E.P.E.

A deteção de necessidades de formação resulta da análise das Unidades e, em conjunto com os seus colaboradores, e em função das necessidades identificadas, é elaborado o Plano Anual de Formação, especificando as ações previstas, destinatários, objetivos propostos, calendarização e a estimativa de custos. Para 2022, a ENSE, E.P.E. continua a investir fortemente na formação dos colaboradores, na estrita medida da resposta necessária aos novos desafios técnicos que as inovações tecnológicas do setor energético colocam a cada dia que passa.

b) Medicina no trabalho

O serviço de Medicina no Trabalho tem vindo a desenvolver esforços no sentido de promover a saúde no trabalho e prevenir doenças e acidentes, contribuindo-se, assim, para o aumento da segurança, da produtividade e da satisfação profissional.

Ainda nesta vertente, cumpre-se o estabelecido na Lei nº102/2009, de 10 de setembro (regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho) na versão atualizada:

- ✓ Solicitar à empresa de medicina no trabalho contratada pela ENSE, E.P.E. a marcação de exames/ consulta médica de admissão;
- ✓ Marcar exames médicos periódicos (anuais para os trabalhadores com idade superior a 50 anos; bienais para os restantes trabalhadores);
- ✓ Agendar exames médicos ocasionais (i) sempre que haja alterações substanciais nos componentes materiais de trabalho suscetíveis de efeitos nocivos à saúde do trabalhador, e (ii) nos casos de regresso ao trabalho depois de ausências superiores a 30 dias por motivo de doença ou acidente.

c) Identificação de Políticas de Recursos Humanos

Num organismo em que a especificidade técnica é crescente, aliada à própria evolução e constante inovação do mercado petrolífero e do setor energético, os recursos humanos assumem-se cruciais e constituem um fator de diferenciação na ENSE, E.P.E.

Por forma a auxiliar a política de gestão de recursos humanos, existem na ENSE, E.P.E. todo um conjunto de ferramentas claras, transparentes e disponíveis a todos os colaboradores. Destacam-se as que foram aprovados no último ano:

- ✓ Regulamento que veio a definir as carreiras e o método de progressão dos trabalhadores e estabelece as regras para o recrutamento de recursos humanos;
- ✓ Regulamento de Avaliação de Desempenho;
- ✓ Código de Boa Conduta para Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho;
- ✓ Código de Conduta e de Ética.

A conciliação entre a vida pessoal/familiar e a vida profissional dos colaboradores é auxiliada na medida do compatível com as exigências de eficiência que impendem sobre o ENSE, E. P.E quanto ao cumprimento da sua missão, sendo que a ENSE, E.P.E. está comprometida a trabalhar num plano que preveja medidas que tornem este desígnio, alvo do Programa de XXII Governo, uma realidade.

Na sequência das novas competências cuja transferência foi formalizada durante os últimos anos, a ENSE, E.P.E. tem vindo a reforçar os seus recursos humanos, condicionada, porém, à competente autorização do acionista Estado, e à disponibilidade de Recursos Humanos com adequação de competências profissionais às necessidades operacionais da ENSE, E.P.E., bem como pela disponibilização de trabalhadores oriundos da Administração Pública, por parte dos organismos de origem em regime de a Cedência por Interesse Público.

d) Prospetiva de atuação no âmbito pandemia provocada pelo vírus SARS CoV-2

O Conselho de Administração da ENSE, E.P.E. em 2020, aprovou um plano de contingência tendente à prevenção dos efeitos da pandemia, com objetivo de segurança e saúde dos trabalhadores, plano que é mantido atualizado para 2022. Isto porque as atividades essenciais desenvolvidas pela ENSE, E.P.E. nunca foram suspensas, nem mesmo nos dias mais difíceis do surto pandémico. Para 2022, a ENSE, E.P.E. mantém o plano (quinzenal) de testagem dos trabalhadores e colaboradores, sendo atribuídos a todos os colaboradores equipamentos de proteção – máscaras, viseira e luvas -, álcool gel instalado em todas as instalações da ENSE, E.P.E., assim como continuará, como medida preventiva, a controlar a temperatura corporal à entrada da sede através de dispositivo fixo (sem registo dos resultados).



3. Plano de Atividades para 2022

FISCALIZAÇÃO
eense
ENTIDADE NACIONAL PARA
O SETOR ENERGÉTICO E RE

3.1. Linhas estratégicas 2021/2024

Nos termos e para os efeitos do disposto no nº 1 do artigo 11º dos Estatutos da ENSE, E.P.E., compete ao Conselho de Administração definir e executar a orientação geral e as políticas de gestão da empresa. Nestes termos, em abril de 2021 foram estabelecidas as Linhas Estratégicas da ENSE, E.P.E. para o triénio 2021/2024¹, tendo em conta o mandato dos atuais administradores. Estas linhas estabelecem um conjunto de medidas e diretrizes relevantes para, em primeiro lugar, garantir o equilíbrio económico da empresa, e em segundo lugar estabelecer as principais *guidelines* para o período em referência, e que são concretizadas anualmente no PAO - Plano de Atividades e Orçamento/2022, a apresentar ao acionista Estado.

Linha estratégica 1	Linha estratégica 2	Linha estratégica 3	Linha estratégica 4	Linha estratégica 5
Afirmar interna e externamente as competências da ENSE E.P.E., através do reforço da fiscalização das diversas áreas do setor energético.	Assegurar a ligação permanente ao setor energético através do Balcão Único da Energia.	Coordenar a segurança energética nacional.	Monitorizar os principais indicadores de execução da ENSE.	Consolidar procedimentos e processos internos, com recurso à ISO 9001.

3.2. Objetivos estratégicos para 2022

Para 2022, são estabelecidos três objetivos estratégicos, que se identificam:

OE 1	OE 2	OE 3
Cumprimento das obrigações nacionais e europeias em matéria das Reservas Petrolíferas Nacionais e segurança energética.	Fiscalização da atividade económica do setor energético nacional.	Garantir o equilíbrio financeiro em total independência do orçamento de Estado.

¹In: <https://www.ense-epe.pt/wp-content/uploads/2021/06/Plano-estrategico-2021-2024.pdf>



3.3. Linhas de força para 2022

Uma vez que o plano de atividade e orçamento da empresa é anual, e sem embargo da definição das linhas estratégicas da ENSE, E.P.E. para o triénio 2021/2024, já acima identificadas, importa estabelecer as principais linhas de força para o ano 2022, e que resultam dos objetivos estratégicos definidos pelo conselho de administração para o ano em referência, a saber:

Para a UAG – Unidade de Administração Geral:

- a) Rigorosa gestão financeira através da realização da contabilidade, gestão de tesouraria, elaboração do Orçamento Plurianual, Relatórios de Execução Trimestral, Relatório & Contas, reporte mensal, trimestral e semestral e consolidação da implementação dos reportes e contabilização no novo normativo de SNC-AP. Continuará, ainda, a ser assegurada, com devida prontidão, a articulação e apoio ao Conselho Fiscal e ao ROC;
- b) Zelar pelo estrito cumprimento integral dos Estatutos desta E.P.E., orçamentado (e executando) um resultado tendencialmente nulo através do apuramento, e execução, de uma prestação unitária que onere, *quantum satis*, os operadores do Sistema Petrolífero Nacional;
- c) Enquadramento e apreciação jurídica-financeira das necessidades aquisitivas, pugnando por um quadro cada vez mais exigente de monitorização das mesmas, transparência e submissão à concorrência de mercado, no estrito cumprimento do CCP;
- d) Promover uma gestão dos recursos humanos, que aposte na capacitação e formação contínua. Manutenção das atividades correntes em tempo, inerentes à gestão da assiduidade, processamento de vencimentos e gestão do processo de avaliação de desempenho e evolução nas carreiras;
- e) Cumprimento pontual das demais obrigações de prestação de informação e reporte na área fiscal, financeira e dos recursos humanos;
- f) Instrução e acompanhamento dos processos de contraordenação instaurados na sequência das atividades de fiscalização, com uma crescente amplitude de atuação alargada aos setores da eletricidade e do gás natural;
- g) Exercer o patrocínio nos casos de litigância processual em que a ENSE, E.P.E. seja parte, com especial destaque para a área dos biocombustíveis;
- h) Responder em tempo e com qualidade aos pedidos de apoio jurídico e de informação internos - por parte do Conselho de Administração, das várias Unidades e Departamentos, no âmbito da sua atividade administrativa (como por exemplo, ao nível dos pedidos de concessão do

- estatuto de operador obrigado) e regulamentar (emissão de regulamentos na área dos biocombustíveis) e externos, e dos vários *stakeholders*;
- i) Responder em tempo e com qualidade aos pedidos de apoio jurídico e de informação externos – analisando e contribuindo para a elaboração de propostas de diplomas legais na área da energia;
 - j) Gerir as infraestruturas da ENSE, E.P.E., a frota automóvel e todo o economato, operacionalizando a extensão do espaço da sede, com criação de uma sala de formação e reuniões e outra sala para cacifos e primando por continuar a garantir a modernização das instalações de armazenagem da PolNATO;
 - k) Diagnosticar e propor melhorias internas ao nível da simplificação dos procedimentos da ENSE, E.P.E., elaborando uma análise global das atividades desenvolvidas, identificando nomeadamente, as atividades, documentação associada, sistemas de informação e de monitorização associados, interação entre unidades orgânicas, duplicação de atividades, constrangimentos, atividades que não acrescentam valor;
 - l) Aposta na definição de uma política da ENSE, E.P.E. que potencie os sistemas de informação melhorando as atividades recorrendo a aplicações internas, utilizadas por todos os colaboradores, sendo promovido o apoio e formação nesta área a todos. Crescente otimização e integração dos diversos sistemas de informação, com recurso a ferramentas e funcionalidades mais eficazes, zelando pela segurança da informação e de todos os equipamentos, prevendo-se para 2022, dotar os sistemas informáticos de medidas segurança impostas pela área da Cibersegurança;
 - m) Melhorar o desempenho energético dos equipamento e instalações a cargo da ENSE, E.P.E., em cumprimento das orientações do acionista.

Para a UCP – Unidade de Controlo e Prevenção:

- a) Execução ao disposto na al. m) do artigo 3.º das disposições estatutárias da ENSE, E.P.E., que estabelece: «Fiscalizar a execução e o cumprimento das obrigações das concessionárias e das licenciadas no âmbito dos contratos e das licenças atribuídos no setor da energia». Tendo em conta os novos contratos que se perspetivam no horizonte, tendo em conta a necessária transição energética, nomeadamente ao nível da eletrificação, hidrogénio e combustíveis sintéticos;
- b) Monitorizar e fiscalizar os operadores do setor petrolífero nacional (SPN), nomeadamente, através de ações de fiscalização à atividade, bem como as ações de colheita de amostras de



- combustível, quer no transporte, na armazenagem e com maior incidência na comercialização; Em simultâneo, na qualidade de entidade central de armazenagem portuguesa, garantir o cumprimento da obrigação de reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolíferos, nomeadamente com a execução de um Plano de recolha de informação, cruzamento de dados com entidades externas, e de fiscalização de todos os operadores obrigados do setor petrolífero nacional;
- c) Garantir a fiscalização dos operadores do setor nacional do gás natural (SNGN), no desenvolvimento das atividades relacionadas com a receção, armazenagem, distribuição e comercialização do gás natural, comprimido (GNC) ou liquefeito (GNL), incluindo-se nestes a componente relativa ao gás natural veicular (GNV);
 - d) Efetuar ações de fiscalização dos operadores do setor elétrico nacional (SEN) no desenvolvimento das atividades relacionadas com a produção, transporte, distribuição e comercialização da energia elétrica, nas suas diversas componentes, bem como a fiscalização e respetivas auditorias de acompanhamento, das garantias e certificados de origem emitidos pela EEGO;
 - e) Especial atenção à implementação e operação de pontos de carregamento de uma instalação elétrica ou integrado na rede de mobilidade elétrica, para o carregamento de veículos elétricos, tendo em linha de conta a rápida expansão do mercado para do setor da mobilidade elétrica, e bem assim as crescentes exigências dos consumidores;
 - f) Garantir a fiscalização aos operadores do setor dos biocombustíveis, produtores e incorporadores, continuando a dar especial atenção aos incorporadores com importação de combustíveis, para os quais se verifica um aumento do incumprimento das metas obrigatórias de incorporação, por falta não só da apresentação dos TdB correspondentes, mas também, devido ao incumprimento do pagamento das compensações, comportamentos esses que geram distorções na livre concorrência de mercado;
 - g) Verificação do cumprimento das metas nacionais obrigatórias de incorporação de biocombustíveis, garantindo que estas serão cumpridas numa base trimestral, contribuindo, assim, para as metas obrigatórias europeias definidas no âmbito da União da Energia;
 - h) Verificar, mediante fiscalização aos operadores, o estrito cumprimento das normas que norteiam a importação, produção e introdução no consumo de biocombustíveis, com a intervenção junto dos operadores através da colheita de amostras de biocombustíveis e o acompanhamento persistente das aquisições a países terceiros, garantindo ainda a correta atribuições de TdB.

Para a URP – Unidade de Reservas Petrolíferas:

- a) Constituição, Gestão, Armazenamento e Supervisão das Reservas Petrolíferas Nacionais assegurando o cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias com um modelo de gestão que optimize a estrutura de custos, mantendo um elevado nível de operacionalidade e possibilidade de mobilização que seja uma garantia para o objetivo estratégico de Segurança Energética e de Abastecimento;
- b) Reformulação do PIURSE e adaptação às novas exigências numa economia pós-pandemia;
- c) Realização de simulacro de acionamento das reservas;
- d) Gestão das Instalações do Depósito PolNATO de Lisboa (DPNL), assegurando as condições de segurança e operação das instalações, e continuando a executar o Plano Plurianual de Investimentos para reforço das condições desta infraestrutura nevrálgica para o cumprimento da função de soberania de constituição de reservas estratégicas de produtos petrolíferos;
- e) Executar em 2022 a rotação do combustível armazenado na PolNATO (quantidades e as melhores metodologias));
- f) Desenvolvimento e Gestão do Balcão Único da Energia com a desmaterialização de processos para com todos os operadores, bem como a realização de Estudos de Monitorização sobre a Evolução de Indicadores Centrais de Atividade do Setor Energético Nacional;
- g) Acompanhamento dos mercados nacionais e internacionais da energia, com a elaboração de notas (diárias/semanais/mensais), aprovadas pelo CA;
- h) No primeiro trimestre de 2022 a UAG conclui a apresentação de um anuário (referente a 2021), sobre as atividades da ENSE, E.P.E., para publicação em formato papel no início de abril/2022;
- i) Reformula os conteúdos do SITE da ENSE, E.P.E. e das redes sociais (semanalmente), com uma nota quinzenal ao CA sobre as alterações efetivadas;
- j) Acompanhar a execução das ações de supervisão/fiscalização às reservas nacionais, conjuntamente com a UCP (linha de força partilhada).

3.4. Principais atividades por Unidade

3.4.1. Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)

I. Monitorização e armazenagem de reservas petrolíferas

- a) Continuar a assegurar com eficácia o papel de Entidade Central de Armazenagem portuguesa, mantendo o cumprimento da obrigação legal nacional e comunitária de constituição e manutenção de reservas de petróleo e produtos petrolíferos, otimizando os procedimentos de monitorização do setor, projeção de trajetórias para a planificação de opções que minimizem os custos operacionais e as prestações unitárias dos operadores obrigados no cumprimento desta importante função de soberania.
- b) Assegurar, em estreita colaboração com a Unidade de Controlo e Prevenção (UCP), a execução do Plano de Fiscalização das Reservas Petrolíferas existentes em Portugal, sejam as que cumprem o objetivo nacional, sejam as que permitem cumprir as obrigações de outro Estado Membro da União Europeia, através de inspeções presenciais às instalações identificadas para validação dos volumes reportados, da adequação das instalações e da qualidade dos combustíveis identificados.
- c) Proceder à Revisão periódica do Plano de Intervenção e Utilização de Reservas de Segurança (PIURS), e concretizar o exercício de simulação durante o 2º semestre de 2022, envolvendo todas as entidades que são membros da Célula de Gestão de Crise Energética (CGCE).

II. Gestão das instalações do Depósito PolINATO de Lisboa (DPNL)

No decurso de 2022, a ENSE, E.P.E. continuará a executar o seu plano plurianual de investimento nas instalações da PolINATO, instrumento fundamental para concretizar as melhorias das condições de segurança, monitorização e operação destas instalações estratégicas a cargo desta unidade, assegurando-se os seguintes vetores de intervenção:

- a) Revisão do sistema elétrico do DPNL;
- b) Intervenção no Manifold da zona II, com melhoria nos equipamentos, sistema de válvulas e construção de uma nova bacia de retenção;

- c) Continuação do projeto de beneficiação do sistema de oleodutos;
- d) Retificação de válvulas existentes e estudo de implementação de novas válvulas de segurança e sua monitorização;
- e) Reabilitação da ETAR;
- f) Reabilitação metalomecânica dos equipamentos dos tanques;
- g) Começar o Plano Plurianual de Rotação do Produto Armazenado.

Alteração/adaptação do quadro de investimentos à luz de relatórios externos que identificaram outras necessidades e prioridades de investimentos que poderão levar a uma reconfiguração e realinhamento estratégico e cronológico da execução das intervenções decididas pelo Conselho de Administração, em colaboração com a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.

III. Gestão do Balcão Único da Energia, estatísticas e divulgação externa

- a) Gerir e Desenvolver o Balcão Único da Energia, com o reforço de novas soluções para os operadores do setor energético nacional melhorando a identificação dos operadores, das suas instalações e dos seus principais indicadores de atividade, ao mesmo tempo que continuaremos a afirmar esta plataforma como o interface centralizado e de utilização gratuita que liga todos os operadores com os organismos públicos deste setor.
- b) Produzir informação estatística rigorosa e qualitativamente relevante que reforce a informação pública prestada através dos nossos canais de informação.
- c) Continuar a desenvolver o website institucional, mas também com a dinamização de mais informações e estudos sobre o setor energético, bem como com a continuação da publicação dos Boletins Diários, RX do Mercado de Combustíveis, Relatórios Semanais e Mensais.
- d) Do ponto de vista social, e recorrendo ao website institucional em combinação com outras novas tecnologias de informação e iniciativas sociais, deverá ser criado um espaço próprio para a informação do cidadão, combatendo a iliteracia energética e promovendo iniciativas de combate à pobreza energética.

IV. Representação comunitária e internacional da ENSE, E.P.E., cooperação e relacionamento institucional

A ENSE, E.P.E. continuará a promover o relacionamento institucional pró-ativo, colaborativo e positivo com os diversos *stakeholders*, designadamente empresas, organismos da Administração Pública, seja ao nível nacional, seja ao nível internacional, nomeadamente através de uma maior relação e de troca de experiência e informações, quer com os parceiros e congéneres europeus da ENSE, E.P.E., bem como através do estabelecimento de Protocolos de Colaboração Institucional e transferência de conhecimento, e através da receção de estagiários.

Em especial, para 2022, cumpre:

- a) Organizar como “Hosting Country”, o Workshop da REFUREC, em Lisboa;
- b) Acompanhar toda a atividade da RELOP - Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Portuguesa, como membro da mesma, e organizar em colaboração com a ERSE a XIII Conferência, em Lisboa;
- c) Continuar a acompanhar toda a atividade desenvolvida pela Agência Internacional de Energia (AIE) e Comissão Europeia, nomeadamente através do representação nos comités técnicos SEQ (Standing Group on Emergence Questions), SOM (Standing Group on the Oil Market) e OCG (Oil Coordination Group), garantindo que a participação da ENSE, E.P.E. assegura uma informação mais completa, mais ponderada e adequada face à realidade portuguesa e do seu tecido empresarial, por forma a garantir que existe plena capacidade de resposta aos pedidos formulados, mas também que alavanque a capacidade de projetar soluções operacionais para os desafios futuros;
- d) Continuar a participar nas reuniões da ACOMES (*Annual Coordinating Meeting of Entity Stockholders*) que é uma plataforma fundamental de obtenção de informações, indicadores de atividade, reflexões e estudos com benchmarking estratégico que conduzam à eventual definição de novas soluções que acrescentem maior capacidade de resposta operacional;
- e) Acompanhar as comissões de eletrotécnicas relevantes no âmbito do sistema português de normalização);
- f) Estabelecer laços de colaboração com a *Corporación De Reservas Estrategicas De Productos Petrolíferos* (CORES), congénere Espanhola da ENSE, por a estabelecer protocolos de segurança ao nível da península Ibérica.



3.4.2. Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)

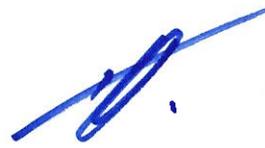
I. Fiscalização e Prevenção do Setor Energético

A UCP, ao longo do ano de 2022, tem o objetivo de continuar a consolidar as atividades especializadas de fiscalização e prevenção do cumprimento da legislação reguladora do exercício de atividades económicas no setor da energia, designadamente nos setores dos combustíveis, do gás de petróleo liquefeito (GPL), dos biocombustíveis, da energia elétrica e do gás natural, desde a sua geração, passando pelo seu armazenamento, transporte e distribuição, até à sua comercialização e consumo final.

O Plano de Inspeção e Fiscalização de 2022 e o Plano de Fiscalização da Lei n.º 5/2019, de 11 de janeiro (regime de cumprimento do dever de informação do comercializador de energia ao consumidor), pautarão o trabalho a desenvolver junto dos operadores relativamente às competências da ENSE, E.P.E., em matéria de fiscalização do setor, onde se prevê a realização de 1.300 ações de fiscalização a operadores e infraestruturas do setor energético, bem como às reservas constituídas por parte dos operadores, culminando na elaboração dos relatórios de fiscalização e dos respetivos procedimentos administrativos e notas de infração aos normativos legais.

Em linha com o desenvolvido nos anos anteriores, o controlo da qualidade dos combustíveis líquidos será também monitorizado, através do cumprimento do plano de colheitas de amostras, onde se prevê a colheita de 225 amostras, de combustíveis rodoviários, das quais 108 estarão incluídas no Sistema Europeu de Controlo da Qualidade do Combustível Rodoviário (FQMS) e a colheita de 25 amostras de combustível naval para avaliação das especificações técnicas e, controlo do teor de enxofre no âmbito da Agência Europeia de Segurança Marítima (EMSA), em colaboração com a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM). Ao nível das reservas detidas pela ENSE, E.P.E., quer em armazenagem própria (PolNATO), quer as armazenadas nos operadores económicos, estas serão alvo de auditoria ao longo do ano de 2022.

No âmbito dos biocombustíveis, o cumprimento das metas de incorporação nacionais obrigatórias nos combustíveis rodoviários, numa base trimestral, das normas de promoção da utilização de biocombustíveis e das obrigações dos produtores e dos incorporadores de biocombustíveis, serão as atividades de fiscalização a destacar durante 2022, complementadas com a emissão e cancelamento de títulos de biocombustíveis, nos termos legais.



Relativamente à eletricidade, o foco estará no cumprimento dos regimes jurídicos aplicáveis ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e à organização dos mercados de eletricidade, das instalações elétricas de serviço particular alimentadas pelas redes do Sistema Elétrico de Serviço Público em muito alta, alta, média ou em baixa tensão e da atividade e infraestruturas da mobilidade elétrica.

Adicionalmente, ao longo de 2022, serão atualizados os procedimentos de fiscalização e prevenção em conformidade com a transição energética do setor, no cumprimento das obrigações das entidades concessionárias e licenciadas no âmbito dos contratos e das licenças atribuídos no setor, nomeadamente ao nível da eletrificação da economia nacional, estratégia nacional para o hidrogénio e a fileira dos combustíveis sintéticos.

II. Investigação de denúncias e reclamações

Compete à UCP averiguar administrativamente as denúncias e reclamações que sejam remetidas à ENSE, E.P.E. no âmbito das suas competências, pelo que para 2022 constitui objetivo desta unidade orgânica:

- a) Averiguar administrativamente todas as reclamações referentes à produção, transporte, distribuição e comercialização de produtos de petróleo, bem como sobre as várias atividades da cadeia de valor do mercado do GPL, no prazo estabelecido na lei (10 dias após registo);
- b) Averiguar todas as reclamações referentes à produção, transporte, distribuição de energia elétrica e carregamento de veículos elétricos, no prazo estabelecido na lei (10 dias após registo);
- c) Averiguar todas as reclamações referentes ao armazenamento, transporte e distribuição de Gás Natural, no prazo estabelecido na lei (10 dias após registo);
- d) Avaliar no terreno as reclamações que, pela sua especificidade e envolvimento, impliquem a intervenção juntos dos operadores, com tramitação em 30 dias;
- e) Promover a segurança de pessoas e bens, e a defesa dos consumidores através da sensibilização das entidades que atuam no setor energético, e do público, para a aplicação da regulamentação técnica de segurança e de qualidade de serviço, e acompanhar o desenvolvimento e a utilização das capacidades de refinação, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de produtos de petróleo, das capacidades de produção, transporte e distribuição de energia elétrica e de armazenamento, transporte e distribuição de Gás Natural.

III. Análise e avaliação das causas dos acidentes

No âmbito da competência de averiguação e avaliação das causas dos acidentes no setor da energia, é objetivo para 2022, pretende-se continuar a formar e especializar os inspetores no sentido de manter e garantir a qualidade da atividade, independentemente da fonte energética em causa, para um apoio eficaz das autoridades judiciais, administrativas ou seguradoras, em caso de sinistro que envolva vítimas.

IV. Gestão do Sistema da Qualidade

Constitui objetivo para 2022, dar continuidade à Acreditação junto do Instituto Português de Acreditação, I.P. (IPAC), continuando a reunir as condições necessárias à manutenção da Acreditação, e criar as condições para extensão da mesma a outras áreas de inspeção (eletricidade e gás natural).

3.4.3. Unidade de Administração Geral (UAG)

I. Contratação pública, apoio jurídico e contencioso e contraordenações

- a) Desenvolver os procedimentos necessários em matéria de aquisição de bens e serviços (observando as normas do Código dos Contratos Públicos e dos princípios da boa gestão);
- b) Manter o apoio jurídico, quando solicitado pelo legislador, na elaboração de diplomas regulamentares e legislativos, de âmbito nacional e europeu, nas áreas da sua competência, bem como na emissão de pareceres acerca de regulamentos emitidos por outras entidades administrativas em matérias da sua intervenção;
- c) Manter, e incrementar, o apoio jurídico ao Conselho de Administração, bem como às várias áreas de atividade da ENSE, E.P.E., através da emissão de pareceres, notas jurídicas interpretativas e de harmonização, e realização de sessões de formação e de debates;
- d) Assegurar o permanente acompanhamento dos processos em fase contenciosa, nomeadamente na área dos biocombustíveis, mas também em outras áreas de atuação de ENSE, E.P.E.;
- e) Proceder à instrução de processos de contraordenação instaurados pela ENSE, E.P.E., e elaborar as respetivas decisões.

II. Gestão de recursos humanos e financeiros



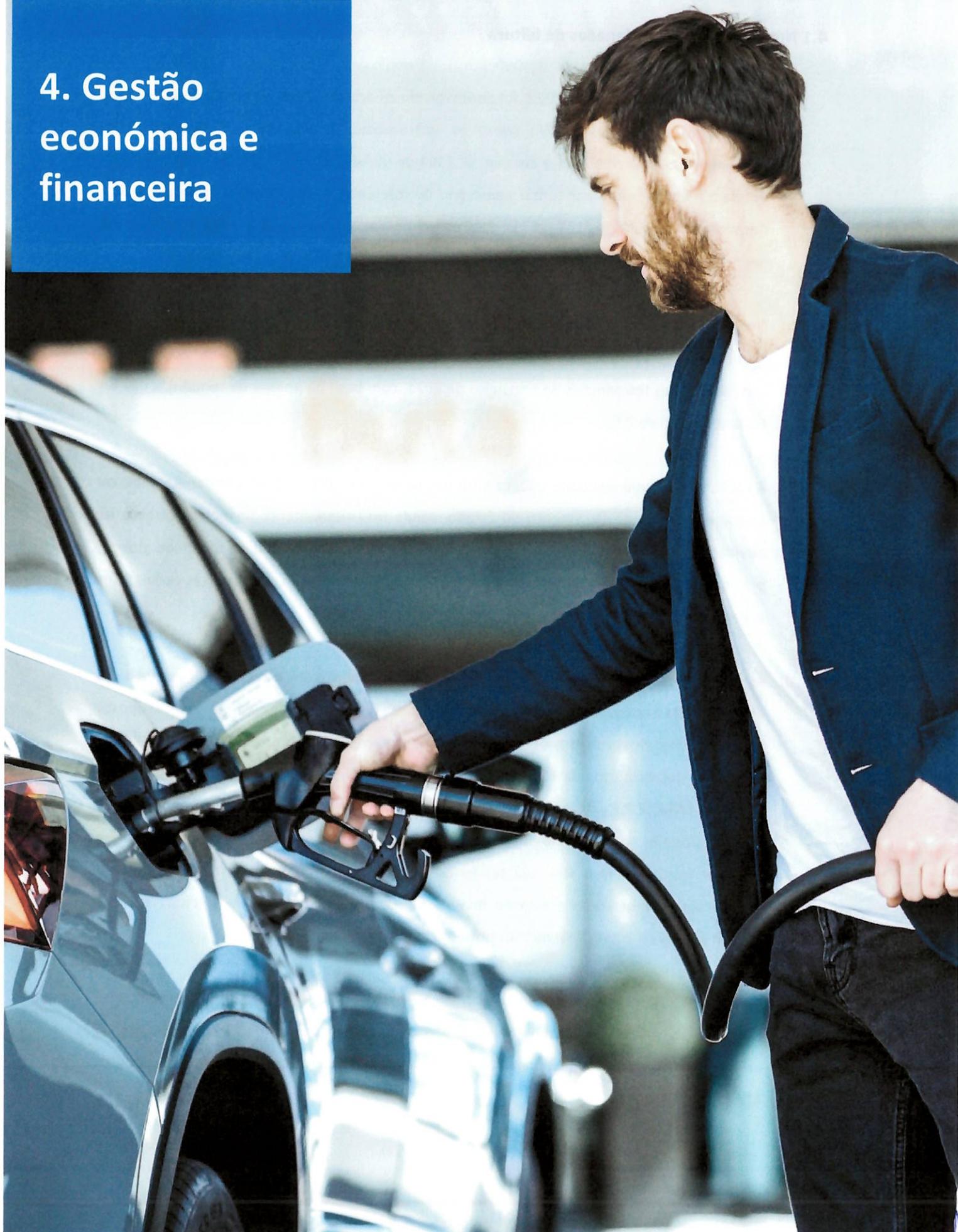
- a) A Unidade de Apoio Geral (UAG) tem na sua incumbência a gestão dos recursos humanos, promovendo a sua capacitação, atento as necessidades de recursos humanos para o pleno cumprimento da missão desta Entidade. Paralelamente serão executadas atividades inerentes à gestão da assiduidade, processamento de remunerações, gestão do processo de avaliação do desempenho e evolução nas carreiras, elaboração de reportes com obrigação legal.
- b) Por outro lado, a gestão financeira será assegurada em absoluto, através da realização da contabilidade, do cumprimento das obrigações fiscais e de outras informações e reports obrigatórios, da gestão da tesouraria, e do apoio prestado ao Conselho Fiscal e ao ROC, destacando-se as seguintes atividades:
- i. Elaboração do Orçamento Plurianual, de Relatórios trimestrais de execução orçamental e do Relatório e Contas;
 - ii. Reporte mensal, trimestral, semestral para a DGTF, DGO, INE, Tribunal de Contas, DGAEP, Secretaria-Geral, entre outros organismos;
 - iii. Consolidação da implementação dos reportes no âmbito do novo normativo contabilístico SNC-AP na plataforma S3CP.

III. *Gestão de sistemas informáticos e de telecomunicações*

Para além das atividades correntes de gestão dos sistemas informáticos e de telecomunicações da ENSE, E.P.E., os projetos de investimento a desenvolver nesta área para 2022 são os seguintes:

- a) Desenvolvimento de Sistemas BI para todas as plataformas informáticas da ENSE;
- b) Aquisição de equipamento redundante, de refrigeração, gerador para Datacenter;
- c) Aquisição material informático ATEX para a atividade de fiscalização;
- d) Novos desenvolvimentos no CCDE;
- e) Aquisição material informático – computadores, acessórios e diverso material;
- f) Aquisição equipamento firewall redundante para as instalações do DPNL;
- g) Renovação da infraestrutura VMWARE e Microsoft;
- h) Desenvolvimento de novas funcionalidades da aplicação de gestão documental FILEDOC.

4. Gestão económica e financeira





4.1 Notas prévias / Coordenadas de leitura

- a) O presente orçamento, para 2022, foi desenvolvido de acordo as instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) sobre os Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG's) rececionados em 02/08/2021 e circular nº 1404 de 02/08/2021 da DGO. De notar que esta entidade pública optou por tomar como ano de referência o ano de 2021 (refira-se que o despacho nº 682/2021 – SET referia essa possibilidade tendo em conta o maior volume de negócios dos anos de 2019 ou 2021 que é superior, em 2021, em cerca de 1.987,6K€).
- b) No cálculo da prestação unitária, para o 1º e o 2º trimestre de 2022, foram consideradas as Introduções ao Consumo (ICs) em 2020 e, para os restantes trimestres de 2022, foram consideradas as Introduções ao Consumo de 2021, com base na análise de tendência das ICs reais até junho de 2021.
- c) A ENSE, E.P.E. é uma entidade pública empresarial que não recebe qualquer transferência ou quaisquer valores do Orçamento do Estado, sendo maioritariamente financiada através da atividade de Entidade Central de Armazenagem (a URP concentra 92% da atividade global), pela qual fatura uma prestação mensal aos operadores, em função das reservas cedidas aos operadores do SPN.
- d) As reservas constituídas pela ENSE, E.P.E. foram financiadas com o recurso ao empréstimo obrigacionista e aos capitais próprios. A orçamentação de cada exercício é feita no pressuposto de apuramento de resultados operacionais nulos, uma vez que, atento o disposto no nº 3 do artigo 23º dos Estatutos da ENSE,EPE estabelece que *«O plano de atividades e orçamento anual da ENSE, E.P.E., deve ser elaborado tendo em vista o objetivo de equilíbrio entre os rendimentos e os gastos da sua atividade corrente»*, isto é, um resultado operacional positivo mas por forma a que o RAI seja tendencialmente nulo, pelo que a empresa cobra aos operadores do mercado a prestação mínima necessária para recuperar os custos em que incorre por via da aquisição e manutenção das suas reservas.
- e) A ENSE, E.P.E. não comercializa petróleo bruto, nem derivados, razão pela qual a (permanente) flutuação do preço internacional de *crude* não tem qualquer influência nas receitas da empresa, na medida em que o financiamento resulta dos pressupostos sinalizados nos pontos b) e c) supra.



- f) O indicador de eficiência operacional - Gastos Operacionais/ Volume de Negócios (GO/VN): este critério não pode ser aplicado para efeitos de avaliação desta Entidade na medida em que, por um lado, esta empresa pública orçamenta resultados antes de impostos tendencialmente nulos, ano a ano, ou seja em cada orçamento anual, e por outro, não comercializa petróleo bruto, nem derivados, existindo, ainda, a constituição ou reversão de imparidades em cada ano económico baseado na cotação de petróleo e seus derivados de final de ano que impactua em grande medida o valor de Gastos Operacionais da Entidade, sendo uma variável exógena à ENSE. O relatório de análise 15/2021, de 01 de fevereiro de 2021, da UTAM tem em linha de conta a explicação desta entidade para este indicador e concorda que o mesmo não tem aplicabilidade à ENSE, E.P.E..
- g) EBITDA – O EBITDA é um indicador de desempenho económico, em função dos rendimentos e gastos da atividade operacional. O EBIT é o EBITDA deduzido das amortizações e de depreciações que também traduz desempenho económico. Nestes termos para efeitos de avaliação da eficiência económica da entidade importa referir, tal como indicado no ponto anterior, que não deverá ser utilizado o crescimento do EBITDA/EBIT para tal avaliação, considerando a natureza dos gastos e rendimentos desta entidade, visto a ENSE, E.P.E. ser obrigada estatutariamente a orçamentar resultados tendencialmente nulos, podendo, apenas, estimar proveitos que cubram, *quantum satis*, os seus gastos de manutenção de atividade já que estes são suportados, integralmente, pelos operadores petrolíferos não existindo, desta forma qualquer transferência oriunda do Orçamento de Estado. Continuamos a dar nota que já no Relatório da Análise da UTAM nº6/2017 de 09 de janeiro, no seu ponto 3.3), valida-se a premissa estatutária da entidade na qual esta deve apurar resultados tendencialmente nulos, validando implicitamente a inadequação do indicador exigido. Neste PAO, são analisados indicadores operacionais e financeiros de acompanhamento à atividade da ENSE, E.P.E. que se entendem como adequados.
- h) A maximização das receitas mercantis não se aplica por efeito dos estatutos da ENSE, E.P.E.
- i) Os pressupostos macroeconómicos de referência para o triénio 2022-2024, resultam de informação constante das referidas instruções da DGTF sobre a elaboração dos IPG's, no âmbito da elaboração do Orçamento para 2022.

- j) Os pressupostos microeconómicos são obtidos através de informação interna e junto do mercado, designadamente, cotação do crude, cotações dos produtos, custo de delegação dos contratos de manutenção (tickets) e custo unitário de armazenagem.

4.2 Orçamento para 2022 (Unidades)

4.2.1 Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)

O cenário base assenta no pressuposto de que a ENSE, E.P.E., para além dos 30 dias de reservas estratégicas, constitui para todos os pequenos operadores os 60 dias até o cumprimento da Obrigação Nacional, e de que as reservas remanescentes serão cedidas aos grandes operadores que manifestem a intenção em utilizá-las, resultando, assim, na recuperação total dos custos da ENSE, E.P.E..

a) Mercado

As introduções ao consumo, reais, efetuadas pelos operadores obrigados, de janeiro a julho de 2021, e a projeção das suas introduções, nos meses de agosto a dezembro de 2021, são os valores que servem de base ao cálculo das reservas dos operadores para o terceiro e quartos trimestres de 2022.

Importa realçar que depois do ano de 2020 se ter mostrado como um período de excepcional peculiaridade, fruto da crise pandémica, 2021 ainda esteve muito condicionado nos níveis de atividade económica e, com efeito, o registo de introduções ao consumo que têm sido concretizados pelos operadores obrigados. Nesse sentido, entre janeiro e junho de 2021, o total das introduções ao consumo teve um decréscimo de 3,43% face ao período homólogo de 2020, o que mostra bem o impacto que a atual situação pandémica ainda está a ter no condicionamento do normal funcionamento do país apesar de se prever uma recuperação mais robusta no 2º semestre de 2021 com um aumento das obrigações de reservas a constituir no 2º semestre de 2022.

As reservas físicas e de contratos de manutenção à ordem da ENSE, E.P.E., de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (*tickets*) garantem a seguinte cobertura:

i. Reservas Físicas (deduzido de 10% de fundos de tanque)

Reservas Físicas 2022			
Categoria	Qtd (Kton)	Qtd (Kton Coe)	Dias
A- Gasolina	46 260	49 267	
B- Gasóleo	268 195	285 627	
C- Outros	45 900	48 884	
Crude	484 273	464 903	
Totais	844 628	848 680	42,73

O número de dias apurado para o ano de 2022 (42,73 dias) decorre das obrigações calculadas tendo por referência as introduções ao consumo efetuadas em 2020 e as estimadas para o ano de 2021.

ii. Tickets

Reservas a efetuar com base na celebração de contratos de manutenção, à ordem da ENSE, E.P.E., de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (Tickets):

Tickets 2022			
Categoria	Qtd (Kton)	Qtd (Kton Coe)	Dias
A- Gasolina	0	0	
B- Gasóleo	0	0	
C- Outros	0	0	
Crude	270 000	259 200	
Totais	270 000	259 200	13,05

Para 2022 está prevista a aquisição de 259.200Ton Coe de crude, mensalmente, através da celebração de contratos de manutenção, à ordem da ENSE, E.P.E., de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (tickets), e que corresponde a um valor médio de 13,05 dias de cobertura de reservas.

iii. Reservas Totais

Reservas Totais 2022			
Categoria	Qtd (Kton)	Qtd (Kton Coe)	Dias
A- Gasolina	46 260	49 267	
B- Gasóleo	268 195	285 627	
C- Outros	45 900	48 884	
Crude	754 273	724 103	
Totais	1 114 628	1 107 880	55,78





As reservas totais, contabilizando o produto armazenado e a aquisição prevista para os tickets, ascenderá, no final de 2022, a 1.114.628 Ton, ou seja, 1.107.880Ton Coe o que equivale a um total de 55,77 dias de cobertura de reservas.

b) Evolução dos gastos da URP

Gastos Orçamentados para 2022 (k€)

Rubricas	Real 2019	Real 2020	Est. 2021	Orç. 2022	Est.21/Orç.22	
					Δ valor	Δ %
CMVC	0,0	0,0	0,0	0,0		
Armazenagem	-12 608,4	-14 322,6	-14 947,5	-16 113,4	1 165,9	7,8%
Tratamento gasoleo Polnato	0,0	0,0	0,0	-1 000,0	1 000,0	
Contratos para a manutenção à sua ordem de PP ou de PB (Tickets)	-5 239,9	-4 565,7	-1 093,4	-3 240,0	2 146,6	196,3%
Total de Subcontratos	-17 848,3	-18 888,3	-16 040,9	-20 353,4	4 312,5	26,9%
Outros FSE	-1 807,3	-1 761,9	-2 030,4	-2 690,1	659,8	32,5%
Pessoal	-967,1	-777,8	-1 001,1	-1 057,6	56,5	5,6%
Dotação Fundo Estatutário	-4 745,4	-5 639,4	-2 353,1	-2 452,6	99,5	4,2%
Imparidade de dívidas a receber	-832,9	-997,6	-450,0	0,0	-450,0	-100,0%
Provisões	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Perdas por imparidades	45 281,0	-74 880,7	0,0	0,0	0,0	
Quebras em inventário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Gastos exercícios anteriores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros gastos e perdas	-24,6	-12,7	-10,8	-15,5	4,8	44,3%
Total de gastos e perdas operacionais	19 055,5	-102 958,5	-21 886,2	-26 569,3	4 683,1	239,4%

i. Gastos Operacionais

O orçamento de 2022 evidencia em termos de gastos com subcontratos:

- Um aumento do gasto de armazenagem (1.165,9K€; +7,8%), relativamente ao valor estimado de 2021, considerando que a renovação do contrato do crude (parte relacionada com a transição) prevê o crescimento do custo unitário mensal para 0,95€/m3/ton de 01/01/2022 a 31/08/2022 e 1,00€/m3/ton a partir de 01/09/2022 até 31/12/2022, sujeito a visto e previamente autorizado pelo Tribunal de Contas. Os restantes contratos em vigor com a Petrogal preveem uma atualização anual do custo com base no IPC que também contribuem para este acréscimo de gasto;
- Processo de rotação do gasóleo do PolNATO a iniciar em 2022 cujo valor se orçamenta em 1,0 milhões de euros (num total de 3,0 milhões até 2024). Refira-se que as últimas análises de qualidade efetuadas pelo auditor externo apontam para a estabilidade do produto em boas condições pelo que, não existe necessidade de concentração da rotação num só período;



- Um aumento muito relevante do gasto com a aquisição de tickets de 2.146,6K€ (196,3%) que se justifica pelo aumento do custo médio do ticket que se orçamenta passar para 1,00€/ton/mês. De referir ainda que o ano de 2021 foi marcado pelo baixo custo dos tickets devido à crise pandémica que provocou um excesso de produto armazenado e consequente diminuição do preço dos tickets no mercado. Prevê-se também para o ano de 2022 a retoma da atividade que vai fazer aumentar o pedido de cedência de reservas pelos operadores, resultado de um aumento das introduções ao consumo de 2021.

Globalmente, na URP, os subcontratos representam cerca de 76,6% da totalidade dos gastos operacionais e referem-se à armazenagem, compra de tickets e rotação de gasóleo.

Os restantes Fornecimentos e Serviços Externos, em 2022, correspondem a 2.690,1K€, o que representa um acréscimo de 659,8K€ (+32,5%), comparativamente com o ano de 2021.

Nesta rubrica destacam-se os serviços especializados e outros FSE (onde estão incluídos gastos imputados (via UAG) ² a seguir elencados:

- Prestação de serviço internos da Unidade de Controlo e Prevenção (540,2K€) ³
- Serviços manutenção e de apoio à gestão das instalações do DPNL – a destacar manutenção do coberto vegetal, manutenção central elétrica, manutenção “tankvision”) entre outros - (316,1K€)
- Serviços de consultoria, onde se incluem fiscalização de empreitadas, auditoria às reservas, projeto de reabilitação de ilha de enchimento, projeto de reabilitação de coberturas e projeto manual de operações (649,4K€)
- Seguro multiriscos e de cobertura de riscos ambientais no DPNL (210,0K€)
- Serviços informáticos os quais incluem renovação anuais de licenças / base de dados plataformas (115,7K€)
- Aluguer operacional de viatura pick-up com tração 4X4 e cabine dupla (9,0K€)
- Vigilância das instalações do DPNL (190,0K€)
- Eletricidade DPNL (60,0K€)

² A chave de repartição dos gastos da UAG utilizada no PAO 2022 é idêntica à que vigora no ano 2021: URP: 62,66% e UCP: 37,34%

³ O racional utilizado no fecho de contas de 2020 para a contabilização do serviço interno foi: (+) gasto URP na conta 62 e (+) rendimentos na conta 72 da UCP, no mesmo montante; no orçamento 2022 o racional é o mesmo utilizado no fecho de contas de 2020 ou seja rendimento na UCP (prestação de serviços), gasto especializado na URP.



De referir que no seguimento do auto de cedência das instalações do PolNATO para a administração direta da ENSE, E.P.E., todos os trabalhos de gestão e manutenção das instalações ficaram sob a alçada desta entidade.

Os gastos com o pessoal estão orçamentados em 1.057,6K€, o que constitui um desvio desfavorável de 56,5K€ (+5,6%) sendo a diferença justificada pelas entradas de 2021 que tendo sido faseadas não tiveram o impacto dos 14 meses nesse ano.

Conforme tem sido prática nos últimos anos, por forma a não onerar as prestações unitárias, o fundo estatutário é novamente orçamentado em 10% dos gastos totais líquidos (normalmente seriam 20% dos gastos totais líquidos).

Os outros gastos e perdas não têm expressão e são ligeiramente superiores ao estimados para o ano de 2021.

c) Demonstrações de Resultados – URP

Demonstração de Resultados					k €	
URP	Real 2019	Real 2020	Estimativa 2021	Orçamento 2022	Desvio Est.21/Orç.22	%
Rendimentos e Gastos					Total	
Vendas e serviços prestados	25 791,1	28 202,6	26 488,9	26 988,0	499,1	1,9%
Outros rendimentos e ganhos	822,6	222,6	0,0	16,3	16,3	
Total rendimentos operacionais	26 613,7	28 425,2	26 488,9	27 004,3	515,4	1,9%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Subcontratos	-17 848,3	-18 888,3	-16 040,9	-20 353,4	4 312,5	26,9%
Outros FSE	-1 807,3	-1 761,9	-2 030,4	-2 690,1	659,8	32,5%
Gastos com pessoal	-967,1	-777,8	-1 001,1	-1 057,6	56,5	5,6%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	45 281,0	-74 880,7	0,0	0,0	0,0	
Quebras em inventário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-832,9	-997,6	-450,0	0,0	-450,0	
Provisões (aumentos/reduções)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Imparidade de activos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Fundo Estatutário	-4 745,4	-5 639,4	-2 353,1	-2 452,6	99,5	4,2%
Aumentos / Reduções de justo valor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros gastos e perdas	-24,6	-12,7	-10,8	-15,5	4,8	44,3%
Total de gastos e perdas operacionais	19 055,5	-102 958,5	-21 886,2	-26 569,3	4 683,1	21,4%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	45 669,2	-74 533,3	4 602,7	435,0	-4 167,7	-90,5%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-314,7	-287,7	-282,8	-388,1	105,2	37,2%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	45 354,5	-74 821,0	4 319,8	46,9	-4 272,9	-98,9%
Juros e gastos similares suportados	-44,9	-37,4	-37,4	-37,4	0,0	0,0%
Resultado antes de impostos	45 309,6	-74 858,5	4 282,4	9,5	-4 272,9	-99,8%
Impostos sobre o rendimento do período	-16,4	-2,8	0,0	0,0	0,0	
Resultado líquido do período	45 293,3	-74 861,3	4 282,4	9,5	-4 272,9	-99,8%



i. Rendimentos

Os rendimentos da URP, em 2022, deverão ascender aos 26.988,0K€, e são obtidos pela quantidade de reservas que a ENSE/URP prevê ceder aos operadores, multiplicado pela prestação unitária única para as três categorias de produtos. Os pressupostos apontam para um aumento da quantidade de reservas a ceder aos operadores (tendo como origem o aumento das reservas obrigatórias da sua incumbência previstas para 2022) o que contribui para o aumento da prestação unitária orçamentada, 2,03€/toncoe/mês.

Os outros rendimentos e ganhos orçamentados dizem respeito aos rendimentos imputados da UAG que se referem à venda de 2 viaturas em fim de vida útil da frota automóvel da ENSE.

ii. Gastos

Os restantes gastos com depreciações aumentam 105,2K€ em 2022 face ao estimado em 2021, devido sobretudo ao investimento previsto para o PolNATO no ano de 2021 que ascende a 1.350,0K€ que se prevê a sua conclusão nos últimos meses do ano tendo, grosso modo, apenas 2/12 de depreciações. Assim sendo o ano de 2022 está influenciado pelos 12 meses de depreciações destes ativos bem como de depreciações de aquisições de 2022.

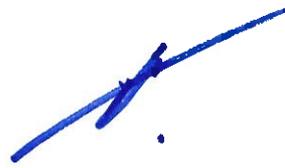
Os juros e gastos similares não irão sofrer variação em 2022 relativamente a 2021 devido à inexistência de juros orçamentados para 2022, em função da perspetiva de manutenção em baixa do indexante de referência Euribor6M.

O EBITDA da URP ascenderá a 435,0K€ e o RAI ascenderá a 9,5K€, um resultado tendencialmente nulo conforme dispõem os estatutos⁴.

As prestações unitárias são destinadas a assegurar, em termos orçamentais, a recuperação dos custos totais da ENSE, E.P.E. e equivalem ao quociente entre custos totais da ECA e a quantidade total de reservas (físicas mais contratos de manutenção/tickets) em posse da ENSE, E.P.E. medidas em Ton coe. Para o cálculo das prestações unitárias conta não só os gastos totais líquidos da URP como as reservas totais que vão ser cedidas aos operadores.

De notar que não se estima nem se orçamenta qualquer IRC já que foi anteriormente inscrito no LOE que a ECA (entidade central de armazenagem), ou seja, a ENSE, E.P.E. (URP), tem os seus resultados líquidos isentos desta tributação (Cfr. artigo 13º da Lei 7-A/2016, que altera o artigo 25.º -A do Decreto-

⁴ Ver o que vem referido na al. g) do ponto 4.1. supra



Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 130/2014, de 29 de agosto, como a epígrafe: Regime fiscal, e que refere: «*Estão isentos de IRC os resultados líquidos dos períodos realizados e contabilizados separadamente, nos termos da lei, pela entidade central de armazenagem nacional, na gestão das reservas estratégicas de produtos de petróleo bruto e de produtos de petróleo.*»).

d) Custos da URP/ECA (€/Coe) – Prestações Unitárias

i. Comparação Custo Unitário em valores e Percentagem

Apresentamos a prestação unitária orçamentada para 2022 e as prestações dos três anos anteriores para comparação, medida em €/mês/Tcoe:

Categoria	2019	2020	2021	2022	2021/2022	
					Δ	Δ %
A - Gasolina	1,81	1,99	1,96	2,03	0,07	3,6%
B - Gasóleo	1,81	1,99	1,96	2,03	0,07	3,6%
C - Outros	1,81	1,99	1,96	2,03	0,07	3,6%

As prestações da URP enquanto ECA – Entidade Central de Armazenagem resultam principalmente da recuperação dos custos totais, onde se inclui a dotação para o fundo estatutário previsto no n.º 4 do artigo 20.º dos estatutos da ENSE, E.P.E. (Anexo V ao Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro).

O aumento da prestação unitária (de 2019/2021 para 2022) decorre, essencialmente, do aumento da tarifa mensal a pagar pela armazenagem de petróleo bruto.

4.2.2. Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)

Demonstração de Resultados

UCP	Real 2019	Real 2020	Estimativa 2021	Orçamento 2022	Desvio Est.21/Orç.22	
					Total	%
Rendimentos e Gastos						
Vendas e serviços prestados	325,1	667,6	1 615,0	2 436,2	821,2	50,9%
Outros rendimentos e ganhos	61,3	136,9	83,9	259,7	175,8	209,5%
Total rendimentos operacionais	386,4	804,6	1 698,9	2 695,9	997,0	58,7%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Subcontratos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros FSE	-37,3	-287,2	-532,4	-984,7	452,3	85,0%
Gastos com pessoal	-674,8	-830,8	-1 419,9	-1 570,1	150,2	10,6%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Quebras em inventário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Provisões (aumentos/reduções)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Imparidade de activos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Fundo Estatutário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Aumentos / Reduções de justo valor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros gastos e perdas	-3,3	-5,8	-6,5	-9,1	2,6	39,1%
Total de gastos e perdas operacionais	-715,4	-1 123,5	-1 958,8	-2 563,9	605,1	30,9%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-329,0	-319,0	-260,0	132,0	391,9	150,8%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-100,6	-80,5	-89,0	-123,8	34,8	39,0%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-429,6	-399,5	-349,0	8,2	357,2	102,4%
Juros e gastos similares suportados	-0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	
Resultado antes de impostos	-430,3	-399,5	-349,0	8,2	357,2	102,4%
Impostos sobre o rendimento do período	-1,5	-10,8	0,0	0,0	0,0	
Resultado líquido do período	-431,8	-410,3	-349,0	8,2	357,2	102,4%

A Unidade de Controlo e Prevenção (UCP) integra um conjunto diverso de competências que passam pela fiscalização dos combustíveis, das reservas da ENSE, E.P.E. e dos operadores das áreas da eletricidade, biocombustíveis e gás natural. As novas atribuições estabelecidas no Decreto-Lei nº 69/2018 de 27 de agosto associadas à eletricidade e gás natural vêm exercer pressão sobre as principais rubricas de despesa como FSE's, gastos com o pessoal e amortizações/depreciações (via investimento).

i. Gastos

O orçamento para esta unidade prevê custos operacionais relacionados com FSE's, gastos com o pessoal, outras pequenos gastos e depreciações/amortizações.

O total de FSE's orçamentados para o ano de 2022 ascendem a 984,7K€ de onde se destaca:

- Análises de qualidade às colheitas de amostras de combustível – 329,7K€

- Serviços informáticos associados às aplicações informáticas (Sistema Integrado de Contraordenações - GiC e Aplicação de Fiscalização) – 52,0K€
- Aluguer operacional de 3 viaturas previsto iniciar-se no final de 2021 cujo efeito perdura, grosso modo, 4 anos (previamente autorizados no âmbito do PAO 2020/2021): 3 veículos comerciais ligeiros derivado Van B de 48 meses ou 200 mil Kms – 14,4K€
Adicionalmente estima-se o aluguer operacional de uma viatura ligeira comercial derivado Van B RMAOV 48 meses ou 200 mil Kms, no valor de 7,4K€, de acordo com o Despacho nº 2293-A/2019 e que remete também para Decreto-Lei nº 170/2008 do Parque de veículo do Estado, e a resolução do Conselho de Ministros nº106/2019 aplicável às empresas do Setor Empresarial do Estado
- Combustíveis, deslocações e estadas – 82,1K€
- Assessoria técnica, acreditação IPAC (ISSO 17020), serviços de advocacia – 118,3K€
- Material para colheita de amostras – 19,0K€
- Conservação e reparação de viaturas e equipamentos e ferramentas e utensílios – 66,2K€

De referir que esta rubrica comporta também os gastos imputados via UAG.

Comparativamente com o estimado do ano de 2021 o aumento previsto está relacionado com o aumento da atividade da empresa, não só pelo facto do ajustamento do meios humanos e materiais tendo por base as competências legais atribuídas em 2018 nos termos já indicados mais acima, mas também com a retoma da atividade devido ao levantamento das restrições relacionadas com a pandemia. Neste sentido a rubrica de Outros FSE's (984,7K€) sofreu um aumento de 452,3K€.

No que se refere aos gastos com o pessoal, prevê-se o valor de cerca de 1.570,1K€ que reflete o incremento 150,2K€ (+10,6%) dado que o ano de 2022 já reflete os 14 meses de gastos com pessoal das contratações efetuadas em 2021 (11 trabalhadores), para a atividade de inspeção de reforço às equipas de inspeção designadamente nas áreas dos combustíveis, biocombustíveis, fiscalização das reservas da ENSE, E.P.E. dos operadores obrigados, e de forma reduzida, a intervenção nas competências legais sobre o mercado da eletricidade e do gás natural. Este incremento dos gastos com o pessoal é ainda acentuado pelo gasto imputado e que decorre do reforço efetuado para as áreas de apoio transversal à entidade (UAG). De realçar o incremento previsto para formação (+5,0K€) e ajudas de custo (+24,8K€). Foram ainda orçamentados gastos com seguros no valor de 7,6K€, valor inferior ao ano de 2021 (por ajustamento de valores). Para a rubrica de higiene e segurança no trabalho estimou-se o valor de 8,4K€.

As depreciações/amortizações também aumentam de 2021 para 2022 (de 89,0K€ para 123,8K€) devido ao investimento previsto com equipamento para cada departamento da UCP no valor global 177,0K€ bem como por via das aquisições de anos anteriores.

ii. Rendimentos

Os rendimentos orçamentados para esta unidade são de 2.695,9K€ e é constituído por:

- Serviços ligados ao Biocombustível no valor médio mensal de 158,0K€, no valor global anual de 1.896,0K€ (utilizado como pressuposto a emissão de 39.500 títulos de TdB's mensais, com o preço de TdB a 2€, com dupla contagem);
- Contraordenações (Outros rendimentos e ganhos) resultantes da atividade de fiscalização e atento o novo quadro de recursos humanos a atuar nas novas áreas de intervenção da ENSE, E.P.E. como sejam a fiscalização das áreas de eletricidade, gás natural, que se orçamenta em cerca de 250K€;
- A rubrica outros rendimentos e ganhos, regista ainda os rendimentos imputados da UAG que se referem à venda de 2 viaturas em fim de vida útil da frota automóvel da ENSE.

iii. Resultados

O EBITDA da UCP está orçamentado em 132,0K€ o que representa um aumento de 391,9K€ relativamente ao valor estimado de 2021 (de -260,0K€). Este EBITDA positivo reflete o crescimento dos rendimentos onde pontificam os serviços prestados com a área de biocombustíveis que superam o crescimento dos gastos não obstante o incremento verificado principalmente em outros FSE's e gastos com o pessoal. O RAI apurado em sede de orçamento é positivo e atinge os 8,2K€.

Unidade de Administração Geral (Transversal)

Mantém-se a lógica funcional do ano anterior, ou seja, atendendo à diversidade de áreas operacionais e à lógica multifuncional de racionalização dos seus recursos humanos e no âmbito de uma política de minimização de custos e otimização das competências e meios humanos, nesta área transversal enquadram-se todas as atividades que suportam transversalmente o funcionamento das diversas unidades funcionais, designadamente: as áreas financeira, jurídica, recursos humanos, sistemas de informação e apoio administrativo.

Tal como referido, anteriormente a ENSE, E.P.E. orçamenta os seguintes recursos humanos: para além dos órgãos sociais (2 membros do Conselho de Administração (Presidente e Vogal Executivo), 3



membros do Conselho Fiscal, um conjunto de 13 trabalhadores especialistas e 3 técnicos administrativos de apoio transversal (UAG-Unidade de Administração Geral), de apoio às duas outras unidades, e que são partilhados pelas diversas áreas sendo, para tal, efetuada uma chave de repartição do seguinte modo: URP: 62,66 e UCP: 37,34%, chave esta aplicada já desde 01/01/2021.

Em 2021 já se encontra consolidada a redefinição da nova taxa de repartição com um *mix* de critérios mais exigente, indo de encontro às diversas expectativas.

A taxa utilizada assenta a composição em duas componentes:

- Componente 1) - é uma proporção que compreende os gastos diretos por Unidade (URP e UCP) relativamente aos gastos totais diretos da ENSE, E.P.E. (neste caso apurados em 2020), expurgando o efeito de todo o tipo de imparidades;
- Componente 2) – é uma proporção do quadro de pessoal afeto a cada Unidade (URP e UCP) relativamente ao quadro total da ENSE, E.P.E. (expurgando naturalmente o pessoal afeto à UAG) medido pela respetiva massa salarial.

Está ainda orçamentado para 2022 recorrer a um aluguer operacional (*renting*) de duas novas viaturas ligeiras de passageiros da tipologia Superior I (híbrido plug-in e elétrico), ambas 48M ou 200K km, de apoio transversal à entidade no valor de 18,7K€ de gasto ano, a iniciar em janeiro de 2022. As viaturas serão locadas de acordo com as alternativas disponíveis pelo Despacho nº 2293-A/2019 que remete para o Decreto-Lei nº 170/2008 e a Resolução do Conselho de Ministros nº 106/2019.

4.3. Orçamento para 2022 (Global)

Pressupostos para Orçamento

Pressupostos Macro-Económicos

Pressuposto	Orç. 2021	Orç. 2022
Inflação	0,400	0,900
Euribor 6 Meses + Spread (0,12%)	0,000	0,000
Taxa de Câmbio €/USD	1,144	1,188
IVA Taxa Normal	23,000	23,000
IVA Taxa Reduzida	6,000	6,000
Taxa de Retenção na Fonte	25,000	25,000
Dotação para Fundo Estatutário (% custos)	10,000	10,000
Cotação dos Produtos		
Brent (€/Ton)	281,809	444,771
Gasolina(€/Ton)	350,087	603,543
Gasóleo(€/Ton)	344,187	506,353
Fuel(€/Ton)	241,573	392,292
GPL(€/Ton)	274,694	514,473

Pressupostos Micro-Económicos

Pressuposto	Orç. 2021	Orç. 2022
Remuneração de Aplicações CEDIM	0,000	0,000
Remuneração de Aplicações CEDIC	0,000	0,000
Custo de Armazenagem (€/MT/mês)		
Gasolina	2,040	2,107
Gasóleo Normal	1,812	1,873
Gasóleo vácuo	1,933	1,997
Gasóleo Polnato	0,662	0,662
Fuel	1,755	1,813
GPL	6,050	6,251
Crude Galp	1,757	1,808
Crude transição da IVG	0,924	1,172
Custo Tickets (€/MT/mês)		
Gasolina	1,250	0,000
Gasóleo	1,250	0,000
Fuel	1,250	0,000
GPL	0,000	0,000
Crude	1,250	1,000

Os pressupostos macroeconómicos suprarreferidos, também, têm subjacentes os pressupostos macroeconómicos indicados nos IPG.



Na sequência do exposto, discriminam-se, em seguida, os rendimentos e os gastos globais orçamentados para a ENSE, E.P.E. (onde estão agregados os custos de cada unidade: URP e UCP):

4.3.1. Demonstração de Resultados

Demonstração de resultados global - Orçamento 2022

Un: K €

ENSE	Real 2019	Real 2020	Estimativa 2021	Orçamento 2022	Previsão 2023	Previsão 2024	Desvio Est.21/Orç.22	
							Total	%
Rendimentos e Gastos								
Vendas e serviços prestados	26 116,2	28 514,0	28 103,8	29 424,2	29 943,0	30 232,9	1 320,4	4,7%
Outros rendimentos e ganhos	883,9	359,6	83,9	276,0	300,0	300,0	192,1	228,9%
Total rendimentos operacionais	27 000,1	28 873,6	28 187,7	29 700,2	30 243,0	30 532,9	1 512,5	5,4%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Subcontratos	-17 848,3	-18 888,3	-16 040,9	-20 353,4	-20 633,7	-20 757,4	4 312,5	26,9%
Outros FSE	-1 844,6	-1 692,9	-2 562,8	-3 674,9	-3 712,3	-3 803,6	1 112,1	43,4%
Gastos com pessoal	-1 641,9	-1 608,6	-2 420,9	-2 627,7	-2 747,5	-2 763,4	206,8	8,5%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	45 281,0	-74 880,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Quebras em inventário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-832,8	-997,6	-450,0	0,0	0,0	0,0	-450,0	
Provisões (aumentos/reduções)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Imparidade de activos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Fundo Estatutário	-4 745,4	-5 639,4	-2 353,1	-2 452,6	-2 487,9	-2 512,1	99,5	4,2%
Aumentos / Reduções de justo valor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros rendimentos e ganhos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros gastos e perdas	-35,9	-18,3	-17,3	-24,6	-27,5	-27,8	7,3	42,4%
Total de gastos e perdas operacionais	18 332,0	-103 725,8	-23 845,0	-29 133,2	-29 608,9	-29 864,2	5 288,2	18,2%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	46 332,1	-74 862,2	4 342,7	567,0	634,1	668,7	-3 775,7	-86,9%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-415,3	-368,2	-371,9	-511,8	-550,5	-589,4	140,0	37,6%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	44 916,8	-75 220,5	3 970,9	56,2	83,5	79,3	-3 915,7	-98,6%
Juros e gastos similares suportados	-37,4	-37,4	-37,4	-37,4	-37,4	-37,4	0,0	0,0%
Resultado antes de impostos	44 879,4	-75 257,9	3 933,4	17,7	46,1	41,9	-3 915,7	-99,5%
Impostos sobre o rendimento do período	-17,9	-13,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Resultado líquido do período	44 861,6	-75 271,6	3 933,4	17,7	46,1	41,9	-3 915,7	-99,5%

A Demonstração de Resultados da ENSE, E.P.E. é global, ou seja, resulta da agregação dos rendimentos de cada unidade e dos gastos de cada unidade.

O orçamento para 2022 foi desenvolvido mantendo as premissas definidas nos estatutos, ou seja, a URP continua a apresentar resultados positivos pouco significativos em função do nível de gastos orçamentados e das reservas a ceder aos operadores.

O valor da prestação unitária a pagar pelos operadores obrigados cifra-se no ano de 2022 em 2,03€/toncoe/mês, superior ao ano anterior que era de 1,96€/toncoe/mês. Este aumento é justificado – apenas e tão só – pelas alterações contratuais do contrato de armazenagem bem como um aumento no preço dos tickets nos mercados internacionais.



O EBITDA atingirá em 2022 o montante de +567,0K€, o qual resulta da agregação do EBITDA da URP, no valor de 435,0K€ com o EBITDA da UCP no valor de 132,0K€.

O resultado antes de impostos, ascenderá a cerca de +17,7K€, que decorre da soma do RAI da URP de +9,5K€ e o RAI da UCP também positivo de +8,2K€.

Nota 1: Considerando que a URP (ECA – Entidade Central de Armazenagem) é isenta de IRC em sede de LOE, e que as estimativas de IRC para as restantes unidades são pouco significativas (tributações autónomas), não foi estimado imposto para 2021 nem orçamentado para o ano de 2022.

Nota 2: No presente orçamento manteve-se a premissa implementada em anos anteriores no que diz respeito ao cálculo das imparidades, ou seja, não se orçamentou qualquer imparidade em inventário como outro tipo de imparidade (por exemplo em dívidas a receber).

i. Rendimentos

Os rendimentos globais orçamentados para 2022 da ENSE, E.P.E. (29.700,2K€) que incluem prestação de serviços e outros rendimentos e ganhos, são globalmente constituídos pelos proveitos obtidos por cada unidade, ou seja:

- URP: proveitos orçamentados em 27.004,3K€;
- UCP: proveitos orçamentados em 2.695,9K€;

O desvio favorável dos rendimentos orçamentados para 2022 relativamente à estimativa de 2021 (+1.512,5K€; +5,4%), reflete o aumento da prestação (2,03€/toncoe/mês contra 1,96€/toncoe/mês) que está associada ao incremento dos gastos, o aumento do valor previsto para as contraordenações que resulta da atividade de fiscalização e aos rendimentos provenientes da emissão de títulos de biocombustíveis.

A previsão de rendimentos para os anos de 2023 e 2024 é superior a 2022 sendo de 30.243,0K€ e 30.532,9K€, respetivamente.

ii. Gastos

Os gastos totais da ENSE, E.P.E., os quais já foram detalhados por unidade resumem-se da seguinte forma:

- Subcontratos (incluído em FSE's): são custos exclusivos da URP e referem-se a custos com armazenagem das reservas detidas, a custos associado à aquisição de *tickets* e a custos associado ao tratamento do gasóleo do PoINATO. O orçamento prevê um aumento de 3.312,5K€, expurgando o efeito da rotação prevista de 1,0 milhão de euros, relativamente ao estimado de 2021, devido ao aumento com o gasto de armazenagem decorrente do acréscimo do gasto com a renovação do contrato do crude (proveniente da Alemanha) junto da Petrogal, bem como o aumento da quantidade e preço dos tickets resultante da retoma de atividade. Para os anos seguintes, a evolução do gasto relativamente ao estimado de 2021, decorre do aumento previsto com os custos de armazenagem com o novo contrato de crude e da atualização da inflação prevista, mantendo-se o pressuposto para o custo dos tickets; está igualmente previsto um gasto anual de 1,0 milhão de euros com a rotação tanto para 2023 e 2024.
- Outros FSE's: este orçamento prevê para 2022 um aumento de 1.112,1K€ (+43,4%), que os valores estimados em 2021 cuja diferença se encontra no acréscimo de serviços especializados que são explicados pelo retomar da atividade, bem como outros relacionados com a contratação dos colaboradores em 2021, dado que 2022 já é considerado o ano todo (comunicações, deslocações, combustível, ferramentas, material escritório, entre outros). Para 2023 e 2024 prevê-se um ligeiro acréscimo dos gastos com outros FSE's associados ao incremento com a inflação;
- Gastos com o pessoal: o orçamento de 2022 evidencia, relativamente à estimativa de 2021, uma subida sobretudo devido ao facto de os novos colaboradores (16 trabalhadores) distribuídos pelas diversas unidades orgânicas, bem como o vogal executivo serem considerados para o ano completo - análise mais detalhada no capítulo do PRC. Adicionalmente, o incremento da atividade fiscalizadora por efeito das novas competências legais, e bem assim da retoma da atividade, vem contribuir para um aumento da despesa com ajudas de custos;
- Os restantes gastos e perdas são composto por taxas, quotizações, pequenas penalidades entre outros pouco representativo no gasto global;
- Depreciações/Amortizações: o orçamento de 2022 evidencia uma subida das depreciações/amortizações, relativamente ao estimado em 2021 na ordem dos 140,0K€ (+37,6%) devido ao programa de investimentos previstos para a URP/ PoINATO, UCP e UAG, bem como ao fecho de investimento plurianuais e depreciações/amortizações de bens adquiridos em anos anteriores; a progressão das amortizações previstas para 2023 e 2024 decorre do programa de investimentos orçamentado para esses anos;



- Dotação para o fundo estatutário: para o orçamento de 2022 foi orçamentado o custo em 10% dos custos totais líquidos. Em 2022 e 2023 mantem-se o racional;
- Gastos financeiros: estes custos também são exclusivos da URP e contemplam os custos financeiros com o empréstimo obrigacionista, orçamentando-se, para 2022, taxa de juro zero. O gasto indicado de 2021-2024 decorre da especialização de gasto financeiro diferido até final do período de vida útil do empréstimo obrigacionista (EO). Recorde-se a este propósito que o gasto inicial com as comissões de montagem do EO tem vindo a ser diferido todos os anos desde a sua constituição (2008).

O total de GASTOS e PERDAS OPERACIONAIS no valor de 29.133,2K€ (Orçamento 2022) reflete o crescimento das principais contas como FSE's e Gastos com o Pessoal (relativamente a 2021) mas não é comparável (para efeitos de desvio) com o total de gastos operacionais de 2021, na medida em que integra perda de imparidade em clientes no valor de 450,0K€ que afeta a conta de resultados.

O EBITDA previsto para 2022 será positivo de 567,0K€, menos 3.775,7K€ que o valor estimado em 2021 (4.342,7K€). De referir que o ano de 2021 está a ser afetado ainda pela crise pandémica que gerou excesso de tickets no mercado e contribuiu para a diminuição do seu valor de mercado.

Em 2023 e 2024 a ENSE, E.P.E. prevê o aumento do EBITDA que está ligado ao aumento gradual global dos rendimentos, respetivamente aumentos de +67,1K€ e +101,7K€.

O EBIT (resultado operacional) orçamentado para 2022 ascende a 55,2K€ e o previsto para 2021 é de 3.970,9K€ que resulta da situação já explicada anteriormente bem como do aumento com os gastos de depreciações/amortizações. Em 2023 ascenderá a 83,5K€ e em 2024 a 79,3K€.

Após os juros associados ao empréstimo obrigacionista, o RAI global de 2022 é de +17,7K€, prevendo-se +46,1K€ em 2023 e +41,9K€ em 2024.

4.3.2. Balanço

Balanço - Orçamento 2022

k €

RUBRICAS	Real 2019	Real 2020	Estimativa 2021	Orçamento 2022	Previsão 2023	Previsão 2024	Desvio Est.21/Orç.22	Total	%
ACTIVO									
Activo não corrente									
Activos fixos tangíveis	988,0	855,6	2 143,2	2 889,2	4 814,0	5 673,2	746,0	34,8%	
Activos Intangíveis	225,0	242,9	189,5	316,7	288,4	213,7	127,1	67,1%	
Investimentos detidos até à maturidade	10 473,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Investimentos financeiros	11,6	14,9	20,2	25,5	35,0	44,6	5,3	26,2%	
Subtotal	11 697,9	1 113,3	2 352,9	3 231,4	5 137,4	5 931,6	878,5	37,3%	
Activo corrente									
Inventários	368 021,1	293 137,1	293 137,1	293 137,1	293 137,1	293 137,1	0,0	0,0%	
Clientes	156,7	406,1	1 738,9	888,9	738,2	723,1	-850,0	-48,9%	
Estado e outros entes públicos	207,6	159,0	158,5	0,0	0,0	0,0	-158,5	-100,0%	
Outras contas a receber	2 186,8	2 425,1	1 746,4	2 085,0	2 115,9	2 136,5	338,7	19,4%	
Acréscimo de rendimentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Diferimentos	90,3	52,7	69,7	30,4	28,9	29,5	-39,3	-56,4%	
Activos financeiros detidos para negociação	45 501,6	61 201,2	64 200,0	71 200,0	71 200,0	72 700,0	7 000,0	10,9%	
Caixa e depósitos bancários	3 092,8	4 156,7	6 485,6	2 817,8	3 171,2	3 464,0	-3 667,8	-56,6%	
Subtotal	419 256,9	361 538,0	367 536,2	370 159,2	370 391,3	372 190,2	2 623,0	0,7%	
Total do activo	430 954,8	362 651,3	369 889,1	373 390,6	375 528,7	378 121,8	3 501	0,9%	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO									
Capital Próprio									
Capital realizado	250,0	250,0	250,0	250,0	250,0	250,0	0,0	0,0%	
Outras variações de capital próprio	46 309,2	51 948,7	54 301,7	56 754,3	59 242,3	61 754,3	2 452,6	4,5%	
Resultados transitados	-25 543,3	19 318,2	-55 953,4	-52 020,0	-52 002,3	-51 956,2	3 933,4	7,6%	
Subtotal	21 015,9	71 516,8	-1 401,7	4 984,4	7 490,0	10 048,2	6 386,0	255,6%	
Resultado líquido do exercício	44 861,5	-75 271,6	3 933,4	17,7	46,1	41,9	-3 915,7	-99,5%	
Total do capital próprio	65 877,4	-3 754,7	2 531,8	5 002,1	7 536,1	10 090,1	2 470,3	97,6%	
Passivo									
Passivo não corrente									
Financiamentos obtidos	359 626,6	359 670,7	359 751,5	359 789,0	359 826,4	359 863,9	37,4	0,0%	
Estado e outros entes públicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Subtotal	359 626,6	359 670,7	359 751,5	359 789,0	359 826,4	359 863,9	37,4	0,0%	
Passivo corrente									
Financiamentos obtidos	48,9	44,9	1,8	0,0	0,0	0,0	-1,8	-100,0%	
Estado e outros entes públicos	1 017,2	1 154,8	1 091,7	1 188,4	1 220,6	1 201,4	96,7	8,9%	
Fornecedores	65,9	18,4	48,4	32,4	30,0	35,8	-16,0	-33,1%	
Acréscimo de gastos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Outras contas a pagar	4 318,8	5 517,2	6 463,9	7 378,8	6 915,6	6 930,7	914,8	14,2%	
Provisões	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Subtotal	5 450,8	6 735,3	7 605,8	8 599,5	8 166,2	8 167,9	993,8	13,1%	
Total do Passivo	365 077,4	366 406,0	367 357,3	368 388,5	367 992,6	368 031,7	1 031,2	0,3%	
Total do capital próprio e do passivo	430 954,8	362 651,3	369 889,1	373 390,6	375 528,7	378 121,8	3 501	0,9%	

Em termos patrimoniais, pode-se destacar, os principais saldos, no:

○ Ativo:

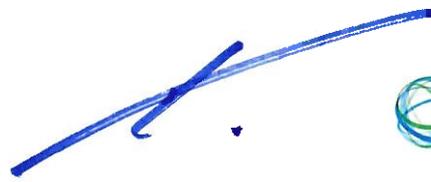
- ✓ Apesar do valor executado em 2020 ter diminuído muito por causa da crise pandémica que o país atravessa prevemos executar a estimava do ano 2021 e prosseguir nos anos subsequentes (2022-2024) com um aumento progressivo do investimento que se encontra de acordo com o plano de investimentos;

- ✓ Os investimentos financeiros referidos têm apenas a ver com o investimento realizado com fundos de compensação obrigatórios desde 2015 para novos contratos individuais de trabalho (CIT's). Na estimativa de 2021 fruto das novas contratações o valor aumenta e continua a crescer para o ano de 2022 e seguintes;
- ✓ O valor do inventário em 2021 não incorpora a imparidade dado que estamos a trabalhar com uma estimativa. Tal como nos anos anteriores, esta entidade não antecipa em sede de orçamento cenários de perdas por imparidade ou reversões de imparidade dado o caráter exógeno e altamente volátil da evolução das cotações pelo que o valor do inventário permanece inalterável de 2020 a 2024;
- ✓ O valor apresentado na rubrica Estado na estimativa de 2021 refere-se ao IRC a recuperar respeitante ao ano de 2020. Não foi orçamentado nenhum valor para os anos seguintes 2022-2024 dado que a aplicação de CEDIM já foi transformada em CEDIC e prevê-se taxa zero o que implica não haver retenções que se traduziriam posteriormente em recuperação de IRC;
- ✓ O saldo do conjunto das rubricas de ativos financeiros detidos para negociação – CEDIC's e caixa mais depósitos à ordem que integram as disponibilidades apresenta uma variação positiva face à estimativa do ano de 2021. Em 2022 apesar de o saldo de caixa e depósitos à ordem diminuir, aumentou-se o valor das aplicações CEDIC'S. Para os anos de 2023 e 2024 prevê-se a continuação da subida dos saldos de disponibilidades que derivam, também, do valor contabilizado para o fundo estatutário e que como é sabido, acumula na Entidade em conta específica de capital próprio.

○ Capital Próprio e Passivo:

No que respeita às rubricas de capital próprio:

- ✓ Outras variações de capital próprio – o valor aumenta em todos os anos estimado 2021 a orçamentado para os anos 2022-2024 dado que se refere à especialização anual do montante para o fundo estatutário e que acumula anualmente nesta conta;



- ✓ Os resultados transitados negativos previstos na estimativa de 2021 refletem a transferência do resultado líquido de 2020 (-75,3M€) o que veio contribuir para um efeito negativo sobre a situação líquida estimada de 2021; o orçamento de 2022-2024 mantém essa posição negativa uma vez que em sede de orçamento não são orçamentadas perdas/reversões de imparidade em inventários que resultam do impacto da volatilidade do preço petróleo e que poderão influenciar positivamente ou negativamente os resultados transitados por via da transferência do resultado líquido;
- ✓ O resultado líquido positivo estimado para 2021 (recorde-se que, em sede de orçamento, a ENSE, E.P.E. não estima perdas/reversões por imparidade em inventário), vai beneficiar a situação líquida, bem como os anos seguintes de 2022 a 2024, constatando-se um crescimento da situação líquida destes períodos essencialmente resultante do incremento através das outras variações (via fundo estatutário) uma vez que o resultado é tendencialmente nulo;
- ✓ O empréstimo obrigacionista apresenta um saldo regular no final do ano de 2021 a 2024 - Valor do empréstimo obrigacionista: 360M€;
- ✓ A variação registada no saldo da rubrica Estado na estimativa de 2021 e orçamento de 2022 a 2024 varia de acordo com o valor de iva a deduzir e iva liquidado bem como dos restantes impostos relacionado com o pessoal tais como CGA/Segurança Social/retenções de IRS;
- ✓ O saldo na conta de Outras contas a pagar tem mantido um aumento regular e mantém-se na estimativa de 2021 e orçamento 2022 a 2024, pelo facto de se continuar a orçamentar a totalidade da contrapartida anual prevista para o DPNL e a DGRDN (Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional) não ter apresentado as respetivas faturas.

4.3.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa

RUBRICAS	k €						Desvio Est. 21/Orç. 22	
	Real 2019	Real 2020	Estimativa 2021	Orçamento 2022	Previsão 2023	Previsão 2024	Total	%
Fluxos de Caixa de atividades operacionais - Método direto								
Recebimentos de Clientes (1100)	32 523,0	33 472,3	33 370,9	35 341,2	35 701,8	36 067,9	1 970,3	5,9%
Pagamentos a Fornecedores (1101)	-20 113,6	-19 655,7	-16 887,7	-20 523,8	-23 603,4	-23 341,2	3 636,2	21,5%
Pagamentos ao Pessoal (1102)	-1 263,4	-1 275,4	-2 582,6	-2 782,4	-2 894,8	-2 917,2	199,8	7,7%
Caixa geradas pelas operações	11 146,0	12 541,1	13 900,7	12 035,0	9 203,5	9 809,6	-1 865,7	-13,4%
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento (1200)	33,6	206,7	0,0	0,0	0,0	0,0		
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional	-5 706,9	-6 253,7	-6 992,9	-7 171,0	-6 300,0	-6 556,0	178,1	2,5%
Fluxos das actividades operacionais (1)	5 472,6	6 484,1	6 807,8	4 864,0	2 903,5	3 251,6	-2 043,8	-29,6%
Fluxos de caixa das actividades de investimento								
Pagamentos respeitantes a:								
Activos fixos tangíveis (2201)	-584,3	-142,6	-1 206,0	-1 199,6	-2 362,1	-1 333,7	-6,3	-0,5%
Activos Intangíveis (2202)	-207,9	-157,5	-326,0	-307,5	-116,9	-73,8	-18,5	-5,7%
Investimentos financeiros (2200)	-3,0	-3,3	-6,6	-9,1	-9,5	-9,6	2,4	37,0%
Outros Activos (220-2201-2202-2200)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Recebimentos provenientes de:								
Activos fixos tangíveis(2101)	0,0	0,0	0,0	26,0	0,0	0,0		
Activos Intangíveis (2102)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Investimentos financeiros (2100)	0,0	10 100,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Outros Activos (2106)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Subsídios ao investimento (2103)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Juros e rendimentos similares (2104)	513,8	515,1	0,0	0,0	0,0	0,0		
Dividendos (2105)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Fluxos das actividades de investimento (2)	-281,6	10 311,4	-1 538,5	-1 490,2	-2 508,5	-1 417,2	48,4	3,1%
Fluxos de caixa das actividades de financiamento								
Recebimentos provenientes de:								
Financiamentos obtidos (3100)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Cobertura de prejuízos (3104)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Doações (3102)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Outras operações de financiamento (3102)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Pagamentos respeitantes a:								
Financiamentos obtidos (3200)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Juros e gastos similares (3202)	-41,6	-41,6	-41,6	-41,6	-41,6	-41,6	0,0	0,0%
Dividendos (3203)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio(3204)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Outras operações de financiamento (3205)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Fluxos de actividades de financiamento (3)	-41,6	-41,6	-41,6	-41,6	-41,6	-41,6	0,0	0,0%
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)								
Efeito do custo amortizado em caixa equivalentes no período	1,6	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Efeito do custo amortizado em caixa equivalentes no período anterior	0,0	-1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Efeitos das diferenças de câmbio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Caixa e seus equivalentes no início do período	43 443,3	46 594,4	65 357,8	70 685,6	74 017,8	74 371,2	5 327,7	8,2%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	48 594,4	65 357,9	70 685,6	74 017,8	74 371,2	76 164,0	3 332,2	4,7%

A demonstração de fluxos de tesouraria é explicada da seguinte forma:

- Os valores orçamentados para o ano de 2022 de recebimento de clientes face ao estimados para o ano de 2021 aumentaram (+1.970,3K€, +5,9%);
- O fluxo de pagamento a fornecedores terá um aumento substancial (+3.636,2K€, +21,5%), especialmente pelo acréscimo do gasto com a armazenagem, às operações de relacionadas com operação e manutenção da PolNATO, bem assim como à rotação do produto do DPNL;



- O fluxo de pagamentos ao pessoal aumenta da estimativa de 2021 para o orçamentado de 2022 pelo facto de 2022 já registar pagamentos de 14 meses de remunerações dos colaboradores que entraram no ano anterior;
- No fluxo de outros pagamentos/recebimentos são considerados valores respeitantes ao pagamento de impostos nomeadamente IVA e contribuições para CGA e Segurança Social, tanto para a estimativa de 2021 como para o orçamento de 2022;
- O resultado da atividade operacional para o orçamento de 2022 diminuiu comparativamente com a estimativa do ano 2021 pelos motivos já explanados;
- O fluxo da atividade de investimento reflete o programa de investimentos em ativos tangíveis e intangíveis previstos no Plano de Investimentos. Foi ainda orçamentada para o ano de 2022 a venda de duas viaturas que se encontram em fim de vida útil;
- Relativamente ao fluxo da atividade de financiamento registam-se, apenas, as comissões associadas ao empréstimo obrigacionista dado que continua a previsibilidade do não pagamento de juros;
- O saldo de tesouraria do final da estimativa de 2021 ascende a 70.685,6K€ e no orçamento previsto para o ano de 2022 ascenderá a 74.017,8K€ continuando a perspetivar-se um aumento para os anos de 2023 e 2024.



4.3.4. Plano de Investimentos (2021-2024)

O Quadro seguinte identifica e quantifica cada projeto de investimento desde o ano de 2021 (ano em curso) até ao ano de 2024, por Unidade/Departamento:

INVESTIMENTOS ANUAIS E PLURIANUAIS ENSE (2021-2024)						
Identificação	Descrição	2021	2022	2023	2024	Total
URP						
DEA		2021	2022	2023	2024	Total
CTIC 3697	Criação de Novas Funcionalidades Balcão Único	- €	70 000,00 €	- €	- €	70 000,00 €
SUB-TOTAL DEA		- €	70 000,00 €	- €	- €	70 000,00 €
DRE		2021	2022	2023	2024	Total
Reabilitação de edifícios na Zona II e III (Projeto investimento plurianual I)						
		100 000,00 €	- €	- €	- €	100 000,00 €
Beneficiação da rede de vedação externa (Projeto investimento plurianual II)						
		250 000,00 €	- €	- €	- €	250 000,00 €
Reabilitação da proteção marítima da Zona I (Projeto investimento plurianual III)						
		650 000,00 €	- €	- €	- €	650 000,00 €
Reabilitação e inertização dos oleodutos/ Remover o produto das linhas do Portinho da Costa (Projeto investimento plurianual IV)						
		450 000,00 €	300 000,00 €	250 000,00 €	- €	1 000 000,00 €
Reabilitação do Manifold - Zona II (Projeto investimento plurianual V)						
		- €	323 000,00 €	1 510 000,00 €	50 000,00 €	1 883 000,00 €
Retificação de válvulas existentes e estudo da implementação de novas válvulas de segurança (Projeto investimento plurianual VI)						
		- €	40 000,00 €	200 000,00 €	- €	240 000,00 €
ETAR (Projeto investimento plurianual VII)						
		- €	25 000,00 €	50 000,00 €	- €	75 000,00 €
Anel de combate a incêndios na Zona II e III (Projeto investimento plurianual VIII)						
		- €	- €	200 000,00 €	1 188 985,00 €	1 388 985,00 €
Revisão do sistema elétrico do DPNL						
		- €	80 000,00 €	- €	- €	80 000,00 €
Reabilitação metalomecânica dos equipamentos dos tanques - Zonas II e III						
		- €	85 000,00 €	- €	- €	85 000,00 €
SUB-TOTAL DRE		1 450 000,00 €	833 000,00 €	2 210 000,00 €	1 216 985,00 €	5 709 985,00 €
SUB-TOTAL URP		1 450 000,00 €	903 000,00 €	2 210 000,00 €	1 216 985,00 €	5 779 985,00 €
UAG						
		2021	2022	2023	2024	Total
Ponto de carregamento para viaturas elétricas						
		- €	10 000,00 €	- €	- €	10 000,00 €
SUB-TOTAL UAG		- €	10 000,00 €	- €	- €	10 000,00 €
DFRH						
		2021	2022	2023	2024	Total
ERP						
		- €	75 000,00 €	20 000,00 €	20 000,00 €	115 000,00 €
SUB-TOTAL DFRH		- €	75 000,00 €	20 000,00 €	20 000,00 €	115 000,00 €
DJC						
		2021	2022	2023	2024	Total
-						
SUB-TOTAL DJC		- €	- €	- €	- €	- €
DSI						
		2021	2022	2023	2024	Total
Desenvolvimento Sistema BI para todas as Plataformas Informáticas na ENSE						
		- €	45 000,00 €	35 000,00 €	- €	80 000,00 €
Aquisição de Equipamento Redundante Refrigeração, Gerador Datacenter						
		- €	40 000,00 €	- €	- €	40 000,00 €
Aquisição Material Informático ATEX para Fiscalização						
		- €	10 000,00 €	10 000,00 €	- €	20 000,00 €
CCOE Novos Desenvolvimentos						
		- €	80 000,00 €	- €	- €	80 000,00 €
Aquisição Material Informático - Computadores, Acessórios, Material						
		- €	35 000,00 €	25 000,00 €	25 000,00 €	85 000,00 €
Aquisição Equipamento Firewall redundante para as instalações do DPNL						
		- €	10 000,00 €	- €	- €	10 000,00 €
Aquisição de 2 Servidores para Sistema Virtualização						
		- €	- €	25 000,00 €	- €	25 000,00 €
SUB-TOTAL DSI		- €	220 000,00 €	95 000,00 €	25 000,00 €	340 000,00 €
SUB-TOTAL UAG		- €	305 000,00 €	115 000,00 €	45 000,00 €	465 000,00 €



UCP	2021	2022	2023	2024	Total	
DPP	2021	2022	2023	2024	Total	
Equipamento GPL	- €	3 000,00 €	3 000,00 €	3 000,00 €	9 000,00 €	
Equipamento de medida de líquidos	- €	4 000,00 €	4 000,00 €	4 000,00 €	12 000,00 €	
Equipamento de inspeção/ fiscalização	- €	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	15 000,00 €	
Caixas de transporte	- €	3 000,00 €	3 000,00 €	3 000,00 €	9 000,00 €	
Reforço e atualização de equipamento informático - serviço externo	- €	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	15 000,00 €	
SUB-TOTAL DPP	- €	20 000,00 €	20 000,00 €	20 000,00 €	60 000,00 €	
DEER						
Equipamentos para teste de carregamento em AC de veículos elétricos (x2)	- €	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	15 000,00 €	
Equipamentos de termografia por infravermelho da câmara de imagem térmica infravermelha (x2)	- €	2 500,00 €	2 500,00 €	2 500,00 €	7 500,00 €	
Equipamento de teste multifunção de instalações elétricas (x2)	- €	3 500,00 €	3 500,00 €	3 500,00 €	10 500,00 €	
Equipamento para medição de distâncias cabos elétricos	- €	2 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	6 000,00 €	
Equipamento para medição de campos elétricos em linhas aéreas	- €	2 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	6 000,00 €	
Equipamento para a medição de campos magnéticos	- €	3 000,00 €	3 000,00 €	3 000,00 €	9 000,00 €	
Multímetros com medição de "terras"	- €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	3 000,00 €	
Aquisição de "Equipamento Autônomo de Inspeção" de linhas de tensão	- €	10 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	20 000,00 €	
Aquisição de "Equipamento de Análise da Qualidade da Energia"	- €	7 000,00 €	7 000,00 €	7 000,00 €	21 000,00 €	
Equipam. por veículo (máquina fotográfica, outros.)	- €	3 000,00 €	3 000,00 €	3 000,00 €	9 000,00 €	
SUB-TOTAL DEER	- €	39 000,00 €	34 000,00 €	34 000,00 €	107 000,00 €	
DB						
Caixas de transporte equipamento	- €	3 000,00 €	3 000,00 €	3 000,00 €	9 000,00 €	
Aquisição de equipamento (ferramentas)	- €	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	15 000,00 €	
Desenvolvimento da aplicação de fiscalização c/ integração no Balcão Único	- €	15 000,00 €	15 000,00 €	15 000,00 €	45 000,00 €	
Desenvol novas funcionalidades Apl. Fiscalização - tratamento de "bigdata" e "webservices"	- €	20 000,00 €	20 000,00 €	20 000,00 €	60 000,00 €	
SUB-TOTAL DB	- €	43 000,00 €	43 000,00 €	43 000,00 €	129 000,00 €	
DGN						
Equipamento de segurança ATEX (Câmara de deteção de fugas de gás natural - FLIR GF77 25 HR + 6 HR (9,5-12 µm))	- €	50 000,00 €	20 000,00 €	10 000,00 €	80 000,00 €	
Atualização da aplicação fiscalização ao DGN	- €	25 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	35 000,00 €	
SUB-TOTAL DGN	- €	75 000,00 €	25 000,00 €	15 000,00 €	115 000,00 €	
SUB-TOTAL UCP	- €	177 000,00 €	122 000,00 €	112 000,00 €	411 000,00 €	
TOTAL GLOBAL		1 450 000,00 €	1 385 000,00 €	2 447 000,00 €	1 373 965,00 €	6 655 965,00 €

O Quadro seguinte identifica, prioriza e quantifica o valor de cada um dos projetos de investimento do ano 2022, e explicita a necessidade de cada projeto. Relembra-se que todos os projetos são financiados com capitais próprios, que decorrem do facto da entidade dispor de receitas anuais próprias.



Plano de Investimento 2022 priorizado e justificado por projeto:

Prioridade I - Muito Urgente
Prioridade II - Urgente
Prioridade III - Não Urgente

Projectos de Investimento		Prioridade	Montantes	Necessidade do Investimento (Justificação)
URP				
DEA				
	Criação de Novas Funcionalidades Balcão Único	I	70 000,00 €	Reforço das funcionalidades à disposição dos operadores para registo das empresas, cadastro e caracterização das instalações e melhoria nas possibilidades de reporte de informação
SUB-TOTAL DEA			70 000,00 €	
DRE				
	Reabilitação e Inertização dos oleodutos/ Remover o produto das linhas do Portinho da Costa (Projeto investimento plurianual IV)	II	300 000,00 €	Recuperação de parte do sistema de oleodutos que liga a Zona II ao Portinho da Costa que está desadequada para as atuais normas técnicas operacionais.
	Reabilitação do Manifold - Zona II (Projeto investimento plurianual V)	II	50 000,00 €	Uma das necessidades de investimento identificadas pelo relatório externo era a reformulação dos manifolds, simplificando a sua estrutura, a sua operação sobretudo em mono-produto (neste caso, gásóleo).
	Demolições (Envolvente do Manifold)	II	73 000,00 €	com a implementação de um novo sistema de válvulas, lançadores, bem como a construção de uma nova
	Trabalhos de Construção Civil - Construção da bacia de retenção do novo Manifold	II	100 000,00 €	bacia de retenção.
	Novo Manifold (Construção Mecânica)	II	100 000,00 €	
	Equipamentos (Válvulas e lançadores)	II	100 000,00 €	
	Retificação de válvulas existentes e estudo da implementação de novas válvulas de segurança (Projeto investimento plurianual VI)	II	40 000,00 €	No âmbito do Plano de Investimentos para a Reabilitação de Sistema de Válvulas.
	ETAR (Projeto investimento plurianual VII)	III	25 000,00 €	Fazer a necessidade de recolher resíduos de forma segura, a recuperação da ETAR é importante para minimizar a despesa de recolha e tratamento de resíduos.
	Revisão do sistema elétrico do DPNL	II	60 000,00 €	Assegurar Renovação das condições de Operação e Segurança do sistema elétrico
	Reabilitação metalomecânica dos equipamentos dos tanques - Zonas II e III	III	85 000,00 €	Necessidade de reforçar o tempo de vida útil destes elementos essenciais das instalações.
SUB-TOTAL DRE			833 000,00 €	
TOTAL URP			903 000,00 €	
UAG				
	Ponto de carregamento para viaturas elétricas	II	10 000,00 €	Devido à locação operacional de duas viaturas híbridas plug-in (em linha com as diretrizes legislativas para locação operacional de viaturas) torna-se necessário instalar pontos de carregamento elétrico nas instalações da ENSE.
SUB-TOTAL UAG			10 000,00 €	
DFRH				
	ERP	I	75 000,00 €	Tendo em conta que a ENSE tem que contabilizar, prestar contas e reportar dados em SNC-IFR, SNC-AP, cumprindo as normas contabilísticas torna-se imprescindível a adoção de uma solução informática que consiga responder a todas estas obrigações.
SUB-TOTAL DFRH			75 000,00 €	
DSI				
	Desenvolvimento Sistema BI para todas as Plataformas Informáticas na ENSE	III	45 000,00 €	A ENSE possui diversas bases de dados com diferentes relatórios, o objetivo é centralizar dashboards de diferentes aplicações para Informação Gestão.
	Aquisição de Equipamento Redundante Refrigeração, Gerador Datacenter	I	40 000,00 €	O DATACENTER é parte crucial da infraestrutura da ENSE pelo que é imprescindível que seja dotado de equipamentos redundantes.
	Aquisição Material Informático ATEX para Fiscalização	III	10 000,00 €	A ENSE efetua ações de fiscalização em instalações com requisitos de segurança de atmosferas explosivas pelo que decorre a necessidade de aquisição de equipamentos ATEX.
	CCOE Novos Desenvolvidos	II	60 000,00 €	Diminuir o CCOE em diferentes inputs.
	Aquisição Material Informático - Computadores, Acessórios, Material	II	35 000,00 €	Renovação de equipamentos informáticos com mais de 4 anos ou sem garantia.
	Aquisição Equipamento Firewall redundante para as instalações do DPNL	I	10 000,00 €	Permitir dotar os 3 locais do DPNL de equipamentos firewall redundantes.
SUB-TOTAL DSI			220 000,00 €	
TOTAL UAG			305 000,00 €	



Plano de Investimento 2022 priorizado e justificado por projeto:

Prioridade I - Muito Urgente		Prioridade II - Urgente		Prioridade III - Não Urgente	
Projectos de Investimento		Prioridade	Montantes	Necessidade do Investimento (Justificação)	
UCP	DPP				
		II	3 000,00 €	Instalação do equipamento nas viaturas para possibilitar a realização do controlo microbiológico GPL.	
		III	4 000,00 €	Equipamento de medição e ensaio necessário às novas equipas de inspetores.	
		II	5 000,00 €	Equipamento de medição e ensaio necessário às novas equipas de inspetores.	
		II	3 000,00 €	Equipamento necessário para as novas viaturas/novas equipas de inspetores.	
		I	5 000,00 €	Equipamento necessário para ações de inspeção no âmbito das novas equipas de inspetores.	
			20 000,00 €		
			SUB-TOTAL DPP		
			DEER		
		I	5 000,00 €	Equipamento de teste e ensaio necessário às novas equipas de inspetores.	
		I	2 500,00 €	Equipamento de medição e ensaio necessário às novas equipas de inspetores.	
		I	3 500,00 €	Equipamento de teste e ensaio necessário às novas equipas de inspetores.	
		III	2 000,00 €	Equipamento de medição e ensaio necessário às novas equipas de inspetores.	
		III	2 000,00 €	Equipamento de medição e ensaio necessário às novas equipas de inspetores.	
		III	3 000,00 €	Equipamento de medição e ensaio necessário às novas equipas de inspetores.	
		II	1 000,00 €	Equipamento de medição e ensaio necessário às novas equipas de inspetores.	
		II	10 000,00 €	Equipamento de medição e ensaio necessário às novas equipas de inspetores.	
		III	7 000,00 €	Equipamento de monitorização e ensaio necessário às novas equipas de inspetores.	
		I	3 000,00 €	Equipamento necessário para as viaturas e novas equipas de inspetores.	
			39 000,00 €		
			SUB-TOTAL DEER		
			DB		
		III	3 000,00 €	Equipamento necessário para as novas viaturas/novas equipas de inspetores.	
		II	5 000,00 €	Equipamento necessário para as novas viaturas/novas equipas de inspetores.	
		I	15 000,00 €	Controlo da informação dos operadores e apoio às ações de fiscalização.	
		I	20 000,00 €	Controlo da informação dos operadores e ações de fiscalização.	
			43 000,00 €		
			SUB-TOTAL DB		
			DGN		
		II	50 000,00 €	Equipamento para verificação e registo de fugas de gás em reservatórios e condutas.	
		I	25 000,00 €	Controlo da informação dos operadores e ações de fiscalização.	
			75 000,00 €		
			SUB-TOTAL DGN		
			TOTAL UCP	177 000,00 €	
			TOTAL GLOBAL	1 385 000,00 €	



4.3.4.1 Plano de Investimentos nas Instalações da PoINATO (DPNL)

A gestão da armazenagem das reservas de emergência da República nas instalações da PoINATO (DPNL), e dada a localização geográfica dessas instalações, continua a implicar uma especial atenção às questões de segurança (física) das instalações e das reservas, o que, por si só, justifica os investimentos que de seguida se discriminam.

A acrescer a este enquadramento jurídico das competências cometidas à ENSE, E.P.E., deve referir-se a necessidade de continuar a efetuar um programa de investimentos estratégicos nas instalações do DPNL cedidas à ENSE, E.P.E. conforme despacho-conjunto nº4650/2016, de 23 de março, do Senhor Secretário de Estado da Adjunto do Tesouro e das Finanças e do Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional.

Nesse âmbito, deve referir-se que, conforme anexo II ao Despacho de Retificação nº 524/2016 do mencionado Despacho-Conjunto, é indicado um plano de investimentos a executar no prazo de cedência, discriminando-se a seguir as intervenções a realizar. Este plano tem sido objeto de correção e revisão, à medida que tem sido desenvolvido, com apoio de uma entidade externa, um levantamento exaustivo da situação das instalações e das necessidades de intervenção e investimento para adaptar a sua realidade para os níveis mais exigentes do setor, importando destacar que, como previsto no auto de cedência, foi feita uma proposta formal ao Ministério da Defesa Nacional de alteração do quadro de investimentos.

a) Plano de Investimentos em 2021 no DPNL (em curso)

Em 2021 estimam-se realizar os seguintes projetos:

i. Reabilitação da Proteção Marítima da Zona I do DPNL

Face à necessidade de repor toda a frente de enrocamento da zona I, foi desencadeado um novo procedimento concursal que se prevê terminará ainda em 2021 e que terá uma execução orçamental em 2021 de cerca de 650.000€+IVA.

ii. Reabilitação e Inertização dos Oleodutos/Remoção de Produto das Linhas do Portinho da Costa



Esta operação que visa reabilitar e melhorar as condições de operação e segurança desta parte fundamental da infraestrutura de oleodutos e válvulas para melhorar a operação das instalações e aumentar o tempo de vida útil destes equipamentos, será concluída em 2023 e terá um investimento previsto para 2021 na ordem dos 450.000€+IVA.

iii. Reabilitação de Edifícios da Zona II e III

Mantendo o objetivo de melhorar as instalações foram efetuadas intervenções de reabilitação total do edifício administrativo da zona III e de reabilitação e pintura das fachadas dos edifícios técnicos da zona II num valor total de cerca de 100.000€+IVA.

iv. Beneficiação da Rede de Vedação Externa na Zona I

Após o lançamento de um primeiro concurso que não teve qualquer proposta, prevê-se o lançamento de um novo procedimento concursal ainda em 2021 para que possa ser desencadeada a empreitada de reabilitação de toda a vedação da zona I do DPNL, num esforço orçamental que deverá estar situado em cerca de 250.000€+IVA.

b) Plano de Investimentos Plurianual no DPNL (2021-2024)

O quadro de competências e responsabilidades legais que esta entidade central de armazenagem tem que cumprir, nomeadamente no que diz respeito ao cumprimento do contrato de concessão para a gestão das instalações do DPNL, alavanca as necessidades financeiras e orçamentais que permitam concretizar o plano plurianual de investimentos identificado como necessário para reforçar as condições de segurança e operacionais de uma infraestrutura vital para o sistema de reservas estratégicas nacionais.

O ano de 2021, que deu continuidade a um período de emergência e excecionalidade fruto da crise pandémica, condicionou de forma clara a capacidade de execução dos investimentos planeados e o processo de revisão do quadro de intervenções planeadas no âmbito do auto de cedência assinado com o Ministério da Defesa Nacional. Nesse sentido, e dada a retoma progressiva da economia expectável para o final do presente ano, irá existir um esforço para que os projetos plurianuais orçamentados para terminar em 2021 sejam fechados até ao final deste ano havendo, desde já, necessidade de proceder à orçamentação de novos investimentos plurianuais para terem início do ano de 2022.



O quadro seguinte representa um destaque dos projetos identificados no Plano de Investimentos da pág. 58 que, pelo facto de ter um carácter plurianual (não se esgotando o investimento em apenas um ano económico), aqui se discrimina com mais detalhe:

Plano de Investimentos Plurianual 2021-2024

URP	Descrição do investimento	Tipo de Investimento	Prioridade	Investimento Total (€)	Execução até 2020	Estimado 2021	Orçamento 2022	Previsão 2023	Previsão 2024	Previsão após 2024	Conclusão	Financiamento	Taxa de comparticipação do financiamento (%)	Valor suportado pela ENSE (€)
	Reabilitação de edifícios na Zona II e III (I)	Plurianual	1	100 000,00 €	0,00 €	100 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2021	513 - Receitas Próprias	0%	100 000,00 €
	Beneficiação da rede de vedação externa (II)	Plurianual	1	250 000,00 €	0,00 €	250 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2021	513 - Receitas Próprias	0%	250 000,00 €
	Reabilitação da proteção marítima da Zona I (III)	Plurianual	1	650 000,00 €	0,00 €	650 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2021	513 - Receitas Próprias	0%	650 000,00 €
	Reabilitação e inativação dos oleodutos/ Remover o produto das linhas de Forno da Costa (IV)	Plurianual	2	1 000 000,00 €	0,00 €	450 000,00 €	300 000,00 €	250 000,00 €	0,00 €	0,00 €	2023	513 - Receitas Próprias	0%	1 000 000,00 €
	Reabilitação do Manifold - Zona II (V)	Plurianual	2	1 883 000,00 €	0,00 €	0,00 €	323 000,00 €	1 510 000,00 €	50 000,00 €	0,00 €	2024	513 - Receitas Próprias	0%	1 883 000,00 €
	Reedificação de válvulas existentes e estudo de implementação de novas válvulas de segurança (VI)	Plurianual	2	240 000,00 €	0,00 €	0,00 €	40 000,00 €	200 000,00 €	0,00 €	0,00 €	2023	513 - Receitas Próprias	0%	240 000,00 €
	ETAR (VII)	Plurianual	3	75 000,00 €	0,00 €	0,00 €	25 000,00 €	50 000,00 €	0,00 €	0,00 €	2023	513 - Receitas Próprias	0%	75 000,00 €
	Anel de combate a incêndios na Zona II e III (VIII)	Plurianual	2	1 366 965,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	200 000,00 €	1 166 965,00 €	0,00 €	2024	513 - Receitas Próprias	0%	1 366 965,00 €
	TOTAL URP			5 564 965,00 €	0,00 €	1 450 000,00 €	988 000,00 €	2 210 000,00 €	1 216 965,00 €	0,00 €				5 564 965,00 €

Legenda "Prioridade"

- 1 - Muito Urgente
- 2 - Urgente
- 3 - Não Urgente

O plano de investimentos com carácter plurianual em causa é composto pelos projetos identificados no quadro acima e justificam-se da seguinte forma:

i. Reabilitação de Edifícios na Zona II e III

Mantêm-se o objetivo de continuar a reabilitar os edifícios do DPNL, reforçando a sua vida útil e incrementando as suas condições de segurança e energéticas. É previsível a finalização deste investimento no ano de 2021. Os custos previstos para o ano de 2021 são de **100.000€**.



ii. Beneficiação da Rede de Vedação Externa

Uma das desconformidades identificadas nas instalações é o mau estado e degradação das vedações das instalações. É previsível a finalização deste investimento no ano de 2021. Os custos previstos para o ano de 2021 são de **250.000€**.

iii. Reabilitação da Proteção Marítima da Zona I

A obra de intervenção tem um projeto de intervenção estrutural que terá como intuito o enrocamento de defesa marítima repondo, assim, as condições de segurança para as instalações e população. É previsível a finalização deste investimento no ano de 2021. Os custos previstos para o ano de 2021 são de **650.000€**.

iv. Reabilitação e Inertização dos Oleodutos/ Remoção de Produto das Linhas do Portinho da Costa

No âmbito do plano plurianual que prevê uma reabilitação do sistema de oleodutos e válvulas, a primeira fase contempla a reabilitação das linhas entre a Zona II e o Portinho da Costa, sendo que serão intervencionadas para a retirada do produto ainda aí existente e feita a reabilitação do sistema de oleodutos e válvulas desse troço. Estima-se, para o projeto em apreço, um esforço para o período 2021-2023 de **1.000.000€**.

v. Reabilitação do Manifold -- Zona II

Uma das necessidades de investimento identificadas pelo relatório de entidade externa era a reformulação dos Manifolds, simplificando a sua estrutura, a sua operação sobretudo em mono-produto (neste caso, gásóleo), com a implementação de um novo sistema de válvulas, lançadores, bem como a construção de uma nova bacia de retenção.

O custo previsto para esta reabilitação, para o período de 2022-2024, é de **1.883.000€**.

vi. Retificação de válvulas existentes e estudo da implementação de novas válvulas de segurança

A revisão do sistema do Manifold obriga, igualmente, a uma retificação do sistema de válvulas existentes no DPNL e implementação de novas para aumento da segurança das instalações e das populações.

Assim, mantém-se o objetivo da implementação faseada de um sistema de “válvulas-chave” de segurança. Estima-se um custo previsto, para o período de 2022-2023 de **240.000€**.

vii. ETAR

Face à necessidade de recolher resíduos de forma segura, a recuperação da ETAR é importante para minimizar a despesa de recolha e tratamento de resíduos.

Estima-se um custo de **75.000€** para o período de 2022-2023.

viii. Anel de combate a incêndios na Zona II e III

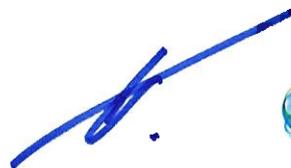
Desde o início do processo de concessão do DPNL à ENSE, E.P.E. foi identificado como uma das principais carências operacionais, o facto da atual rede de combate a incêndios não cumprir as atuais normas de segurança, tendo por isso sido desenvolvido o projeto de um novo anel de combate a incêndios para as 2 zonas de armazenagem do DPNL, estando essa empreitada a ser preparada para ser executada entre 2023 e 2024, com um custo estimado total de **1.366.965€**.

4.3.4.2 Investimentos e prioridades

A ENSE, E.P.E. fruto do novo quadro reforçado de competências de fiscalização de todo o setor energético nacional, da entrada de 16 colaboradores aprovados em sede de PAO 2021 (mais 1 vogal executivo) e do aumento da abrangência da sua atuação pelos diversos setores da área energética, viu-se obrigada a planear e projetar um conjunto, e reforço, de capacidades, que justificam o plano de investimentos constantes no PAO 2022.

O plano de investimentos justifica-se, deste modo, na melhoria da capacidade operacional e de equipamentos das equipas de fiscalização, que têm, presentemente, de ter todos os meios necessários à intervenção em instalações do setor elétrico e de gás natural (mantendo a melhoria dos equipamentos na área dos combustíveis e biocombustíveis). Justifica-se, ainda, na necessidade de adaptação e incremento das plataformas tecnológicas de toda a empresa que permitam a inclusão das novas áreas, para que facilite todo o processo de relação desmaterializada com todos os operadores de mercado que tem vindo a ser implementada.

Para além disso, a ENSE, E.P.E. no âmbito do contrato de concessão por 25 anos da gestão das instalações do DPNL (propriedade do Ministério da Defesa Nacional), tem a obrigação de assegurar despesas de manutenção e de concretizar um plano de investimentos plurianual que é vital para o reforço da segurança e condições de operacionalização desta infraestrutura nevrálgica para o sistema de reservas nacional de produtos petrolíferos. Importa referir que, no âmbito deste contrato de concessão de gestão do DPNL, uma parte substancial das despesas de investimento é deduzida à renda a pagar ao Ministério da Defesa Nacional, não sendo por isso um acréscimo de custo, sendo antes um investimento, que de outra maneira era apenas



um custo corrente sob a forma de renda (sem os benefícios inerentes às melhorias operacionais que advém dos investimentos efetuados).

a) Fontes de Financiamento (dos Investimentos)

Relembra-se, que o Orçamento da ENSE, E.P.E. não depende do Orçamento Geral do Estado⁵, constituindo a sua principal fonte de receita, a constituição de reservas de segurança solicitadas pelos operadores obrigados, que pagam o valor correspondente às quantidades constituídas aplicando a prestação unitária definida pelo Governo (que em 2022 está orçamentada nos 2,03€/toncoe/mês). Por imperativos legais e estatutários, a estrutura de custos da ENSE, E.P.E. tem de estar assente num princípio de resultado tendencialmente nulo, pelo que todas as opções resultam da planificação que assegura esta razão de sustentabilidade.

Importa desta forma realçar que cada projeto de investimento é financiado por capitais próprios que deriva da receita própria obtida junto dos operadores do sistema petrolífero nacional⁶.

Nestes termos, o Plano de Investimentos indicado para período de 2021 a 2024 encontra o suporte de financiamento, no seu todo, em capitais próprios, assentes nas prestações pecuniárias a calcular anualmente. As prestações unitárias a calcular no âmbito do PAO 2023 e PAO 2024, suportarão os investimentos projetados para esses mesmo anos.

4.3.5. Endividamento

Endividamento	2022	2021
	Previsão	Estimativa
Financiamento remunerado	360 000 000	360 000 000
Capital Social ou Capital Estatutário realizado		
Novos investimentos com expressão material		
Crescimento do endividamento		0,00%

O valor evidenciado no quadro refere-se ao empréstimo obrigacionista em curso nesta entidade, *private placement* (apenas dois subscritores), que vigorará até 2028, altura em que vence e cujo pagamento é *bullet*. Este empréstimo foi constituído em 2008.

⁵ Ver: als. b) e c) do ponto 4.1 deste plano, com o título: «notas prévias/Coordenadas de leitura»

⁶ Ibidem



Tal como no orçamento do ano anterior, não existiu nem se prevê aumentar o endividamento da entidade nos próximos exercícios.

O empréstimo obrigacionista não contempla amortizações periódicas e terá que ser integralmente liquidado no final do contrato (ou em datas definidas para pagamento integral antecipado) - *bullet* (2028), ou renegociados nos seus pressupostos.

Importa referir que o saldo executado em Balanço reflete o nível de endividamento deduzido da especialização das comissões pagas à cabeça (em 2008), incrementando todos os anos 1/10 do valor destas comissões. No vencimento do empréstimo obrigacionista (2028) o valor ascenderá a 360 milhões de euros que constituem este empréstimo (valor nominal).

O quadro infra resume e sistematiza a informação relativamente ao serviço da dívida desta EPE:

EMPRÉSTIMO OBRIGACIONISTA EGREP/ENMC/ENSE 360.000.000,00 €	
Designação do Empréstimo	EUR 360 000 000,00 € FLOATING RATE BONDS DUE 2028
Valor do Empréstimo	360 000 000,00 €
Entidades relacionadas:	
CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.	Paying Agent and Agent Bank
DEPFA BANK PLC	180.000.000,00 €
DEXIA SABADELL, S.A. - SUCURSAL EM PORTUGAL	180.000.000,00 €
Taxa de Juro	06/08/2008 - 08/08/2016 (0,075%/ano com taxa EURIBOR a 6 meses) 09/08/2016 - 07/08/2023 (0,12%/ano com taxa EURIBOR a 6 meses) 08/08/2023 - 06/08/2028 (0,14%/ano com taxa EURIBOR a 6 meses)
Maturidade do Empréstimo	06 de agosto de 2028
Amortizações com vencimento em 2022	0,00 €
Juros com vencimento em 2022	0,00 €
Condições implícitas à amortização antecipada	Pagamento total antecipado poderá ser realizado a 07/08/2023. Sendo o empréstimo obrigacionista "bullet" não existe lugar a amortização parcial antecipada. O pagamento terá de ser, sempre, total a 07/08/2023 ou, conforme previsto inicialmente, na data da maturidade do empréstimo (06/08/2028).

4.3.6. Indicadores

Os cenários de evolução financeira previstos no Despacho N.º 682/2021 do Senhor SET impõem um conjunto de indicadores que não têm aplicabilidade a este ente público atento a sua especificidade estatutária, conforme se tem vindo reiteradamente a indicar.

Neste sentido, explicitando:

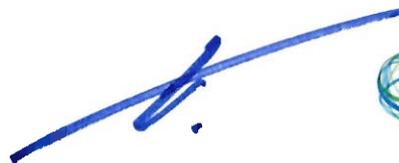
- I. Crescimento sustentado do volume de negócios: Note-se que 91,7% do volume de negócios da ENSE, E.P.E. é obtido maioritariamente por uma prestação unitária que cobre apenas o montante necessário para cobrir os gastos totais líquidos – desta forma o volume de negócios é condicionado pelo montante dos gastos – o racional de “evolução” do volume de negócios não tem aderência;



- II. Gastos operacionais deverão evoluir a taxa percentual inferior à do volume de negócios: os gastos operacionais desta entidade são cobertos pelos rendimentos, logo esta disposição que consta nos IEIPG não tem aplicação;
- III. Aumento do gasto com o pessoal não pode ser percentualmente superior ao volume de negócios: o racional aplicado neste ponto segue o mesmo racional do explicitado na alínea anterior. De referir que face ao aumento de competências verificou-se um aumento destes gastos;
- IV. Aumento da despesa em FSE's abaixo da taxa de crescimento do volume de negócios: segue idêntico racional que as alíneas anteriores. E ainda atento ao facto de as novas contratações que resultaram das novas atribuições contribuíram para o crescimento dos FSE'S nomeadamente nas seguintes rubricas - locação operacional de viaturas, combustíveis, portagens, deslocações e estadas, material de escritório, entre outros;
- V. Melhoria do resultado operacional (EBIT) líquido de provisões, imparidade e correções de justo valor: encadeado com os indicadores anteriores, não tem aderência, o EBITDA, o EBIT, o RAI varia de ano para ano e é sempre positivo, sendo sempre tendencialmente nulo, conforme dispõem os estatutos desta Entidade;
- VI. Diminuição do endividamento líquido real: o endividamento mantém-se contante ao longo dos anos, o valor nominal são 360 milhões de euros que representa o empréstimo obrigacionista "bullet" em vigor desde 2008 com maturidade para 2028.

Tal como referido no anterior Orçamento reitera-se que o crescimento do EBITDA não deve ser utilizado como medida da eficiência económica, considerando a natureza dos gastos e rendimentos desta entidade.

Importa salientar que caso existam imparidades associadas a perdas sobre inventário ou reversões (como foi utilizado como comparativo o ano de 2021 que ainda é uma estimativa as mesmas ainda não se encontram apuradas), o EBITDA pode apresentar-se negativo ou positivo caso seja um ajustamento ou reversão respetivamente. O registo de imparidades depende da evolução das cotações do petróleo e derivados nos mercados internacionais o que constitui uma variável exógena, não tendo por isso a ENSE, E.P.E. qualquer capacidade de intervenção.



a) Princípios Gerais para Elaboração dos IPG's

No que respeita aos princípios orientadores gerais dos IPG, temos:

- I. A maximização das receitas mercantis: já explicitado no ponto i) dos indicadores;
- II. A implementação de políticas de redução de custos: tendo em conta a necessidade desta entidade cumprir com as suas obrigações estatutárias nomeadamente ao nível da fiscalização, as novas contratações vieram incrementar as despesas desta entidade especialmente gastos com pessoal e fornecimento e serviços externos;
- III. Arrears (pagamentos em atraso): a estimativa prevista para o ano de 2021 bem como para os anos subsequentes o prazo médio de pagamento previsto é de um dia;
- IV. Minimização de endividamento e encargos financeiros associados: ver rubrica Endividamento (pág. 67 e 68);
- V. Racionalização e ajustamento do quadro de pessoal – de referir que o quadro de pessoal se mantém inalterado face ao ano de 2021.

E ainda os restantes princípios orientadores:

i. Objetivos Setoriais:

Não foram traçados para a ENSE, E.P.E. objetivos setoriais e os correspondentes indicadores operacionais adequados à avaliação do seu impacto económico e social, e os indicadores financeiros adequados à avaliação da proposta de orçamento.

De referir que apesar dos indicadores mencionados no Orçamento 2021-2023, o relatório de análise 15/2021 de 01 de fevereiro de 2021 efetuado ao referido PAO, analisou os indicadores mencionados nos IPG, no entanto foram aceites as justificações dadas por esta entidade relativamente aos referidos indicadores.

A este propósito relembra-se que na ausência de objetivos de desempenho foi em 2010 proposto às tutelas um conjunto de indicadores para a EGREP, E.P.E., que se indicam e aos quais as tutelas não deram o seguimento, mas que se tem mantido para os anos seguintes e constam da execução dos Relatórios e Contas até à data.

Os indicadores propostos para o exercício de 2010 foram os seguintes, sendo que atualmente grande parte destes têm uma aplicabilidade reduzida no novo figurino da ENSE, E.P.E.:

Área de atuação	Indicadores propostos	2010
EFICIÊNCIA	Variação dos gastos de pessoal	0%
	Evolução do custo unitário de armazenagem (1)	0%
	Custo unitário de armazenagem / custo da alternativa base (2)	66%
	Custo unitário total/custo unitário total da alternativa base (3)	60%
	Variação dos gastos de estrutura	0%
	Gasto líquido do financiamento	4,68%
Prazo médio de pagamentos a fornecedores	PMP	0
Custo de aquisição das reservas/dívida	Reservas a custo de aquisição / dívida	97%
EFICÁCIA	Grau de cumprimento do nível de reservas exigido	100%
Reservas (*) em substituição dos operadores (dias de consumo)	Gasolinas	14
	Gasóleos	5
	Fuelóleos	30
	GPL	5

(*) A partir de 2014 passaram a existir somente 3 categorias: Gasolina - A; Gasóleo - B; Outros - C (Fuelóleos e GPL)

Os seguintes indicadores atualmente apenas dizem respeito à Unidade de Reservas Petrolíferas:

- (1) *Evolução do custo unitário de armazenagem (€/TON): relaciona o custo unitário do ano com o custo unitário do ano anterior. Numerador: custo unitário de armazenagem do ano sobre reservas médias. Denominador: custo unitário de armazenagem do ano anterior sobre reservas médias do ano anterior.*
- (2) *Custo unitário de armazenagem / custo da alternativa base: relaciona o custo unitário de armazenagem da ENSE, E.P.E. versus o custo unitário de armazenagem dos produtos tendo como base os custos unitários de armazenagem na Galp. Numerador: custo total de armazenagem expurgando tickets e adicionando seguro de reservas. Denominador: Reservas médias da ENSE, E.P.E. multiplicado pelo custo unitário médio do ano na Galp.*
- (3) *Custo unitário total/custo unitário total da alternativa base: relaciona custos totais (incluindo amortizações e o custo financeiro) com o custo total da alternativa base: a Galp. Numerador: custos totais que incluem as amortizações e o custo financeiro. Denominador: custo total de armazenagem das reservas tendo a base Galp mais custo de capital das reservas tendo a base Galp.*

Os indicadores estavam definidos para uma estrutura de recursos humanos mínima, que se previa, inalterável, face às competências estritas, no âmbito da manutenção das reservas estratégicas da antiga EGREP, E.P.E..

Posteriormente o campo de competências foi substancialmente alargado⁷ tanto ao nível da gestão e manutenção das reservas estratégicas onde foi incluído por exemplo a gestão do parque de armazenamento do DPNL, como todas as novas competências do âmbito da fiscalização de todo o setor da energia.

⁷ Decreto-Lei nº 165/2013, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 69/2018, de 27 de agosto e Decreto-Lei nº 31/2006, de 15 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 244/2015, de 19 de outubro

Os objetivos setoriais deverão incluir os adequados indicadores operacionais que visem avaliar o impacto económico e social e os adequados indicadores financeiros – conforme disposto nas instruções do Despacho nº 682/2021 do SET - por Unidade Operacional da ENSE, E.P.E., a URP e a UCP. Face à não aplicabilidade dos indicadores previstos nos IPG'S, a ENSE, E.P.E. vem proceder à análise dos seguintes indicadores de eficiência e eficácia por Unidade Operacional (para o estimado do ano de 2021):

Indicadores URP:

Indicadores URP Estimados 2021	
Estimativa 2021	
EFICIÊNCIA	
EBITDA* > 0	4 602 682,41 €
EBIT* > 0	4 319 843,33 €
RAI* > 0	4 282 403,33 €
Gasto Total com Armazenagem <= 80% do Gasto Total Líquido da URP*	73%
Evolução do Endividamento (EO) = Nula até 2028	0%
PMP <= 20 dias	0,6
EFICÁCIA	
Grau de Cumprimento do Nível de Reservas Exigido	100%
Assegurar 90 dias de Reservas para Pequenos Operadores	100%

* Expurgado de imparidade sobre inventários

Quanto aos indicadores analisados para a URP, o cumprimento dos mesmos estima-se ser integral, tanto a nível de eficiência como a nível de eficácia.

Relativamente aos primeiros indicadores (eficiência) o EBITDA, EBIT e RAI são amplamente positivos devido, principalmente, à situação pandémica que marcou o ano de 2021 e que fez com que o valor a despender em tickets fosse amplamente menor do que o orçamentado bem como a não execução da operação de rotação de gasóleo estimada em 1.000K€.

O gasto total com armazenagem ascendeu a 73% do gasto total líquido da URP o que constitui o cumprimento do indicador proposto (<= 80%).

O endividamento não evolui, como seria expectável.

O PMP fixou-se nos 0,6 dias, amplamente inferior ao proposto de ≤ 20 dias.

Quanto aos indicadores de eficácia, ambos foram igualmente cumpridos, tendo a URP assegurado o nível de reservas exigido de forma global bem como os 90 dias de reservas para pequenos operadores.

Indicadores UCP:

Indicadores UCP Estimados 2021	
Estimativa 2021	
EFICIÊNCIA	
Tempo, médio, de realização de relatórios (em dias/processo), decorrido entre a data da fiscalização e a data de entrega do relatório ≤ 8 dias úteis	8 dias úteis
Elaboração relatórios fiscalização e análise de reclamações e/ou denúncias ≤ 8 dias úteis	8 dias úteis
Tempo, médio, de entrega de relatórios de averiguação de acidentes (em dias/processo) decorrido entre o dia seguinte à data das diligências efetuadas e a data de entrega do relatório ≤ 20 dias úteis	15 dias úteis
Elaboração relatórios de averiguações, nomeadamente os de acidentes, identificando e avaliando a causa dos mesmos ≤ 20 dias úteis	15 dias úteis
Tempo, médio, de realização de autos (em dias/processo) decorrido entre a data da fiscalização e a data de entrega do relatório ≤ 20 dias úteis	15 dias úteis
Elaboração autos de contraordenação ≤ 20 dias úteis	15 dias úteis
EFICÁCIA	
Média, anual, da taxa de execução das atividades propostas no PIF 2020 $\geq 80\%$	100%
Executar as atividades propostas no PIF para a DEER $\geq 80\%$	180%
Quantidade de reclamações analisadas ≥ 3.600	2480
Quantidade de acidentes analisados ≥ 8	28
Quantidade de colheitas analisadas ≥ 417	560
Quantidade de fiscalizações analisadas ≥ 791	1292
QUALIDADE	
Número de ações de supervisão aos inspetores afetos ao departamento ≥ 2	9
Supervisionar a atividade dos inspetores afetos à DEER, nos termos definidos no Procedimento PG-07: "Qualificação, Manutenção e Requalificação do Pessoal" do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da ENSE, E.P.E. ≥ 2	20

Quanto aos indicadores analisados para a UCP, estima-se que o cumprimento dos mesmos seja total a nível de eficiência e qualidade. A nível de eficácia, apenas não será atingido um dos objetivos propostos sendo tal desvio explicado mais à frente.

Todos os objetivos de eficiência são cumpridos, estimando-se que os trabalhadores da área da inspeção consigam proceder à elaboração e realização de relatórios e autos dentro dos prazos previstos para o mesmo, mediante equilíbrio entre o tempo utilizado para as ações de fiscalização e o tempo para a elaboração dos respetivos relatórios e eventuais autos.

Quanto aos objetivos de eficácia, grande parte são (amplamente) excedidos devido à continuidade dada às ações inspetivas pelo país, apesar das condicionantes impostas pela situação pandémica que assolou o ano de 2021, o que levou a um número elevado de ações de fiscalização (previstas em sede de PIF), elevado número de colheitas, fiscalizações e análises de acidentes.

O único indicador não atingido, devido a fatores exógenos à ENSE, foi a análise de reclamações, estimando-se que este número fique em 1.120 reclamações aquém do objetivo proposto. Este facto deve-se à diminuição de reclamações rececionadas no decorrer do ano de 2021.

Por último, os indicadores de qualidade foram ultrapassados tendo existido um cuidado especial no acompanhamento e supervisão do desenvolvimento das atividades executadas pelos inspetores dada a necessidade de formação *in loco* decorrente do elevado número de novas contratações para a área inspetiva.

ii. Indicadores Ano 2022

Para o ano de 2022 os indicadores operacionais e financeiros a serem analisados para efeitos de acompanhamento da atividade da URP mantêm-se em linha com os analisados no ano de 2021, conforme se listam de seguida:

- de eficiência:

- EBITDA e EBIT (expurgado de imparidade sobre inventário) > 0;
- RAI (expurgado de imparidade sobre inventário) > 0 (e próximo de zero, máx de 60K€);

- Gasto total com armazenagem $\leq 80\%$ do gasto total líquido da URP (expurgado de imparidade sobre inventário)⁸;
- Evolução do Endividamento (Empréstimo Obrigacionista): **nula até 2028**;
- Prazo médio de pagamento a fornecedores: PMP ≤ 20 dias.

- de eficácia:

- Grau de cumprimento do nível de reservas exigido;
- Assegurar 90 dias de reservas para os pequenos operadores.

No caso da UCP, com base na experiência obtida na monitorização dos indicadores anuais, foram adaptados os indicadores operacionais existentes, com o objetivo de refletir melhor a atividade da UCP e obter uma real mais-valia na sua monitorização ao longo de 2022, aumentando o nível de exigência, para maior adaptabilidade à nova realidade da ENSE, E.P.E. e mediante o reforço humano da área fiscalização e prevenção. Assim, os indicadores a analisar para a UCP, em 2022, são:

- de eficácia:

- Quantidade de reclamações tratadas no âmbito do setor energético $\geq 95\%$ das reclamações recebidas;
- Quantidade de averiguações de acidentes no setor energético $\geq 95\%$ dos acidentes reportados;
- Quantidade de colheitas analisadas ≥ 250 ;
- Quantidade de ações de fiscalização realizadas no âmbito do setor energético ≥ 1.300 .

- de eficiência:

- Tratamento de reclamações e/ou denúncias no âmbito do setor energético: **máx. 8 dias úteis**;
- Tempo, médio, de entrega de relatórios de averiguação de acidentes (em dias/processo), decorrido entre o dia seguinte à data das diligências efetuadas e a data de aprovação do relatório: **máx. 20 dias úteis**;

⁸ O gasto total com armazenagem compreende o gasto anual com a armazenagem das reservas físicas mais o gasto com a aquisição de tickets de petróleo e produtos de petróleo. O gasto total líquido compreende todos os gastos operacionais incluindo amortizações e depreciações mais juros e gastos similares pagos, expurgando as imparidades de inventários e deduzido dos rendimentos decorrentes de juros recebidos das aplicações financeiras.

- Tempo, médio, de levantamento de auto de notícia e processo administrativo (em dias/processo), decorrido entre a data despacho superior para a sua elaboração até à data de submissão para instrução (estado 010P do GIC): máx. 15 dias úteis.

- de qualidade:

- Percentagem de inspetores avaliados com avaliação final superior a 20 no âmbito do Procedimento PG-07: “Qualificação, Manutenção e Requalificação do Pessoal” do Sistema de gestão da qualidade (SGQ) da ENSE, E.P.E. $\geq 60\%$.

iii. Os Gastos e Réditos associados às novas atividades:

Para o ano de 2022 não estão orçamentados valores de gastos e réditos para novas atividades, propondo-se esta entidade solidificar as competências atribuídas pelo Decreto-Lei nº 69/2018 de 27 de agosto. Os gastos e réditos associados às atividades de fiscalização estão associados à análise efetuada na conta de resultados da Unidade de Controlo e Prevenção (UCP) onde são explicitados detalhadamente os gastos e rendimentos (pág. 44 a 46).

iv. Eventuais contingências

Não estão previstas eventuais contingências nomeadamente concessão de garantias.

v. Eventos sem repetição

Está prevista uma operação de rotação de produto (gasóleo) nas instalações do DPNL atualmente sob a gestão da ENSE, E.P.E. que se prevê desencadear nos próximos 3 anos.

Esta operação de rotação orçamentada em 1 milhão de euros/ano (3 anos) é pontual e justifica-se para manter a qualidade e cumprindo os limites legais impostos para o produto armazenado.

vi. O conjunto de gastos, projetos e investimentos financiados por fundos comunitários

Não se aplica a esta entidade na medida em que não beneficia deste tipo de financiamento.

vii. Impactos Económicos e Financeiros do Surto Pandémico do Vírus SARS-CoV-2

Na sequência do estabelecido no Plano de Contingência que preconiza a redução do risco de contaminação dos trabalhadores, a ENSE, E.P.E. continuou, durante o ano de 2021, a tomar um conjunto de medidas nesse sentido, tendo, para esse efeito, sido efetuado um conjunto de gastos não dispendioso, mas considerado adequado à contenção do surto e à atividade da entidade.

Nestes termos, foram efetuados um conjunto de gastos com máscaras cirúrgicas, álcool gel, fatos de proteção, testes rápidos e serviço de testagem semanal, opcional, aos trabalhadores, entre outras. Foram, igualmente, desenvolvidas funcionalidades específicas e efetuadas melhorias em aplicações informáticas derivado da situação pandémica.

No orçamento de 2022 está previsto efetuar mais um conjunto de despesas, tais como:

- Serviços de enfermagem para testagem do vírus SARS-CoV-2;
- Artigos médicos e produtos diversos para prevenção e contenção da infeção no local de trabalho e nas ações de fiscalização.

O quadro seguinte explicita devidamente esta matéria:

Impactos Económicos e Financeiros do Surto Pandémico do Vírus SARS-CoV-2

Ano	Tipo de Despesa	Conta SNC	Descrição da Despesa	Valor	Justificação/Necessidade
2021 Executado até Junho	Gasto FSE	6221204	Evolução do Balcão Único	6 270,00 €	Evolução necessária da plataforma Balcão Único com o intuito de obter informação junto dos Operadores do SPN sobre o impacto da pandemia SARS-CoV-2 na sua atividade económica, para difusão pela população em geral.
	Gasto FSE	6221999	Testes rápidos SARS-CoV-2	680,00 €	Despesas no âmbito de aquisição de equipamentos para testagem relativamente ao vírus SARS-CoV-2.
	Gasto FSE	62249003	Enfermagem - Testagem SARS-CoV-2	320,00 €	Serviços de enfermagem de testagem SARS-CoV-2.
	Gasto FSE	6249	Aquisição de produtos diversos para mitigação dos efeitos da vírus SARS-CoV-2	104,93 €	Despesas no âmbito da prevenção e contenção da infeção epidemiológica no local de trabalho e nas ações de fiscalização.
	Gasto FSE	6237	Artigos médicos	1 160,00 €	Despesas no âmbito de aquisição de artigos médicos necessários ao controlo, prevenção e mitigação do vírus SARS-CoV-2.
	Gastos Pessoal	63892	Máscaras cirúrgicas	1 679,84 €	Despesas relacionadas com a aquisição de equipamentos de proteção para os trabalhadores da ENSE, como são as máscaras cirúrgicas.
SUB-TOTAL				10 224,77 €	
2021 Estimado de julho-dezembro (acumulado)	Gasto FSE	6221204	Evolução do Balcão Único	13 361,25 €	Evolução necessária da plataforma Balcão Único com o intuito de obter informação junto dos Operadores do SPN sobre o impacto da pandemia SARS-CoV-2 na sua atividade económica, para difusão pela população em geral.
	Gasto FSE	6221999	Testes rápidos SARS-CoV-2	1 380,00 €	Despesas no âmbito de aquisição de equipamentos para testagem relativamente ao vírus SARS-CoV-2.
	Gasto FSE	62249003	Enfermagem - Testagem SARS-CoV-2	1 520,00 €	Serviços de enfermagem de testagem SARS-CoV-2.
	Gasto FSE	6249	Aquisição de produtos diversos para mitigação dos efeitos da vírus SARS-CoV-2	263,94 €	Despesas no âmbito da prevenção e contenção da infeção epidemiológica no local de trabalho e nas ações de fiscalização.
	Gasto FSE	6237	Artigos médicos	3 480,00 €	Despesas no âmbito de aquisição de artigos médicos necessários ao controlo, prevenção e mitigação do vírus SARS-CoV-2.
	Gastos Pessoal	63892	Máscaras cirúrgicas, equipamentos de proteção para os trabalhadores e equipas de fiscalização, entre outros	12 466,68 €	Despesas relacionadas com a aquisição de equipamentos de proteção para os trabalhadores da ENSE.
SUB-TOTAL				32 471,87 €	
TOTAL 2021				42 696,64 €	
2022 Orçamentado	Gasto FSE	62249003	Enfermagem - Testagem SARS-CoV-2	2 000,00 €	Serviços de enfermagem de testagem SARS-CoV-2.
	Gasto FSE	6237	Artigos médicos	3 480,00 €	Despesas no âmbito de aquisição de artigos médicos necessários ao controlo, prevenção e mitigação do vírus SARS-CoV-2.
	Gasto FSE	6249	Aquisição de produtos diversos para mitigação dos efeitos da vírus SARS-CoV-2	2 400,00 €	Despesas no âmbito da prevenção e contenção da infeção epidemiológica no local de trabalho e nas ações de fiscalização.
TOTAL 2022				7 880,00 €	

4.4. Princípios Financeiros – Referências para 2022

4.4.1. Eficiência Operacional

A proposta de PAO aqui em escrutínio anual e plurianual orçamenta um resultado operacional para o triénio 2022-2024 adequado aos estatutos da ENSE, E.P.E..

O indicador (de evolução) $GO/VN (2022) \leq GO/VN (2021)$ – este indicador não serve como medida uma vez que se encontra desajustado dos estatutos desta entidade conforme referido anteriormente e justificado de seguida na análise do indicador Peso nos Gastos. Para a medida de eficiência operacional e financeira da ENSE, E.P.E. analisou outro tipo de indicadores identificados anteriormente.

PRC – Plano de Redução de Custos

PRC - Plano de Redução de Custos	Previsão		Execução		Var. 2022/2021	
	2022	2021	2020	2019	Δ	Δ%
(1) CMVC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(2) FSE	24 028 270,78	18 603 700,47	20 581 186,64	19 692 878,72	5 424 570,31	29,2%
(3) Gastos com pessoal	2 627 690,28	2 420 908,87	1 808 557,32	1 641 875,23	206 781,41	8,5%
(4) Gastos Operacionais (GO) = (1) + (2) + (3)	26 655 961,06	21 024 609,34	22 189 743,96	21 334 753,95	5 631 351,72	26,8%
(5) Volume de Negócios (VN)	29 424 162,26	28 103 803,69	28 514 012,55	26 116 155,47	1 320 358,57	4,7%
Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indeminizações compensatórias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(6) GO/VN = (4)/(5)	0,91	0,75	0,78	0,82	0,16	21,1%
(7) Deslocações e alojamento (valor)	52 100,00	2 513,85	2 821,43	17 040,60	49 586,15	
(8) Ajudas de custo (valor)	38 600,00	13 772,45	10 249,32	17 808,00	24 827,55	180,3%
(9) Gastos com a frota automóvel (a) (valor)	159 683,60	94 123,24	75 833,75	78 974,57	65 560,36	69,7%
(7) + (8) + (9)	250 383,60	110 409,54	88 904,50	113 823,17	139 974,06	126,8%
(10) Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria (valor)	648 500,00	444 992,00	402 859,86	456 291,65	203 508,00	45,7%

(a) Os gastos associados à frota automóvel incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos

O Despacho nº 682/2021 do Senhor SET impõe nas suas orientações setoriais, não só o desenvolvimento sustentado do negócio ao nível dos rendimentos como dos gastos.

A orçamentação de gastos e rendimentos para o ano de 2022 tendo em conta o estimado de 2021 teve um crescimento ajustado aos pressupostos deste orçamento. Conforme já referido relativamente à orçamentação de gastos, a estimativa de 2021 e a consolidação global no ano de 2022, na sequência da atribuição das novas competências de fiscalização no âmbito do Decreto-Lei nº 69/2018 de 27 de agosto, e de outras novas competências no domínio da fiscalização, atribuídas nos anos de 2019 e 2020, associados às novas contratações de trabalhadores e serviços adjacentes relacionados com as atividades, que por este motivo, incrementam os gastos de índole operacional muito além dos limites de crescimento impostos pelo aludido Despacho⁹. De qualquer forma o nível de rendimentos será sempre suficiente para cobrir estes gastos.

Face ao exposto e tendo sempre em linha de conta as considerações vertidas nos IEIPG não nos é possível aplicar neste momento uma política de redução de custos pois a mesma comprometeria a realização das novas competências desta entidade pública. Em nosso entender os factos apresentados justificam a exceção imposta referente à redução dos gastos operacionais.

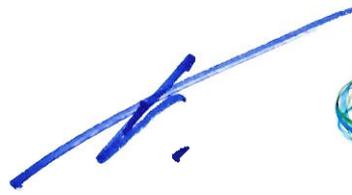
4.4.2. CMVC

- Não se prevê qualquer valor de CMVC na medida em que não estão previstas operações de venda de inventário.

4.4.3. FSE

A conta de FSE's (62) inclui na subconta 621 um montante significativo de gastos com armazenagem de crude e de produtos petrolíferos, gastos com aquisição de CSO tickets e gasto com a operação de rotação do gasóleo do DPNL. Esta conta regista uma parte muito significativa do gasto total de FSE's na proporção de cerca 81%. Os outros FSE's (conta 622 até 629) constituem 19% do gasto total da conta 62. Assim importa referir que o aumento de gasto (da estimativa de 2021 para o orçamento de 2022) nas contas 621, designadamente o acréscimo do custo unitário de armazenagem de produto e crude na Petrogal, representa cerca de 1.165,9K€, a operação de rotação de gasóleo no valor de 1.000K€ e o acréscimo com a aquisição de tickets em cerca de 2.146,6K€. O acréscimo dos restantes FSE's ascende a 1.112,1K€, e decorre de aumento do gasto principalmente com: 136,3K€ de aumento com as análises de qualidade e quantidade de combustível a realizar no âmbito das ações de fiscalização e nas instalações do DPNL (respetivamente), aumento de 244,8K€ em serviços de

⁹ Ex vi: alínea f) do ponto 4.1 deste plano, com o título: «notas prévias/ coordenadas de leitura»



informática, 181,4K€ em operação e manutenção do DPNL, 171,0K€ em consultadoria do DPNL, 44,0K€ em serviços de vigilância e segurança, 60,7K€ em gastos com conservação e reparação, 27,2K€ em materiais de consumo, 29,0K€ de aumento em energia e fluídos, 54,2K€ em deslocações, estadas e transportes, 99,5K€ em rendas e alugueres (decorrente da locação operacional de viaturas e do aumento de área de imóvel arrendado para efeito de escritório da ENSE). Os trabalhos orçamentados para o DPNL são fundamentais no que respeita à segurança, à monitorização e segurança do produto armazenado e das populações locais, não esquecendo que a zona de armazenagem se situa na foz do rio Tejo, com tudo o que isso representa em caso de derrame de produto.

Em relação aos restantes gastos, o aumento expectável decorre do maior número de competências e atribuições concedidas à ENSE, E.P.E. que levou, durante o final do ano de 2020 e no ano de 2021, ao aumento do número de trabalhadores (previamente autorizado no PAO/2020) o que aumentou, substancialmente, o número de deslocações em ações de fiscalização (com maior gasto de combustíveis, locações operacionais de viaturas, estadas, etc.) e traduz-se, igualmente, num aumento transversal de gastos relacionados com as restantes rubricas acima identificadas.

4.4.4. Gastos com o Pessoal

A conta de Gastos com o Pessoal (conta 63) contempla o quadro de pessoal atualmente existente (em 2021) e respetivos órgãos sociais (53 trabalhadores totais, incluindo 2 membros do Conselho de Administração e 3 membros do Conselho Fiscal), não estando previsto para 2022 qualquer entrada de pessoal que leve ao aumento do referido quadro, uma vez que foi dado integral cumprimento ao PAO/2020 que preencheu o quadro de RH atualmente em vigor e autorizado, cfr: Despacho Nº 415/2020-SET, de 31 de julho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, e com Despacho de concordância do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia, de 22 de setembro p.p..

O aumento do gasto com o pessoal de 206,8K€ (+8,5%) previsto para 2022 comparativamente com o estimado do ano de 2021 justifica-se pelo efeito total, em 2022, das contratações efetuadas ao longo do ano de 2021 (com impacto total de 14 meses em 2022) bem como das valorizações remuneratórias previstas por regulamento de empresa.

Recorde-se que as valorizações remuneratórias para 2022 dizem apenas respeito ao que se orçamenta para os trabalhadores não valorizados no ano de 2021, decorrente do Regulamento do Estatuto de Pessoal e Carreiras em vigor na ENSE, E.P.E. Importa referir que estas valorizações remuneratórias estão identificadas e foram devidamente reportadas.

4.4.5. Volume de Negócios

O volume de negócios que no caso da ENSE, E.P.E. é constituído por prestações de serviços e regista um crescimento de cerca de 1.320,4K€ (+4,7%)¹⁰, por forma a acomodar o aumento de gasto. Importa enfatizar, como tem sido indicado frequentemente, que a ENSE, E.P.E. orçamenta, por estatutos, resultado tendencialmente nulo, ou seja, são calculadas anualmente prestações unitárias que permitem à entidade recuperar a totalidade dos seus gastos através de receita própria cobrada aos operadores do sistema petrolífero nacional¹¹. A dotação do Estado para a entidade é nula, em caso de execução com excesso de resultado (RAI > 0) este é devolvido aos operadores ou, em caso de defeito (RAI < 0), será calculada proporcionalmente uma prestação adicional extraordinária a cobrar também aos operadores. Resumindo o volume de negócios inscrito acomodará (via aumento da prestação unitária) o incremento do gasto total da entidade, resultando em resultado positivo, mas quase nulo.

4.4.6. Peso nos Gastos

Face ao exposto pode concluir-se que o indicador em causa (GO/VN) está desajustado aos estatutos muito próprios deste ente público e à sua atividade. Por sua vez, a introdução de Imparidades sobre inventário (imposto pela IAS nº 2 IFRS nº 18) no fecho de contas, que para este orçamento bem como para a estimativa do ano 2021 não foi tomada em consideração, gera distorções muito significativas na conta de resultados, sendo que por este motivo esta imparidade deveria ser expurgada em indicador operacional apropriado. Para ultrapassar esta situação foram proposto no PAO 201-2023 um conjunto de indicadores por cada Unidade de negócio, indicadores pressupondo numa lógica anual (e não na lógica de evolução/crescimento de ano para ano), como forma de medir o indicador de eficiência operacional da ENSE, E.P.E..

4.4.7. Deslocações e Alojamento

As despesas com Deslocações e alojamento aumentam substancialmente de 2021 para 2022 (+49,6K€). Este facto justifica-se pelos seguintes motivos:

- Aumento de pessoal inspetivo, com conseqüente maior número de equipas, mais deslocações e conseqüente maior aumento do gasto;

¹⁰ exclui-se os valores previstos para contraordenações contabilizado em Outros rendimentos e ganhos.

¹¹ Ver: alínea c) do ponto 4.1. supra



- 2021 ainda se demonstrou um ano atípico (devido à situação pandémica verificada) pelo que se estima a retoma económica no ano de 2022 e, conseqüentemente, um regresso à normalidade plena com retoma de deslocações ao estrangeiro para participação em reuniões internacionais, aumento de deslocações no âmbito das ações de fiscalização da Entidade, etc.

Nota: os gastos com portagens foram colocados nos gastos com a frota automóvel para todos os anos aqui em análise.

4.4.8. Ajudas de Custo

Esta rubrica naturalmente deverá incrementar em 2022, considerando a obtenção (em regime de locação operacional) de novas viaturas, o aumento das deslocações das equipas de fiscalização (agora em maior número) e da expectativa da retoma da normalidade e, conseqüentemente, a uma maior atividade operacional. O aumento em ajudas de custo não é tão expressivo como poderia ser expectável dado existir a expectativa que os trabalhadores da área inspetiva optem pelo pagamento, pela Entidade, do alojamento no âmbito das ações inspetivas em detrimento do pagamento de ajudas de custo (o que se traduz no aumento de gasto em alojamento).

4.4.9. Gastos com a frota automóvel

Número da frota automóvel

Designação	Estimativa	Estimativa	Execução	Execução	Var. 2022/2021	
	2022	2021	2020	2019	Δ	Δ%
Nº de Veículos	15	13	10	10	2	15%

Nota:

2021 = início de locação operacional de 3 viaturas comerciais ligeiras Derivado Van B, em agosto, por 48 meses ou 200.000 Kms (UCP).

2022 = início de locação operacional de 1 viatura pick-up com tração 4x4 e cabine dupla (URP), de 1 viatura comercial ligeira Derivado Van B (UCP) e 2 viaturas Superior I (híbrida plug-in e elétrico) para substituição de duas viaturas de apoio geral, em fim de vida útil e pertencentes à frota automóvel da ENSE, que serão vendidas no decorrer do ano de 2022.

Este orçamento tem subjacente o gasto com a locação operacional de 5 novas viaturas, 3 cuja locação operacional se inicia em 2021 (agosto) a afetar às ações de fiscalização e 2 locações operacionais a iniciar em janeiro de 2022: 1 viatura a afetar ao DPNL (URP) e mais 1 viatura a afetar à UCP. As duas viaturas de locação operacional a alocar à UAG irão substituir duas outras a ser vendidas, pelo que o impacto no aumento da frota automóvel é nulo.



Estas 5 (+2 para a UAG por substituição) novas viaturas são obtidas em regime de locação operacional por 48 meses ou 200K km e acarretam gastos acrescidos com combustíveis, portagens, reparações, entre outros.

A imprescindibilidade da locação operacional das viaturas para a frota automóvel decorre da necessidade das equipas de inspetores percorrerem todo o território nacional no decurso das suas atividades de fiscalização e na prossecução dos poderes de autoridade do Estado, atento o âmbito de competências que abrange a totalidade do setor energético Português.

A evolução dos gastos de 2021 para 2022 de 65.6K€, resultam da introdução de gastos com a locação operacional, principalmente em 2022 (todo o ano), prevista iniciar em agosto de 2021 (3 viaturas previamente aprovados em PAO/2020) e no início de 2022 (2 viaturas + 2 viaturas, estas últimas por substituição) e cujas rendas se prolongam por 48 meses.

A este propósito importa referir que foi aprovado no âmbito do PAO 2020, a locação operacional de 5 viaturas e a compra de uma viatura para transformar.

A ENSE, E.P.E., conforme mencionado anteriormente, procedeu ao processo de desenvolvimento da locação operacional de 3 viaturas que irá culminar com a entrega das viaturas até final do ano de 2021. A locação operacional das outras 2 viaturas e a aquisição da viatura a transformar, previamente aprovadas, as mesmas não foram executadas nem no ano de 2020 nem no ano de 2021 devido à sua não necessidade (derivada da situação pandémica que desacelerou esta necessidade).

Contudo, a proposta que aqui se apresenta para o PAO de 2022 passa a submeter o pedido de locação operacional de uma viatura para a UCP, uma viatura para a URP e duas viaturas para a UAG (estas últimas por substituição de duas viaturas detidas pela ENSE, E.P.E. que serão vendidas no decorrer de 2022).

4.4.10. Serviços de Consultoria, Estudos e Pareceres

O incremento dos gastos associados a serviços de consultoria, estudos, pareceres tem a seguinte explicação (orçamento de 2022 comparativamente com 2021): orçamento de um projeto de Manual de Operações para o DPNL, orçamento de um projeto de reabilitação de coberturas, orçamento de um estudo para realização de projeto para as ilhas de enchimento da Zona III do DPNL, serviços de apoio à gestão do DPNL e prestação de serviços jurídico

4.4.11. Quadro de Recursos Humanos

Designação (€)	Previsão	Estimativa	Execução	Execução	Var. 2022/2021	
	2022	2021	2020	2019	Δ	Δ%
Gastos totais com pessoal (1)= a)+b)+c)+d)+e)+f)+g)	2 627 690	2 420 909	1 608 557	1 641 875	206 781	8,5%
a) Gastos com Órgãos Sociais	241 951	217 156	154 576	220 271	24 795	11,4%
b) Gastos com Cargos de Direção	594 094	563 113	520 728	579 193	30 981	5,5%
c) Remunerações com pessoal (i)+(ii)+(iii)	1 223 432	1 128 159	612 530	488 700	95 273	8,4%
i) Vencimento base + Subs. Férias + Subs. Natal	1 120 078	1 005 888	569 686	448 582	114 190	11,4%
ii) Outros Subsídios (almoço,...)	77 670	68 428	42 844	40 119	9 242	13,5%
iii) Valorizações Remuneratórias	25 684	53 843	0	0	-28 159	-52,3%
d) Benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0	
e) Ajudas de custo	36 600	13 772	10 249	17 808	24 828	180,3%
f) Restantes encargos (TSU, seguros,...)*	529 614	498 709	310 474	335 903	30 905	6,2%
g) Rescisões / Indemnizações	0	0	0	0	0	
Gastos totais com pessoal (2) = (1) sem o impacto das medidas identificadas em (iii) e (g)	2 602 006	2 367 066	1 608 557	1 641 875	234 941	9,9%

Designação (em número)	Previsão	Estimativa	Execução	Execução	Var. 2022/2021	
	2022	2021	2020	2019	Δ	Δ%
Nº Total de RH (OS+Cargos Direção+Trabalhadores)	53	53	36	36	0	0,0%
Nº Órgãos Sociais (O.S) (número)	5	5	4	4	0	0,0%
Nº Cargos Direção sem OS (número)	11	11	10	10	0	0,0%
Nº Trabalhadores sem OS e sem Cargos de Direção (número)	37	37	22	22	0	0,0%
Gastos com Dirigentes/Gastos com Pessoal (b)/((1)-(g))	0,2	0,2	0,3	0,4	0	
Saídas de Trabalhadores previstas (número)	0	0	NA	NA	0	
Contratações de Trabalhadores propostas (número)	0	17	NA	NA	-17	-100,0%

(* Incluiu-se Formação

Nota: Não se colocaram no quadro as valorizações remuneratórias executadas em 2019, no valor de 33.438€, porque se aplicam inteira e unicamente aos órgãos sociais, na sequência da eliminação progressiva da "cláusula travão" (conforme nº1 do artigo 182º do DL nº33/2018 e 15 de maio). As valorizações remuneratórias aplicadas em 2020 resultam da atualização do índice remuneratório em 0,3% dos vencimentos base (atualização da TRU conforme previsto no Decreto-Lei nº 10-B/2020 de 23 de março). As valorizações remuneratórias executadas em 2021 resultam da aplicação do Regulamento do Estatuto de Pessoal e de Carreiras aos trabalhadores elegíveis e com avaliação de desempenho compatível. Para 2022 estimam-se valorizações para os trabalhadores que no ano de 2021 não se encontravam em condições de progressão pelo que tal é estimado que aconteça no ano de 2022, mediante avaliação de desempenho.

O quadro de recursos humanos reflete globalmente os dois aspetos referidos para o quadro acima (PRC). Analisando os 3 grupos de recursos humanos: Órgãos Sociais, Cargos de Direção e restantes Trabalhadores. O crescimento (orçamento de 2022 comparado com estimado de 2021) do gasto associado aos órgãos sociais deve-se ao efeito total (de 14 meses) do Vogal Executivo que iniciou o seu exercício de funções apenas no final de abril de 2021. Assim, o crescimento de 2021 para 2022 neste grupo ascende a +24.8K€ (+11,4%).

O crescimento do gasto associado aos Cargos de Direção (de 2022 comparado com 2021), no montante de 31,0K€ (+5,5%) justifica-se pelas valorizações remuneratórias estimadas em alguns dos trabalhadores que preenchem estes cargos bem como pela diferença salarial entre trabalhadores que exerciam estes cargos de direção durante alguns meses de 2021 e os que os exercerão durante o ano de 2022.

O crescimento dos gastos para o restante quadro do Pessoal (2022 comparado com 2021) de 95,3K€ (+8,4%) justifica-se, sobretudo, pelo efeito das entradas em 2021 que só terão o seu efeito total (14x) em 2022 (devido a algumas das entradas terem acontecido ao longo do ano de 2021) e pelas valorizações remuneratórias aplicáveis.

4.4.12. Recursos Humanos

i. Impacto da contratação em 2021-2024

O quadro de pessoal para 2022 manter-se-á igual ao de 2021, visto todas as entradas previstas e já autorizadas irem acontecer até ao término do presente ano de 2021. Assim, não é expectável nem é aqui orçamentado qualquer aumento de número de trabalhadores no quadro para o ano de 2022.

O aumento de gastos com pessoal estimado para o ano de 2022 advém, como já anteriormente referido, de valorizações remuneratórias estimadas bem como do efeito total de todos os trabalhadores (de 14 meses) ao contrário do executado em 2021 para alguns deles (devido a entradas ao longo do ano de 2021, etc.).

ii. Benefícios do gasto de pessoal com a contratação dos 16 novos trabalhadores no decorrer de 2021 (após aprovação do PAO 2020 e com impacto nos gastos de 2022):

A contratação de novos trabalhadores a acontecer até ao final do presente ano de 2021 não se traduz num benefício expresso monetariamente, designadamente, num rendimento obtido, porquanto não existe uma prestação de serviços “de fiscalização”.

As funções de fiscalização exercidas pelos trabalhadores da ENSE, são exercidas ao abrigo dos poderes de autoridade do Estado, conferidos pelo artigo 6º-A dos Estatutos da ENSE. Assim, no exercício destas funções, e com o número adequado de trabalhadores às necessidades, prossegue-se fins do Estado que se traduzem na fiscalização e prevenção do cumprimento da legislação reguladora do exercício das atividades económicas do setor energético.

Consequentemente, com a ação fiscalizadora da ENSE, assegura-se o regular funcionamento do mercado e a sua transparência.

A ENSE, E.P.E., através da atividade de fiscalização, presta, assim, serviços de interesse público geral.

iii. Fonte de Financiamento para os gastos com os Trabalhadores¹²

A fonte de financiamento para os gastos com o pessoal dos trabalhadores contratados em 2021 e com impacto total em 2022 é constituída por receitas próprias, parcialmente obtida através das prestações unitárias (1 trabalhador direto URP) e outra parte obtida através da receita com Títulos de Biocombustível, produto de contraordenações e prestação de serviço interno (que constitui o rendimento da UCP) e que se destina a cobrir os gastos com pessoal com 11 inspetores.

A receita própria proveniente das fontes supra identificadas, na quota-parte atribuível a cada Unidade, será utilizada para a contratação dos trabalhadores da UAG (4 trabalhadores + 1 vogal executivo).

É oportuno explicitar nesta fase o gasto associado às valorizações remuneratórias que serão transversais à ENSE, E.P.E.:

¹² Ex vi: alíneas b), c), d) e i) do ponto 4.1. supra, com o título: «notas prévias/ coordenadas de leitura»

Valorizações Remuneratórias PAO 2022	
Categoria/Carreira ¹	Impacto Anual 2022 ²
Técnico Administrativo	
Sénior	2 169,30 €
Especialista	
Sénior	12 951,12 €
Especialista	4 900,00 €
Júnior	2 048,34 €
Inspetor	
Sénior	3 615,36 €
TOTAL	25 684,12 €

¹ Tendo por base o Regulamento do Estatuto de Pessoal e Carreiras aprovado pelo Conselho de Administração a 01 de outubro de 2018.

² Estes valores não consideram os encargos da Entidade com a TSU.

Na sequência do descongelamento das carreiras, operado na Administração Pública e igualmente aplicado a esta Entidade, procedeu-se, no ano de 2021, à alteração de posicionamento remuneratórios dos trabalhadores que cumpriam os requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Estatuto de Pessoal e Carreiras da ENSE, E.P.E..

Em 2022, dando continuidade ao direito de evolução na carreira, irá proceder-se à alteração de posicionamento remuneratório dos trabalhadores que ainda não tiveram qualquer valorização remuneratória, estimando-se um impacto anual no orçamento para 2022 em cerca de 25,7K€, distribuído por carreiras, conforme demonstrado na tabela acima.

iv. Imprescindibilidade da contratação autorizada em 2020

Conforme tem vindo a ser referido a imprescindibilidade de incorrer no aumento de gastos com pessoal em comparação com o ano de 2021 advém da contratação autorizada em sede de PAO 2020 e que decorre do facto de terem sido conferidas novas competências e atribuições de fiscalização no setor da energia a esta entidade, o que só será exequível desenvolver com a contratação de pessoal dado a manifesta falta e desadequação de recursos humanos à novas matérias de fiscalização.

v. Possibilidade de recorrer a situação de valorização profissional ou ao abrigo de instrumentos de mobilidade

Não existe qualquer previsão de contratação para o ano de 2022 pelo que a possibilidade de recorrer a situação de valorização profissional ou ao abrigo de instrumentos de mobilidade não se aplicará para o ano aqui orçamentado.



vi. Cumprimento Deveres de Informação Previstos na Lei nº57/2011

Tem sido cumprido de forma atempada e integral, os deveres de informação previstos naquela Lei, designadamente o dever de reporte de informação periódica sobre os dados dos recursos humanos da ENSE, E.P.E., no âmbito da Direção Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) através da plataforma existente para o efeito, o Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE).



5. Síntese conclusiva

5- SÍNTESE CONCLUSIVA

Encerramos o nosso plano de atividades e orçamento com destaque para (2) duas sínteses conclusivas, e uma referência quanto ao valor da prestação pecuniária que suporta os custos com a reservas.

Primeira: resulta diretamente da leitura do plano que aqui se apresenta, que uma das traves-mestras do PAO/2022 é o reforço da política de otimização dos gastos operacionais, ficando garantido o equilíbrio operacional das contas da empresa para o ano em referência, bem sabendo que está orçamentado para 2022 um aumento dos custos de armazenagem do crude, relativamente ao valor estimado de 2021, basicamente por efeito da renovação do contrato de armazenagem do crude, valor compensado com o aumento da prestação, conforme vai ficar dito mais à frente nesta síntese conclusiva. Ainda quanto a este ponto, e dada a especificidade da ENSE, E.P.E., não é demais lembrar que o indicador: gastos operacionais/volume de negócios (GO/VN) não pode ser aplicado para efeitos de avaliação desta entidade, na medida em que, por um lado, esta empresa pública orçamenta resultados antes de impostos tendencialmente nulos, ano a ano (conforme se desenvolve já de seguida), e por outro, não comercializa petróleo bruto, nem derivados. A segunda: está integralmente cumprido o desígnio estatutário que vincula o Conselho de Administração à apresentação de um orçamento anual de equilíbrio entre os rendimentos e os gastos da atividade corrente da empresa, ou seja, o orçamento para 2022 apresentar um resultado operacional quase nulo, em que a receita é quase igual à despesa. Quanto ao tema da prestação pecuniária, e conforme imposição legal, parte do financiamento da ENSE, E.P.E. resulta da receita obtida com a gestão das reservas petrolíferas, em que os operadores de mercado estão sujeitos ao pagamento de uma prestação mínima necessária à recuperação dos custos em que a empresa incorre por via da aquisição e manutenção das reservas de segurança. Para o exercício de 2022, o valor da prestação é agravado em €0,07, apenas pelo efeito do aumento do custo de armazenagem do crude propriedade do Estado Português.

Por fim, e procurando sintetizar nestas conclusões as principais valências da ENSE, E.P.E., e qual o contributo desta entidade pública empresarial para o setor energético, destacaríamos a capacidade de adaptação às novas exigências de um mercado em rápida transmutação, e o desenvolvimento e implementação de processos internos totalmente digitalizados. Quanto ao primeiro, a capacidade de adaptação, veja-se que em menos de quatro anos, a ENSE, E.P.E. deixou de ser uma entidade pública com responsabilidade na manutenção das reservas estratégicas nacionais, para se transformar numa entidade especializada na fiscalização do setor energético, melhorando, substancialmente, a capacidade de resposta a crises energéticas, implementando e testando planos de emergência de

âmbito nacional. Quanto à implementação de processos internos totalmente digitalizados, o segundo contributo, refira-se que esta empresa pública desmaterializou todos os seus processos internos, sendo já hoje uma realidade a inexistência de processos suportados em papel, inclusive ao nível da intervenção das equipas no terreno, que fazem uso de mecanismos totalmente digitais, o que permite atuar, de forma totalmente transparente, dinâmica e *eco-friendly*, com recurso a um quadro de pessoal reduzido, tendo em conta as competências legais e estatutárias atribuídas à ENSE, E.P.E.

Lisboa, 13 de setembro de 2021

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Alexandre Fernandes
Vogal Executivo



Filipe Meirinho
Presidente

Handwritten text, possibly a signature or name, located in the center of the page.

Handwritten mark or signature in the bottom right corner.



ANEXOS PAO 2022

1. Deliberação do Conselho de Administração que aprova o Plano de Atividades e Orçamento de 2022;
2. Parecer do Conselho Fiscal;
3. Parecer do Revisor Oficial de Contas;
4. Pedido e despacho autorizador de dispensa de cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria para o biénio de 2021/2022;
5. Aprovação do PAO 2020;
6. Aprovação do PAO 2021;
7. Demonstrações financeiras previsionais (balanço, demonstração de resultados por natureza e demonstração de fluxos de caixa);
8. Plano de Redução de Custos (PRC).

ENTIDADE NACIONAL PARA O SETOR ENERGÉTICO, E.P.E.

Pessoa Colectiva número 506084361

Conselho de Administração

Ata n.º 82

Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, pelas catorze horas e trinta minutos, na Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício D, 1º andar, em Lisboa, reuniu o Conselho de Administração da Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E., pessoa coletiva número 506084361, com o capital social de duzentos e cinquenta mil euros, integralmente realizado, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Aprovação da ata anterior (ata n.º 81); -----
2. Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento da ENSE, E.P.E. para 2022; -----

Encontravam-se presentes o senhor Dr. Filipe Rodrigues Meirinho, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, o senhor Dr. Alexandre Manuel Rodrigues Fernandes, na qualidade de Vogal Executivo do Conselho de Administração, a Sr.ª Dr.ª Rita Teles Branco, que assegurou as funções de Secretária e, ainda, como convidados, a Chefe da Unidade de Administração Geral, Sr.ª Dr.ª. Tatiana Pereira de Matos, a Diretora Financeira e de Recursos Humanos, Sr.ª Dr.ª. Lúcia Glórias e os Drs. Pedro Morais e Nuno Godinho, colaboradores do Departamento Financeiro e de Recursos Humanos. -----

Entrando de imediato no primeiro ponto da ordem de trabalhos, tomou a palavra o Sr. Dr. Filipe Meirinho para dar as boas-vindas aos presentes, tendo entendido convidar os colaboradores do Departamento Financeiro e de Recursos Humanos, chefiado pela Dra. Lúcia Glórias, a quem agradeceu o empenho na elaboração do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022. Dando início aos trabalhos, foi lido o texto da ata n.º 81, da reunião anterior, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

Entrando no segundo ponto da ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho de Administração fez um breve enquadramento do Plano de Atividades e Orçamento para 2022 (PAO), o qual estabelece metas ambiciosas para esta empresa pública, sem onerar o orçamento do Estado, suportado pelos operadores de mercado. Trata-se de um plano focado na criação de valor que, mantendo a génese dos valores orçamentados nos últimos três anos e apostando na digitalização integrada de todos os serviços, consegue responder às exigências dos operadores de mercado, com um reduzido quadro de recursos humanos. Terminada a apresentação do PAO, foi o mesmo colocado a votação, tendo sido deliberada a sua aprovação, por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelas quinze horas e trinta minutos e lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelos membros do Conselho de Administração. -----

Alexandre Fernandes
Vogal Executivo

31

Filipe Meirinho
Presidente do Conselho
de Administração

ENTIDADE NACIONAL PARA O SETOR ENERGÉTICO, E.P.E.
Pessoa Colectiva número 506084361
Conselho de Administração





PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E.
Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2022

1. Enquadramento

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º dos Estatutos da Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. (ENSE)¹, o Conselho de Administração (CA) elabora as propostas de plano de atividades e orçamento para cada ano de atividade, reportado a cada triénio, em conformidade com as orientações estratégicas e setoriais definidas e em termos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, o qual deve ser elaborado tendo em vista o objetivo de equilíbrio entre os rendimentos e os gastos da sua atividade corrente.

A ENSE apresentou uma proposta de PAO para 2022, aprovada por deliberação do CA de 13 de setembro de 2021, para efeitos de emissão de parecer pelo Conselho Fiscal (CF).

O presente parecer sobre a proposta de PAO da ENSE para o exercício de 2022 é emitido tendo em consideração (i) as instruções para a elaboração dos planos de atividades e orçamento para 2022 das empresas públicas não financeiras do setor empresarial do Estado (Despacho n.º 682/2021, de 29 de julho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro); (ii) o relatório emitido pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), em 13 de setembro; e (iii) demais disposições legais aplicáveis.

No referido relatório, o ROC emitiu o seguinte parecer²: “(...) nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que (i) a informação financeira histórica não tenha sido apropriadamente extraída das demonstrações financeiras aprovadas pelos órgãos competentes da Entidade; e (ii) a informação financeira previsional não tenha sido preparada e apresentada com base em pressupostos apropriados e fiáveis e de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos geralmente adotados pela ENSE (...)”

¹ Aprovados no anexo II ao Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 242/2008, de 18 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 69/2018, de 27 de agosto.

² No parecer é expressa uma ênfase relacionada com o incumprimento de algumas orientações transmitidas pelas Tutelas.

O Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento ao CA, ao ROC e a todos os Colaboradores da ENSE, pela cooperação e disponibilidade demonstradas.

2. Responsabilidades

É responsabilidade do Conselho de Administração da ENSE a elaboração e apresentação dos Instrumentos Previsionais de Gestão e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídos se baseiam.

A responsabilidade do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, consiste em: i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação das previsões apresentadas; ii) verificar que os Instrumentos de Previsionais de Gestão foram preparados de acordo com os pressupostos e instruções aplicáveis; e iii) concluir sobre a adequabilidade dos Instrumentos Previsionais de Gestão e emitir o respetivo relatório.

3. Principais atividades e investimentos projetados para 2022

As atividades constantes na proposta de PAO para 2022 têm por base o quadro legislativo consagrado no Decreto-Lei n.º 69/2018, de 16 de agosto, e as Linhas Estratégicas³ definidas pelo CA para o mandato 2021-2024. Tendo em consideração a estrutura organizacional⁴ da ENSE, destacam-se as seguintes linhas de ação para 2022:

- A Unidade de Reservas Petrolíferas (URP), unidade responsável pela constituição, gestão, armazenamento e supervisão das reservas petrolíferas nacionais, dará continuidade à gestão das instalações POLNATO, assegurando as condições de segurança e operação. No PAO 2022 está prevista a rotação do combustível armazenado nas instalações POLNATO, o desenvolvimento do Balcão Único da Energia com a desmaterialização de processos para todos os operadores, bem como o acompanhamento das ações de supervisão/fiscalização às reservas (conjuntamente com a Unidade de Controlo e Prevenção).

Relativamente ao cumprimento da obrigação de constituição de reservas (atividade da URP), as projeções apresentadas têm por base (i) o consumo médio mensal do ano de 2020 de todas as categorias de combustível, para o primeiro e segundo trimestres de 2022 e (ii) o consumo médio mensal do ano de

³ In: <https://www.ense-epe.pt/wp-content/uploads/2021/06/Plano-estrategico-2021-2024.pdf>

⁴ Vide, para melhor esclarecimento sobre o funcionamento das unidades orgânicas da ENSE, o Regulamento n.º 35/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro.

2021⁵ de todas as categorias de combustível, para o terceiro e quarto trimestres de 2022. Sobre esta matéria importa relevar que de janeiro a junho de 2021 o consumo médio teve um decréscimo de 3,43% face ao período homólogo de 2020, decorrente da manutenção dos efeitos da situação pandémica, projetando-se uma recuperação no segundo semestre de 2021. Neste pressuposto, a proposta de PAO 2022 projeta um aumento das reservas a ceder aos operadores face ao estimado para 2021.

- A Unidade de Controlo e Prevenção (UCP) projeta a consolidação das atividades de fiscalização e de prevenção do cumprimento da legislação dos setores dos combustíveis, gás de petróleo liquefeito, biocombustíveis, energia elétrica e gás natural. Em matéria de fiscalização o PAO 2022 prevê a realização de 1.300 ações de fiscalização, e relativamente ao controlo de qualidade prevê 225 colheitas de amostras de combustíveis rodoviários.

- A Unidade de Apoio Geral (UAG) dará continuidade à gestão dos recursos financeiros e humanos e das infraestruturas, bem como ao apoio jurídico e gestão dos sistemas de informação.

O investimento previsto para o ano de 2022 ascende a 1.385,0 milhares de euros, em linha com a estimativa de execução para 2021 (1.450,0 milhares de euros), destacando-se a reabilitação e inertização dos oleodutos/remoção do produto das linhas do Portinho da Costa (300 milhares de euros)⁶ e a reabilitação do Manifold – Zona II (325,0 milhares de euros)⁷. Sublinha-se que todo o investimento será financiado com recurso a capitais próprios.

No âmbito da pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2, a ENSE dará continuidade às medidas constantes no plano de contingência aprovado pelo CA, estando previstos gastos na ordem dos 8 mil euros para prevenção da saúde dos trabalhadores no local de trabalho e nas ações de fiscalização.

4. Orçamento para 2022

Importa sublinhar que, fruto da situação de pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2, o referido Despacho n.º 682/2021-SET prevê a possibilidade de as empresas tomarem como referência para a elaboração dos respetivos PAO 2022 o ano de 2019 ou 2021, consoante o que registar volume de negócios

⁵ Com base em valores reais até junho.

⁶ Investimento plurianual (2021-2023) no valor global de 1,0 milhões de euros.

⁷ Investimento plurianual (2021-2024) no valor global de 1,9 milhões de euros.

superior. Nesta conformidade, a orçamentação de gastos e rendimentos apresentados pela ENSE tem em conta como ano de referência o ano de 2021⁸ (estimado), na sequência da atribuição de novas competências de fiscalização⁹.

Encontrando-se a ENSE enquadrada como entidade pública reclassificada (EPR) a preparação do PAO para 2022 teve, igualmente, em consideração, as “instruções para a preparação do Orçamento de Estado para 2022 para as entidades públicas reclassificadas (EPR)” transmitidas pela Direção-Geral do Orçamento, mediante a Circular Série A, n.º 1404, de 2 de agosto de 2021, circunstância que foi objeto da emissão de uma declaração de conformidade emitida pelo Conselho de Administração na qual confirma que a informação registada no Sistema de Orçamento de Estado (SOE), está de acordo com a proposta de PAO elaborada no seguimento das orientações do “acionista”.

Nestes termos, salientam-se os seguintes aspetos do orçamento para 2022:

- O artigo n.º 24.º-A¹⁰ dos Estatutos da ENSE estabelece o princípio da transparência financeira e da separação contabilística dos resultados atribuíveis à atividade exercida através da URP, pelo que importa relevar que a proposta de PAO 2022 apresenta de forma segregada o orçamento e as atividades para a URP e para a UCP, considerando a seguinte chave de repartição dos gastos partilhados¹¹: URP – 62,66% e UCP – 37,64%;
- O EBITDA previsto para o ano de 2022 ascende a 567 milhares de euros, menos 3.775,7 milhares de euros que o valor estimado em 2021 (4.342,7 milhares de euros). De referir que o resultado do ano de 2021 (estimativa) é positivamente afetado pela crise pandémica que gerou excesso de tickets no mercado o que contribuiu para a diminuição do seu valor de mercado.
- O EBIT (resultado operacional) orçamentado para 2022 ascende a 55,2 milhares de euros, montante significativamente inferior ao estimado para 2021 que ascende a 3.970,9 milhares de euros e que resulta essencialmente da situação já explicada anteriormente;

⁸ O volume de negócios estimado para 2021 é superior em cerca de 2 milhões de euros face ao executado em 2019.

⁹ Decreto-Lei nº 60/2020, de 17 de agosto, e Decreto-Lei nº 62/2020, de 28 de agosto.

¹⁰ Com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 69/2018, de 27 de agosto, a ENSE rege-se pelo princípio da transparência financeira e deve manter separados contabilisticamente os resultados atribuíveis à atividade de constituição, gestão e manutenção de reservas estratégicas, a exercer através da URP, dos resultados atribuíveis a outras atividades.

¹¹ Chave aplicada desde 01-01-2021, em resultado de um ajustamento efetuada à chave utilizada no ano de 2020.

- Os rendimentos operacionais previstos para 2022 (globais) ascendem ao montante de 29.700,2 milhares de euros o que representa um aumento de 1.512,5 milhares de euros face à estimativa para 2021 e um aumento de 826,6 milhares de euros face aos rendimentos operacionais obtidos em 2020;
- Relativamente aos rendimentos previstos para a URP, merece especial destaque a proposta de aplicação de uma prestação unitária a pagar pelos operadores obrigados, no valor de 2,03 euros/mês/Tcoe¹², por forma a garantir (em termos previsionais) a recuperação dos gastos operacionais e dos custos líquidos financeiros orçamentados para a URP. O agravamento das prestações unitárias é justificado pelo acréscimo do custo de armazenagem de produto e de crude na Petrogal, pela operação de rotação do gasóleo nas instalações POLNATO, bem como pelo aumento do preço dos tickets nos mercados internacionais. De referir que o princípio da maximização das receitas não se aplica à ENSE na medida que de acordo com os respetivos Estatutos está obrigada a orçamentar resultados tendencialmente nulos;
- Quanto à UCP, o orçamento projeta 2.695,9 milhares de euros de rendimentos operacionais, dos quais 1.896,0 milhares de euros por serviços a prestar no âmbito do biocombustível¹³, 250 milhares de euros no âmbito da contraordenação e 540 milhares de euros por serviços a prestar¹⁴ (serviços internos) à URP, estes últimos relacionados com a fiscalização das reservas estratégicas;
- O Balanço previsional para o ano de 2022 (de toda a ENSE) estima o Capital Próprio em 5.002,1 milhares de euros e o Passivo no montante de 368.388,5 milhares de euros que corresponde, essencialmente, à rubrica financiamentos obtidos. O Ativo compreende ativos financeiros detidos para negociação e o valor dos inventários que não regista qualquer variação face a 2020 (execução) e a 2021 (estimativa), por não se antecipar em sede de orçamento quaisquer perdas/reversões de imparidade, dada a característica exógena da evolução das respetivas cotações;

¹² Para o exercício de 2021 foi proposta e aprovada a prestação pecuniária, a efetuar pelos operadores obrigados, no valor de 1,96 euros/mês/Tcoe. Para o exercício de 2020 foi proposta e aprovada a prestação pecuniária, a efetuar pelos operadores obrigados, no valor de 1,99 euros/mês/Tcoe.

¹³ Tendo como pressuposto a emissão de 39.500 títulos de biocombustível mensais, com o preço de 2€, com dupla contagem.

¹⁴ No orçamento 2022 o racional é o mesmo utilizado no fecho de contas de 2020 ou seja rendimento na UCP (prestação de serviços), gasto especializado na URP.

- No que concerne à dotação para o Fundo Estatutário (exclusivo da URP), projeta-se para 2022 o reforço do mesmo em cerca de 2.452,6 milhares de euros que corresponde a 10% dos custos líquidos.

5. Cumprimento das disposições legais em vigor

Conforme anteriormente referido, as instruções para a elaboração do PAO 2022, anual e plurianual, das empresas públicas não financeiras do Setor Empresarial do Estado foram divulgadas através do Despacho n.º 682/2021-SET, de 29 de julho de 2021. Nestes termos, e com a ressalva de que se desconhecem eventuais impactos da Lei do Orçamento do Estado para 2022 e do respetivo Decreto de Execução, destaca-se:

Princípios Financeiros

De acordo com as projeções apresentadas, verifica-se uma degradação da eficiência operacional face à estimativa para o ano de 2021, aferida através do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios (GO/VN). Relativamente a esta matéria importa referir que a ENSE, no PAO 2022, reitera que o indicador GO/VN não serve como medida uma vez que se encontra desajustado da atividade desenvolvida¹⁵ e dos estatutos.

As despesas com Fornecimentos e Serviços Externos previstas para o ano de 2022 apresentam um crescimento de 29,2% que se apresenta superior à taxa de crescimento do volume de negócios, apresentando a empresa como principais justificações o acréscimo do custo unitário de armazenagem de produto e crude na Petrolgal, a operação de rotação de gasóleo e o acréscimo de gastos com a aquisição de tickets.

No âmbito do designado plano de redução de custos, as projeções para 2022 evidenciam um aumento dos gastos com pessoal face à estimativa de 2021, que decorre do facto de as contratações efetuadas ao longo do ano de 2021 representarem um impacto correspondente a 14 meses em 2022, bem como das valorizações remuneratórias previstas¹⁶.

¹⁵ De acordo com o Despacho n.º 671/2021-SET proferido sobre o RA 15/2021 da UTAM, respeitante ao PAO 2021, obteve acolhimento a análise efetuada e as propostas formuladas no referido relatório, nomeadamente o entendimento de não serem aplicáveis à ENSE as normas referentes à evolução do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, atentas as características específicas do modelo de negócio da empresa.

¹⁶ Para 2022 estimam-se valorizações para os trabalhadores que no ano de 2021 não se encontravam em condições de progressão pelo que tal é estimado que aconteça no ano de 2022, mediante avaliação de desempenho.

O orçamento prevê um aumento do conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e os associados à frota automóvel, justificado essencialmente pelo aumento de pessoal inspetivo com o conseqüente maior número de deslocações e de viaturas. O orçamento prevê, igualmente, o aumento do conjunto dos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, face aos montantes estimados para 2021, o que consubstancia o incumprimento das orientações sobre a matéria.

Evolução dos recursos humanos

O PAO 2022 apresenta uma previsão de que o número total de Recursos Humanos ascenda a 53 (5 membros de órgãos sociais e 48 colaboradores), mantendo-se o quadro de pessoal inalterado face a 2021.

Endividamento

O endividamento corresponde a um empréstimo obrigacionista, no montante de 360 milhões de euros, que vigorará até 2028, constatando-se que não está prevista qualquer variação.

6. Parecer

Tendo em consideração a análise efetuada, o Conselho Fiscal é de parecer que o PAO 2022, aprovado pelo Conselho de Administração, de 13 de setembro de 2021, reflete, numa base razoável, as previsões da atividade da empresa, e que se encontram reunidas as condições necessárias à respetiva aprovação, sem prejuízo das seguintes limitações:

- a) Não são conhecidas as normas da Lei do Orçamento do Estado para 2022 e do respetivo Decreto-Lei de Execução Orçamental, das quais poderão resultar impactos na proposta de PAO 2022;

- b) As demonstrações financeiras previsionais foram elaboradas no pressuposto de que as tutelas financeira e setorial concederão as necessárias autorizações para as situações de incumprimento identificadas no ponto 5 do presente parecer.

Lisboa, 14 de setembro de 2022,

O Conselho Fiscal,
Assinado por: **JOSÉ ANTÓNIO DE AZEVEDO
PEREIRA**
Num. de Identificação: 05516298
Data: 2021.09.15 17:38:57+01'00'



José Azevedo Pereira (Presidente)

Assinado por: **MARGARIDA CARLA CAMPOS
FREITAS TABORDA**
Num. de Identificação: BI09504700
Data: 2021.09.14 20:46:58+01'00'



Margarida Carla Campos Freitas Taborda (Vogal)

Assinado por: **PAULO JORGE RODRIGUES
MATEUS**
Num. de Identificação: 09617028
Data: 2021.09.14 21:19:26+01'00'



Paulo Jorge Rodrigues Mateus (Vogal)

ENTIDADE NACIONAL PARA O SETOR ENERGÉTICO, E.P.E.

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA 2022

1. INTRODUÇÃO

Para efeitos do apoio à atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal da **ENTIDADE NACIONAL PARA O SETOR ENERGÉTICO, E.P.E.**, (a Entidade), e tendo sobretudo em atenção a obrigação cometida a este órgão pela alínea b) do n.º 2 do art.º 14.º do seus Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 69/2018, de 27 de agosto, procedemos à análise da proposta dos respetivos Instrumentos de Gestão Previsional para 2022, que incluem igualmente as projeções para os exercícios de relativos de 2023 e 2024, apresentados pelo seu Conselho de Administração, os quais compreendem o Plano de Atividades, a Demonstração da posição financeira previsional reportada a 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 373.391 milhares de euros e um total de capital próprio de 5.002 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 17,7 milhares de euros), a Demonstração dos fluxos de caixa previsionais relativos ao ano findo naquela data e o Plano de Investimentos, considerando o quadriénio 2021-2024, incluindo ainda os pressupostos em que se baseou a elaboração destes documentos previsionais, os quais foram definidos pela tutela, conforme referido no documento designado “Plano de Atividades e Orçamento 2022”.

2. RESPONSABILIDADES

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação da referida informação financeira previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos e estimativas consideradas na preparação da informação financeira previsional acima referida; (ii) verificar se estes documentos foram preparados de acordo com os pressupostos assumidos; (iii) verificar se os mesmos permitem a materialização de políticas que garantam o cumprimento dos objetivos estabelecidos no despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro referido na alínea c) do capítulo seguinte, e (iv) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada. É neste contexto que emitimos o presente parecer.

3. ÂMBITO

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) - Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, adaptadas às circunstâncias e às necessidades dos destinatários da informação, incluindo os procedimentos que considerámos necessários para avaliar os pressupostos usados na preparação e apresentação da informação prospetiva anexa.

O trabalho desenvolvido consistiu, essencialmente:

- a) Em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional, (ii) a adequação das políticas contabilísticas adotadas tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; e (iii) a adequação da informação financeira previsional.
- b) Na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma confiança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.
- c) Na verificação sobre se o Plano de Atividades e Orçamento foi preparado de acordo com as instruções constantes do referido Despacho n.º 682/2021- SET.

Entendemos que o exame efetuado é suficiente e apropriado para proporcionar uma base para a expressão do nosso parecer.

4. ANÁLISE

4.1. Análise do Plano de Atividades

O Plano de Atividades apresentado assenta no designio da Entidade em assegurar a correta gestão e manutenção das reservas estratégicas e de emergência do Estado Português, garantindo a fiscalização de todo o setor energético nacional.

O Plano Estratégico da Entidade foi desenvolvido tendo por base a estratégia e os grandes objetivos de cada Unidade distinta, como se resume seguidamente:

Unidade Funcional	Orientação Estratégica
Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)	Monitorização e armazenagem das reservas petrolíferas
	Gestão das Instalações do Depósito PolNATO de Lisboa
	Gestão do Balcão Único da Energia, estatísticas e divulgação externa
	Representação comunitária e internacional da ENSE, E.P.E., cooperação e relacionamento institucional
Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)	Fiscalização e Prevenção do Setor Energético
	Investigação de denúncias e reclamações
	Análise e avaliação das causas dos acidentes
	Gestão do Sistema da Qualidade
Unidade de Administração Geral (UAG)	Contratação pública, apoio jurídico e contencioso e contraordenações
	Gestão de recursos humanos e financeiros
	Gestão de sistemas informáticos e de telecomunicações

4.2. Análise da Proposta de Orçamento

4.2.1. Plano de investimentos

O orçamento de investimentos para o triénio 2022-2024 ascende a 5.205.965 euros, sendo o montante de 1.385.000 euros referente ao ano de 2022, 2.447.000 euros relativos ao ano de 2023 e o montante remanescente de 1.373.965 euros previsto para o ano de 2024, conforme se apresenta detalhado no ponto 4.3.4 do referido Plano e se sistematiza no quadro seguinte:

(valores em euros)

PLANO DE INVESTIMENTO	2021	Orçamento			Triénio
	Projeção	2022	2023	2024	
URP - Unidade de Reservas Petrolíferas					
Criação de Novas Funcionalidades Balcão Único	0	70.000	0	0	70.000
Reabilitação de edifícios na Zona II e III (Projeto investimento plurianual I)	100.000				
Beneficiação da rede de vedação externa (Projeto investimento plurianual II)	250.000				
Reabilitação da proteção marítima da Zona I (Projeto investimento plurianual III)	650.000				
Reabilitação e inertização dos oleodutos/ Remover o produto das linhas do Portinho da Costa (Projeto investimento plurianual IV)	450.000	300.000	250.000	0	550.000
Reabilitação do Manifold - Zona II (Projeto investimento plurianual V)	0	323.000	1.510.000	50.000	1.883.000
Demolições (Envolvente do Manifold)					
Trabalhos de Construção Civil – Construção da bacia de retenção do novo Manifold					
Novo Manifold (Construção Mecânica)					
Equipamentos (Válvulas e lançadores)					
Retificação de válvulas existentes e estudo da implementação de novas válvulas de segurança (Projeto investimento plurianual VI)	0	40.000	200.000		240.000
ETAR (Projeto investimento plurianual VII)	0	25.000	50.000		75.000
Anel de combate a incêndios na Zona II e III (Projeto investimento plurianual VIII)	0		200.000	1.166.965	1.366.965
Revisão do sistema elétrico do DPNL	0	60.000			60.000
Reabilitação metalomecânica dos equipamentos dos tanques - Zonas II e III	0	85.000			85.000
Total URP	1.450.000	903.000	2.210.000	1.216.965	4.329.965
UAG - Unidade de Administração Geral					
Ponto de carregamento para viaturas elétricas	0	10.000			10.000
ERP	0	75.000	20.000	20.000	115.000
Desenvolvimento Sistema BI para todas as Plataformas Informáticas na ENSE	0	45.000	35.000		80.000
Aquisição de Equipamento redundante Refrigeração, Gerador Datacenter	0	40.000			40.000
Aquisição Material Informático ATEX para Fiscalização	0	10.000	10.000		20.000
CCOE Novos Desenvolvimentos	0	80.000			80.000
Aquisição Material Informático - Computadores, Acessórios, Material	0	35.000	25.000	25.000	85.000
Aquisição Equipamento Firewall redundante para as instalações do DPNL	0	10.000			10.000
Aquisição de 2 Servidores para Sistema Virtualização	0		25.000		25.000
Total UAG	0	305.000	115.000	45.000	465.000
UCP - Unidade de Controlo e Prevenção					
DPP					
Equipamento GPL	0	3.000	3.000	3.000	9.000
Equipamento de medida de líquidos	0	4.000	4.000	4.000	12.000
Equipamento de inspeção/ fiscalização	0	5.000	5.000	5.000	15.000
Caixas de transporte	0	3.000	3.000	3.000	9.000
Reforço e atualização de equipamento informático - serviço externo	0	5.000	5.000	5.000	15.000
Total DPP	0	20.000	20.000	20.000	60.000
DEER					
Equipamentos para teste de carregamento em AC de veículos elétricos (x2)	0	5.000	5.000	5.000	15.000
Equipamentos de termografia por infravermelho da câmara de imagem térmica infravermelha (x2)	0	2.500	2.500	2.500	7.500
Equipamento de teste multifunção de instalações elétricas (x2)	0	3.500	3.500	3.500	10.500
Equipamento para medição de distâncias cabos elétricos	0	2.000	2.000	2.000	6.000
Equipamento para medição de campos elétricos em linhas aéreas	0	2.000	2.000	2.000	6.000
Equipamento para a medição de campos magnéticos	0	3.000	3.000	3.000	9.000
Multímetros com medição de "terras"	0	1.000	1.000	1.000	3.000
Aquisição de "Equipamento Autónomo de Inspeção" de linhas de tensão	0	10.000	5.000	5.000	20.000
Aquisição de "Equipamento de Análise da Qualidade da Energia"	0	7.000	7.000	7.000	21.000
Equipam. por veículo (máquina fotográfica, outros.)	0	3.000	3.000	3.000	9.000
Total DEER	0	39.000	34.000	34.000	107.000

(valores em euros)

PLANO DE INVESTIMENTO	2021	Orçamento			
	Projeção	2022	2023	2024	Triénio
Caixas de transporte equipamento	0	3.000	3.000	3.000	9.000
Aquisição de equipamento (ferramentas)	0	5.000	5.000	5.000	15.000
Desenvolvimento da aplicação de fiscalização c/integração no Balcão Único	0	15.000	15.000	15.000	45.000
Desenvol novas funcionalidades Apl.Fiscalização - tratamento de "bigdata" e "webservices"	0	20.000	20.000	20.000	60.000
					0
Total DB	0	43.000	43.000	43.000	129.000
DGN					
Equipamento de segurança ATEX (Camara de deteção de fugas de gás natural - FLIR GF77 25 HR + 6 HR (9.5-12 µm))	0	50.000	20.000	10.000	80.000
Atualização da aplicação fiscalização ao DGN	0	25.000	5.000	5.000	35.000
Total DGN	0	75.000	25.000	15.000	115.000
Total UCP	0	177.000	122.000	112.000	411.000
Total	1.450.000	1.385.000	2.447.000	1.373.965	5.205.965

Apresenta-se seguidamente o investimento previsto, detalhado por Unidades:

(valores em euros)

PLANO DE INVESTIMENTO	2021	Orçamento			
	Projeção	2022	2023	2024	Triénio
URP - Unidade de Reservas Petrolíferas					
Total URP	1.450.000	903.000	2.210.000	1.216.965	4.329.965
UAG - Unidade de Administração Geral					
Total UAG	0	305.000	115.000	45.000	465.000
UCP - Unidade de Controlo e Prevenção					
Total UCP	0	177.000	122.000	112.000	411.000
Total	1.450.000	1.385.000	2.447.000	1.373.965	5.205.965

Constata-se que o plano de investimento para o triénio compreende um maior investimento na Unidade de Reservas Petrolíferas, nomeadamente através do investimento nas Instalações da PolNato, assente no programa de investimentos estratégicos, conforme Despacho Conjunto n.º 4650/2016, de 23 de março, do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e do Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional. Este programa tem sido revisto à medida que tem sido desenvolvido um levantamento mais exaustivo da situação das instalações e das necessidades de intervenção e de investimento

No que se refere à repartição temporal do investimento, o ano de 2023 será o mais exigente, com um aumento de 1.062 milhares de euros face ao previsto para 2022 (mais 77%), enquanto a previsão para 2022 está em linha com o estimado para 2021.

No que se refere ao cumprimento das orientações definidas, relativamente à apresentação do Plano de Investimentos, importa salientar que as mesmas foram cumpridas, sendo identificados os investimentos projetados, de forma anual, para o próximo triénio, decompostos por naturezas e apresentando-se igualmente os valores associados aos mesmos projetos, projetados para 2021 e estimados para os períodos seguintes, sendo identificado que todos os projetos são financiados por meios próprios.

É ainda apresentada uma memória descritiva para os investimentos mais relevantes, sendo qualificada a sua prioridade.

No que se refere à análise custo - benefício dos investimentos programados, teremos de concluir, de forma imediata, que todos eles estão diretamente relacionados com a prossecução dos objetivos da Entidade por via da obrigação da fiscalização e prevenção do cumprimento da legislação reguladora do exercício das atividades económicas do setor da energia e gestão e manutenção das reservas estratégicas e de emergência do Estado Português, pelo que entendemos que, também neste aspeto, as orientações definidas estão asseguradas.

4.2.2. Análise do cumprimento das orientações tutelares

Os pressupostos macroeconómicos considerados no Plano de Atividades e Orçamento estão de acordo com as instruções tutelares constantes do Despacho n.º 682/2021-SET, sendo que relativamente a cada um dos objetivos definidos nas instruções tutelares que foram transmitidas à ENSE, apresenta-se seguidamente a análise do respetivo grau de cumprimento.

Conforme referido no PAO 2021 elaborado pelo Conselho de Administração da ENSE, e em consonância com o referido despacho, a ENSE optou por tomar como ano de referência o ano de 2021, por se considerar uma estimativa de volume de negócios para este exercício de montante superior ao ano de 2019.

Relativamente às orientações gerais previstas neste despacho, importa ter presente que a ENSE, pela sua natureza e objeto, apresenta especificidades próprias que não são acauteladas por aquelas orientações gerais, razão pela qual alguns dos incumprimentos referidos nos pontos seguintes decorrem exclusivamente destas especificidades, pelo que os mesmos assumem uma natureza autoexplicativa.

Contudo, tal não obsta a que, decorrente da nossa análise, e numa perspetiva meramente formal, se tenha de concluir pelo não cumprimento ou incumprimento, face ao teor do referido despacho ministerial.

I. Crescimento do volume de negócios, de forma gradual, mas estável, ao longo do triénio

Conforme se evidencia no quadro seguinte, embora se preveja um crescimento sistemático total de vendas e prestações de serviços ao longo do triénio, o mesmo revela algumas variações expressivas;

Natureza	2020	2021	Orçamento			Δ2022/2021	Δ2023/2022	Δ2024/2023
			2022	2023	2024			
Vendas e Serviços Prestados	28,5	28,1	29,4	29,9	30,2			
Total de volume de negócios	28,5	28,1	29,4	29,9	30,2	4,70%	1,76%	0,97%

Tal situação é justificada no PAO 2022, dado que a maioria dos rendimentos são provenientes da URP, obtidos por prestação unitária que cobre apenas o montante necessário para cobrir os gastos totais líquidos, pelo que no entendimento da administração da ENSE o racional de “evolução gradual e estável” do volume de negócios não tem aderência à Entidade.

Em face do exposto, somos de opinião que as explicações detalhadas no Plano de Atividades e Orçamento para 2022 são pertinentes, podendo entender-se o cumprimento deste objetivo como assegurado

II. Os gastos operacionais deverão evoluir a taxa percentual (em 2022 face a 2021, sobre o ano anterior nos restantes anos do triénio) inferior à do volume de negócios

Evidencia-se no quadro seguinte a evolução considerada:

Natureza	2020	2021	Orçamento			Δ2022/2021	Δ2023/2022	Δ2024/2023
			2022	2023	2024			
Total de volume de negócios	28,5	28,1	29,4	29,9	30,2	4,70%	1,76%	0,97%
Total de Gastos Operacionais	103,7	23,8	29,1	29,6	29,9	22,18%	1,63%	0,86%

Face ao exposto no quadro anterior, verifica-se que os gastos operacionais evoluem a taxas percentuais superiores ao volume de negócios no primeiro ano considerado pelo que terá de se entender que esta orientação não foi cumprida, relativamente a 2022.

III. O aumento da despesa de pessoal, com exceção da relativa aos corpos sociais e descontado o efeito do absentismo, não deverá ser percentualmente superior ao do volume de negócios, exceto se houver redução do mesmo montante dos FSE

O PAO não evidencia os Gastos com Pessoal de forma a permitir a desconsideração dos efeitos associados ao absentismo.

Por outro lado, deverá ter-se em atenção que parte do aumento dos gastos com pessoal decorre da contratação de novos colaboradores em 2021, mas cujo custo de um ano integral apenas ocorrerá no exercício de 2022.

Natureza	2020	2021	Orçamento			Δ2022/2021	Δ2023/2022	Δ2024/2023
			2022	2023	2024			
Total de volume de negócios	28,5	28,1	29,4	29,9	30,2	4,70%	1,76%	0,97%
Gastos com pessoal	1,6	2,4	2,6	2,7	2,8	8,54%	4,56%	0,58%

Atenta a condicionante decorrente de se desconhecer o efeito do absentismo, mas que admitimos que não afete as conclusões expressas, e face ao exposto no quadro anterior, verifica-se que os gastos com pessoal crescem mais do que o volume de negócios em 2022 e em 2023, apenas sendo cumprido o objetivo estabelecido em 2024.

IV. Os aumentos da despesa em FSE não deverão ser percentualmente superiores à taxa de crescimento do volume de negócios

Evidencia-se no quadro seguinte a evolução considerada:

Natureza	2020	2021	Orçamento			Δ2022/2021	Δ2023/2022	Δ2024/2023
			2022	2023	2024			
Vendas e Serviços Prestados	28,5	28,1	29,4	29,9	30,2	3,19%	1,76%	0,97%
Despesa com FSE	20,6	18,6	24,0	24,3	24,6	29,16%	1,32%	0,88%

Face ao exposto no quadro anterior, verifica-se que as despesas com FSE crescem mais do que o volume de negócios em 2022. Deste modo terá de se entender que, relativamente ao exercício de 2022, esta orientação não foi cumprida.

V. O resultado operacional (medido pelo EBIT), líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor deve melhorar em 2022 face a 2021 e sobre o ano anterior nos restantes anos do triénio;

Evidencia-se no quadro seguinte a evolução considerada:

Valores em milhares de euros

Natureza	2020	2021	Orçamento			Δ2022/2021	Δ2023/2022	Δ2024/2023
			2022	2023	2024			
Resultado operacional	-75.220,5	3.970,9	55,2	83,5	79,4			
Variações de justo valor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Provisões	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Imparidades	-75.878,3	-450,0	0,0	0,0	0,0			
EBIT "ajustado"	657,8	4.420,9	55,2	83,5	79,4	-98,75%	51,49%	-4,91%

Face ao exposto no quadro anterior, verifica-se que o EBIT não melhora em 2022 face a 2021, embora se verifiquem melhorias nos anos seguintes. Deste modo terá de se entender que esta orientação não foi cumprida, relativamente ao ano de 2022.

VI. O endividamento, líquido de investimento, deve diminuir em termos reais.

Evidencia-se no quadro seguinte a evolução considerada:

Natureza	2020	2021	Orçamento			Δ2022/2021	Δ2023/2022	Δ2024/2023
			2022	2023	2024			
Financiamentos obtidos - não corrente	359,7	359,8	359,8	359,8	359,9			
Financiamentos obtidos - corrente	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00			
Endividamento	359,7	359,8	359,8	359,8	359,9	0,01%	0,01%	0,01%

Conforme divulgado no ponto 4.3.5. do “Plano de Atividades e Orçamento de 2022”, constatamos que no triénio 2022-2024 não está previsto o aumento do endividamento, mantendo-se apenas o empréstimo obrigacionista no montante de 360.000 milhares de euros, cuja amortização ocorrerá numa só prestação em 2028, sendo a variação resultante do reconhecimento dos gastos associados à montagem da operação que se encontram diferidos pelo período do empréstimo obrigacionista.

Perante a rigidez deste financiamento, terá de se concluir que este objetivo não é suscetível de ser aplicado à ENSE.

No que se refere aos princípios financeiros que devem ser considerados na elaboração do PAO, com referência ao exercício de 2022, segue-se a respetiva análise.

a) Melhoria da eficiência operacional, traduzida na manutenção ou redução do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios.

Indicadores	(valores em milhares de euros)		
	2020	2021	2022
	Real	Projeção	Orçamento
Gastos operacionais			
CMVMC	0,0	0,0	0,0
Fornecimentos e serviços externos	20.581,2	18.603,7	24.028,3
Gastos c/ pessoal	1.608,6	2.420,9	2.627,7
Indemnizações	0,0	0,0	0,0
Valorizações remuneratórias			
	22.189,7	21.024,6	26.656,0
Volume de negócios	28.514,0	28.103,8	29.424,2
Gastos operacionais/Volume de negócios	77,82%	74,81%	90,59%

Considerando o indicador previsto nas instruções, que mede o peso dos gastos operacionais no volume de negócios, constatamos que não se verifica uma melhoria da eficiência operacional, conforme se demonstra, dado que se prevê o aumento do valor deste indicador em 2022, quando se pretendia que o mesmo registasse uma redução.

Note-se, contudo, que conforme exposto no ponto PRC – Plano de Redução de Custos, a partir do momento que a entidade é redenominada e reestruturada através do DL n.º 69/2018, de 1 de setembro, no qual é reforçado o seu quadro de competências em atividade de fiscalização, torna-se imperativo que a ENSE se apetreche com as condições necessárias para a sua prossecução da sua missão, o que implica, naturalmente, um aumento projetado dos seus gastos operacionais.

Em face do exposto, e não obstante esta orientação não se encontrar assegurada, deverá atender-se às explicações detalhadas no Plano de Atividades e Orçamento para 2022.

b) PRC – Programa de Redução de Custos

No que respeita ao programa de redução de custos, as orientações transmitidas estabelecem que a previsão para 2022 seja inferior ao montante estimado em 2021, nos seguintes agregados de gastos:

(valores em milhares de euros)

Indicadores	2021	2022	Var 2022-2021	
	Estimativa	Orçamento	Valor	%
Gastos com pessoal	2.420,9	2.627,7	206,8	9%
Deslocações e alojamento	2,5	52,1	49,6	1973%
Ajudas de custo	13,8	38,6	24,8	180%
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	445,0	648,5	203,5	46%
Gastos com a frota automóvel	94,1	159,7	65,6	70%
Total	2.976	3.527	550	18%

Conforme explicado anteriormente, com o reforço do quadro de competências da ENSE, tornou-se imperativo continuar o investimento em recursos de modo a conseguir dar resposta a esse reforço de competências, conforme explicado ao longo do Plano de Atividades e Orçamento.

Por esta razão, prevê-se um aumento nos gastos de todos os indicadores acima expostos, sendo de realçar o aumento previsto, no montante de 207 milhares de euros, em gastos com pessoal (+9%) face ao montante estimado para 2021 e o aumento no montante de 203,5 milhares de euros (+46%) com encargos relacionados com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, face ao montante estimado para 2021.

Relativamente aos gastos com pessoal, o aumento expectável é explicado pelo impacto do gasto decorrente da admissão dos novos colaboradores no ano de 2021, cujo impacto financeiro do ano completo apenas decorrerá no ano de 2022, bem como valorizações remuneratórias aplicáveis, sendo igualmente esta a explicação, juntamente como o reforço das fiscalizações, para o aumento das rubricas de deslocações e alojamentos.

O dispêndio previsto para 2022 na rubrica de contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, no montante de 648,5 milhares de euros, (+45% face ao montante estimado para 2021), engloba os trabalhos previstos na PolNATO, bem como prestação de serviços jurídicos.

Em face do exposto, e não obstante esta orientação não se encontrar assegurada, deverá atender-se às explicações detalhadas no Plano de Atividades e Orçamento para 2022, que tornam justificável a evolução prevista destas componentes de gastos.

c) Contenção no crescimento do endividamento remunerado, corrigido de aumentos de capital e líquido de financiamento de novos investimentos com expressão material

Conforme divulgado no ponto 4.3.5. do “Plano de Atividades e Orçamento de 2022”, constatamos que no triénio 2022-2024 não está previsto o aumento do endividamento, mantendo-se apenas o empréstimo obrigacionista, no montante de 360.000 milhares de euros, cuja amortização ocorrerá numa só prestação em 2028.

Face ao exposto, consideramos que estão cumpridas as orientações definidas, relativamente ao Endividamento.

d) Análise custo-benefício dos novos investimentos

É apresentado no ponto 4.3.4 a análise custo-benefício para os investimentos previstos, estando assim cumprida a orientação definida.

4.3. Análise das demonstrações financeiras previsionais

Para efeitos de comparação do balanço e da demonstração de resultados previsionais para 2022, considerou-se igualmente os dados reais de 2020, bem como as projeções para o final de 2021, elaboradas de acordo com as estimativas mais recentes assumidas pelo Conselho de Administração.

A Demonstração da Posição Financeira previsional em 31 de dezembro de 2022 apresenta um total de Ativo Líquido de 373.391 milhares de euros e um total de Passivo de 368.389 milhares de euros, resultando no montante de 5.002 milhares de euros de Capital Próprio.

No que se refere ao equilíbrio económico e financeiro da atividade desenvolvida, as demonstrações financeiras previsionais apontam para uma expectativa de resultado líquido do período, no montante de 17,7 milhares de euros, superior ao resultado apurado em 2020 (-75.271,6 milhares de euros), embora inferior ao valor previsto para 2021 (3.933,4 milhares de euros).

Verifica-se assim que, do ponto de vista económico, a projeção da atividade a desenvolver pela Entidade revela-se equilibrada, sendo a sua situação financeira também equilibrada.

Deverá, no entanto, ter-se em atenção que a formação do resultado líquido é fortemente influenciada pela variação de valor dos stocks, por força da cotação internacional do crude, o que foi particularmente expressivo no final de 2020.

5. PARECER

Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um grau de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que (i) a informação financeira histórica não tenha sido apropriadamente extraída das demonstrações financeiras aprovadas pelos órgãos competentes da Entidade; e (ii) a informação financeira previsional não tenha sido preparada e apresentada com base em pressupostos apropriados e fiáveis e de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos geralmente adotados pela **ENSE – ENTIDADE NACIONAL PARA O SETOR ENERGÉTICO, E.P.E.**

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

6. ENFASE

Conforme referido ao longo do ponto 4.2.3, constatamos que, de todas as orientações transmitidas pelas tutelas, através da DGTF, com base no despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, apenas foi integralmente cumprida a orientação referente à apresentação do Plano de Investimentos, evolução do volume de negócios e contenção do crescimento no crescimento do endividamento remunerado.

Relativamente às demais orientações, as mesmas não foram formalmente cumpridas para a totalidade do período considerado, apresentando o Conselho de Administração justificações para cada uma destas situações, as quais estão de uma forma geral, associadas ao objeto de atividade da ENSE, bem como ao reforço das competências atribuídas à ENSE.

Lisboa, 13 de setembro de 2021

O Revisor Oficial de Contas

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o nº 691 e na lista de auditores da CMVM sob o nº 20160331)

 <p>IGCP Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública</p>	<h2>INFORMAÇÃO</h2>	<p>Ref.ª UE: SGC nº 122</p> <p>Data: 2021.08.03</p>
<p>De: ACL/SGC</p>	<p>Para:</p> <p>C/c:</p>	
<p>Doc. Relacionados:</p>		
<p>Assunto: ENSE - Despacho sobre o pedido de dispensa de cumprimento da UTE</p>		

<p>Parecer (Coord.) Concordo. Para autorização do CA.</p> <p>Rui Nascimento Digitally signed by Rui Nascimento Date: 2021.08.03 18:28:41 +01'00'</p>	<p>Despacho (CA)</p> <p>Autorizado.</p> <p>Digitally signed by Maria Rita Gomes Granger Date: 2021.08.04 10:51:24 +01'00'</p>
---	--

ENQUADRAMENTO

Não tendo sido publicado até à presente data o Decreto-Lei de Execução Orçamental para o corrente ano, e nos termos do estabelecido pelo nº 5, do artigo 172.º, da Lei nº 75-B/2020, de 31 de dezembro, conjugado com o disposto pelo nº 5, do artigo 115º do Decreto-Lei nº 84/2019, de 28 de junho, diploma que estabelece as normas de execução do Orçamento de Estado para o ano de 2019, é determinado que *"Em situações excecionais devidamente fundamentadas, a pedido do serviço ou organismo, o IGCP, E.P.E. pode autorizar a dispensa do cumprimento do princípio da unidade de tesouraria, pelo prazo máximo de dois anos, ..."*.

Tendo presente o enquadramento legal, a Entidade Nacional para o Setor Energético, EPE (ENSE) apresentou a coberto do ofício nº S00538 - 20201009 – DFRH, incluso no anexo I da presente informação, um pedido de exceção ao cumprimento da Unidade da Tesouraria do Estado (UTE).

No sentido de clarificar e quantificar os serviços bancários objeto do pedido de dispensa, o IGCP solicitou à ENSE o preenchimento do quadro de "Pedido de Dispensa de Cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado", o qual se inclui também no anexo I.

ANÁLISE

O IGCP tem vindo a propor, a título excecional, a dispensa da UTE para o contrato celebrado com a CaixaBI, respeitante ao serviço de pagamento dos juros do cupão de empréstimo obrigacionista, tendo em conta as entidades bancárias envolvidas e as modificações contratuais necessárias para a alteração da função de agente pagador para a tesouraria do Estado.

PROPOSTA

Em face do exposto, propõe-se que o despacho do IGCP seja de, reiterar o dos anos anteriores, no sentido de excecionar, para os anos de 2021 e 2022, somente os valores referentes ao empréstimo obrigacionista contraído junto da CaixaBI.

Os restantes valores devem, pois, ser movimentados pela ENSE através de contas no IGCP, pela utilização dos serviços bancários disponibilizados por esta Agência.

Caso mereça a concordância superior, propõe-se ainda o envio da presente informação à DGO, à DGTF, à IGF e à ENSE, comunicando o teor do despacho proferido.

À Consideração Superior,

Digitally signed by
Maria de Fátima
Almeida Amaral
Nepomuceno da
Silva
Date: 2021.08.03
18:00:47 +01'00'

Registada

Exma. Senhora
Dra. Amália Almeida
MI Chefe do Gabinete do Secretário
de Estado do Tesouro
Av^a Infante D. Henrique, 1
1149-009 Lisboa

Vossa Referência:

Nossa Referência:

Data: 09/10/2020

S00538-20201009-DFRH

Assunto: Pedido de excecionamento parcial de Unidade de Tesouraria do Estado

Exma. Senhora Chefe do Gabinete

A ENSE, E.P.E. cumpre atualmente o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, mantendo, adicionalmente, uma conta bancária no banco Caixa Banco de Investimento, S.A., uma vez que é esta a entidade bancária responsável pela distribuição dos juros aos bancos do Sindicato Bancário constituídos pelo *Deutsche Pfandbriefbank AG* e o *Dexia Sabadell*, estes últimos credores do empréstimo obrigacionista cuja maturidade ocorre no ano de 2028.

A ENSE, E.P.E. foi autorizada a manter esta conta no Caixa Banco de Investimento para os anos de 2019 e 2020, a coberto do ofício do IGCP N^o SGC - 2019/18035, de 8 de novembro de 2019, onde foi proferido Despacho do IGCP excecionando do cumprimento da UTE (anexo).

Recorda-se que o pagamento anual do respetivo cupão passa, necessariamente, pela intervenção desta instituição bancária, razão pela qual se solicita, novamente, a dispensa (parcial) da Unidade de Tesouraria do Estado para os anos de 2021 e 2022, para o banco Caixa Banco de Investimento, S.A., pelas razões anteriormente expostas - e que se mantêm atuais; o que ficamos a aguardar.

Cumprimentos.

Filipe Meirinho

Presidente do Conselho de Administração

Ao

Entidade Nacional para o Setor Energético, EPE
Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício
D - 1.º Andar
1649-038 LISBOA

N.º Ofício nº SGC 2019 18035
Lisboa, 8 de novembro de 2019

Assunto: Princípio de Unidade da Tesouraria do Estado - Entidade Nacional para o Setor Energético, EPE (ENSE)

No seguimento do pedido de dispensa do cumprimento do princípio de Unidade da Tesouraria do Estado (UTE), formulado pelo a coberto do vosso ofício do Gabinete do SCAFin nº 1430 2019, de 15 de abril, informamos que, nos termos do n.º 5, do artigo 115.º do Decreto-Lei nº 84/2019, de 28 de junho, foi proferido despacho, no sentido de excecionar do cumprimento da UTE, para os anos 2019 e 2020, somente, os valores referentes ao empréstimo obrigacionista contraído junto da CaixaBI.

Os restantes valores devem, pois, ser movimentados pela ENSE através de contas no IGCP, pela utilização dos serviços bancários disponibilizados por esta Agência, cumprindo-se, deste modo, o princípio da UTF.

Com os melhores cumprimentos,

Maria de
Fátima Almeida
Amaral
Nepomuceno
da Silva

Digitally signed by
Maria de Fátima
Almeida Amaral
Nepomuceno da Silva
Date: 2019.11.22
19:02:25 Z

Maria de Fátima Silva
Coordenadora do Serviço
de Gestão de Contas de Clientes

Pedido de Dispensa de Cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado

2021

Nome Organismo: *Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E.*

Nos termos do Decreto-Lei nº 41/2020, de 18 de agosto (DLEO/2020) e Lei n.º 75-B/2020 (LOE/2021), solicita-se a dispensa de cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado, para os serviços bancários identificados no quadro abaixo.

Serviços objeto do presente Pedido (a)	Serviços Bancários	Contas na Banca Comercial		
		IBAN	Saldo Médio Anual (b)	Saldo a 31.12.2020
	Cartões pré pagos			
	Compra de moeda estrangeira			
	Contratos de leasing, factoring e afins			
	Custodia de valores mobiliários, com exceção dos representativos de dívida pública			
	Débitos diretos perante credora			
(x) Utilização da CaixaBI para pagamento de juros do cupão do empréstimo obrigacionista que a ENSE, E.P.E. detém, já que este Banco foi a entidade bancária organizadora, e que ficou responsável por distribuir o pagamento dos juros aos bancos sindicados: Deutsche Pfandbriefbank AG e o Dexia Sabaelli.	Empréstimos bancários (curto, médio ou longo prazo)	PT50002500100012198850045	5422,45	5422,45
	Garantias bancárias que não possam ser substituídas por Depósitos Cauçionados			
	Recolha de Valores			
	Outros Serviços:			

(a) Assinalar com uma X os serviços a dispensar.

(b) Saldo Médio Anual (2020) = Somatório dos saldos médios mensais / Nº de meses considerados.

(c) Este documento deverá ser enviado ao IGCP, acompanhado de ofício explicativo das dispensas de UTE assinaladas no presente impresso.

Data: *12/05/2021*

Filipe Meirinho
 Presidente do Conselho de Administração

(d) Este documento tem de ser assinado de acordo com a lista de assinaturas, na posse do IGCP

Pedro Morais

De: Renato Neves <Renato.Neves@dgtf.gov.pt>
Enviado: 18 de setembro de 2020 18:00
Para: Geral ENSE
Cc: David Sa Pires; Pedro Morais; Mário Carrega; Fernanda Martins; Lucia Glorias; Helena Sanches
Assunto: Plano de Atividades e Orçamento para 2020
Anexos: Despacho SET sobre RA da UTAM.PDF

Sinal. de seguimento: Dar seguimento
Estado do sinalizador: Concluído

A/C

Exmo. Senhor Dr. Filipe Rodrigues Meirinho,
Presidente do Conselho de Administração da ENSE, E.P.E.

Ref.ª DSPE/DAA/RN/298_2020

Exmo. Senhor,
Presidente do Conselho de Administração da ENSE, E.P.E.

Com referência ao Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2020 da ENSE, remete-se para conhecimento de V. Ex.ª, em anexo ao presente e-mail, o ofício do Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, contendo o Relatório de Análise n.º 93/2020, de 22 de abril, emitido pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), bem como o Despacho n.º 415/2020-SET, de 31 de julho, proferido por S. Exa. o Secretário de Estado do Tesouro que procede à aprovação do PAO.

Oportunamente, remeteremos o despacho assinado por S. Exa. o Secretário de Estado do Tesouro e por S. Exa. o Secretário de Estado Adjunto e da Energia que procede à aprovação formal do mencionado documento.

Com os melhores cumprimentos.

Renato de Oliveira Neves

Direção de Serviços de Participações do Estado



Rua da Alfândega, nº5, 1º 1149-008 Lisboa

Tel.: 21 884 60 00 | Fax: 21 884 61 19

www.dgtf.gov.pt | tesouro@dgtf.gov.pt

Aviso! Nos termos da RCM N. 34/2016, de 16 de junho, o domínio dgtf.pt foi substituído por dgtf.gov.pt.
Agradecemos que atualize as moradas eletrónicas desta Direção-Geral.



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
ADJUNTO E DA ENERGIA

Exmo. Senhor
Dr. Filipe Meirinho
Presidente do Conselho de Administração da
ENSE - Entidade Nacional para o Setor
Energético E.P.E.
Estrada Paço do Lumiar, Edifício D - 1º Andar
1649-038 Lisboa

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

ASSUNTO: ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético E.P.E. - Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2020

Encarrega-me o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia de remeter a V. Exa. o ofício n.º 1968, de 03-09-2020, do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, relativo ao assunto mencionado em epígrafe, sobre o qual exarou o despacho com o seguinte teor:

“Concordo. Transmita-se à ENSE.

22.09.2020

João Galamba”

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Eugénia Correia



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DO TESOUREIRO

Concordo. Transmitem-se à Ense

[Handwritten signature]

22/9/2020

João Galamba

Secretário de Estado Adjunto e da Energia

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Secretário de Estado Adjunto e da Energia
Dra. Eugénia Correia
Rua do Século, nº 51 3º
1200-433 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 1968/2020 ENT.:2595 de 01-09-2020 PROC. Nº: 21.498/2020 - 22.192/2020	03-09-2020

ASSUNTO: ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético E.P.E. - Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2020.

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro de remeter a V. Exa., cópia da Informação com a ref. INFSE_DGTF/2020/729 e anexos, de 25 de agosto, da DGTF- Direção-Geral do Tesouro e Finanças, sobre o assunto mencionado em epígrafe, após ter sido exarado o seguinte despacho:

DESPACHO Nº 517/2020 - SET

"Concordo com o proposto, nos termos do Despacho que assino.

À consideração do Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Energia

Miguel Cruz

02.09.2020"

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,

Maria Amália Almeida

Maria Amália Almeida

RS

Informação Nº: INFSE_DGTF/2020/729 - DSPE - meves

de: 25/08/2020

Proc.:

Para: Secretário de Estado do Tesouro

Assunto: ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético E.P.E. - Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2020.

V/ Ref.º: 1649 SET de: 03/08/2020

Despacho n.º 517/2020-SET

Concordo com o proposto, nos termos do
Despacho que assino.

À consideração do Sr. Secretário de Estado Adjunto e
da Energia.



02.09.2020

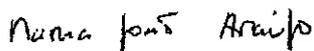
Miguel Cruz
Secretário de Estado do Tesouro

Parecer(es) DGTF

Diretor(a) Geral
01/09/2020 16:00
Maria João Araujo
Concordo.

À consideração do Senhor Secretário de Estado do Tesouro.

A Diretora-Geral,



por Maria João Dias Pessoa de Araújo em 01-09-2020 às 16:00

Sub-Diretor(a) Geral

Diretor(a) Serviços/Chefe Divisão

01/09/2020 11:17

Mário Carrega

Face ao exposto na presente Informação, submete-se superiormente o projeto de despacho tendente à aprovação do PAO 2020 da ENSE.

Informação Nº: INFSE_DGTF/2020/729 - DSPE - rneves

de: 25/08/2020

Proc.:

Para: Secretário de Estado do Tesouro

Assunto: ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético E.P.E. - Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2020.

V/ Ref.º: 1649 SET de: 03/08/2020

Informação Nº: INFSE_DGTF/2020/729 - DSPE - rneves

de: 25/08/2020

Proc.:

Para: Secretário de Estado do Tesouro

Assunto: ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético E.P.E. - Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2020.

V/ Ref.ª: 1649 SET de: 03/08/2020

I - Objetivo

Submeter à consideração superior o projeto de Despacho tendente à aprovação formal do Plano de Atividades e Orçamento para 2020 da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético E.P.E., doravante designada ENSE, em conformidade com as disposições constantes no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

II - Enquadramento

Em conformidade com o n.º 6 do artigo 39.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, compete à DGTF emitir as instruções para a apresentação dos planos de atividades e orçamento (PAO) por parte das empresas públicas.

Nos termos do n.º 7 do artigo 39.º do RJSPE, as propostas de PAO para cada ano de atividade, reportada a cada triénio, devem ser analisadas pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público empresarial (UTAM), que deve apreciar a sua conformidade e compatibilidade face ao equilíbrio das contas públicas e da execução orçamental das verbas afetas a cada ministério, habilitando, desta forma, o membro do Governo responsável pela área das finanças a decidir, de modo informado, sobre as matérias relevantes.

De acordo com a matéria disposta nos n.º 8 e n.º 9 do artigo 39.º do RJSPE, a análise referida anteriormente deve ser vertida em relatório elaborado pela UTAM, dirigido ao membro do Governo responsável pela área das finanças, que depois de aprovado, acompanha as propostas de plano de atividades e orçamento, os quais não produzem quaisquer efeitos até que seja obtida a respetiva aprovação, por parte dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e do respetivo setor da atividade.

III - Apreciação

Em 16 de outubro de 2019 a ENSE inseriu no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF) a sua proposta de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) e Plano de Investimentos/financiamentos Plurianuais referente ao triénio 2020-2022. Em 09 de janeiro de 2020, a ENSE submeteu através da plataforma o Parecer do Conselho Fiscal ao Plano de Atividades e Orçamento/Plano de Investimentos e Financiamento para o horizonte temporal de 2020. Ambos os

Informação Nº: INFSE_DGTF/2020/729 - DSPE - rneves

de: 25/08/2020

Proc.:

Para: Secretário de Estado do Tesouro

Assunto: ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético E.P.E. - Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2020.

V/ Ref.º: 1649 SET de: 03/08/2020

documentos foram objeto de apreciação pela UTAM, conforme o Relatório de Análise n.º 93/2020, de 22 de abril¹, no qual a UTAM concluiu que a proposta apresentada contém lacunas e insuficiências, pelo que não foi dado parecer favorável à mesma, recomendando-se que a Empresa refizesse a sua proposta por forma a suprir as deficiências apontadas no respetivo relatório.²

Por conseguinte, no dia 13 de julho de 2020, a Empresa inseriu no SIRIEF "Informação Adicional" sobre a proposta de PAO, reportada ao citado relatório. Com base nesta documentação, a UTAM procedeu à reanálise da proposta de PAO 2020 da Empresa, da qual resultou o Aditamento em 21 de julho ao Relatório de Análise n.º 93/2020, de 22 de abril, com a seguinte a seguinte conclusão:

"A aprovação da proposta de "Plano de Atividades e Orçamento para 2020" da ENSE requer, nos termos das disposições legais em vigor sobre a matéria, a autorização de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro para:

- *A contratação de 16 trabalhadores em 2020;*
- *O aumento dos gastos com pessoal em cerca de 625 mil euros (39%) de 2019 (1 598 mil euros) para 2020 (2 223 mil euros);*
- *O aumento de 141 mil euros (153%) dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel em 2020 face a 2019; e*
- *O aumento de 127 mil euros (19%) dos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 2020 face a 2019.*

Implica ainda que seja considerado correto o entendimento da UTAM no sentido da não aplicabilidade à empresa das disposições sobre a evolução do rácio dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios, pois que a Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) estatutariamente prevista é responsável por 95% da atividade da empresa, isto é, parte substancial dos gastos e dos rendimentos da atividade da empresa é determinada por fatores que lhe são alheios.

¹ O relatório foi objeto de despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro (Despacho n.º 264/2020-SET), com o seguinte teor:

*"Concordo
À DGTF para os devidos efeitos.
Dê-se conhecimento a S. Exa o SEEnergia.
Álvaro Novo
8.6.2020"*

² A DGTF através do ofício datado de 22 de junho de 2020, solicitou à empresa o desencadear das necessárias diligências no sentido de suprir as questões identificadas pela UTAM.

Informação N.º: INFSE_DGTF/2020/729 - DSPE - rneves

de: 25/08/2020

Proc.:

Para: Secretário de Estado do Tesouro

Assunto: ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético E.P.E. - Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2020.

V/ Ref.º: 1649 SET de: 03/08/2020

A UTAM conclui que, neste caso e querendo, a proposta de "Plano de Atividades e Orçamento para 2020" apresentada pela ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. reunirá as condições para merecer aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro."

O referido Relatório, com a conclusão acima referida mereceu o seguinte despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro^{3d}:

***DESPACHO N.º 415/2020 - SET**

1. *Aprovo o Relatório de Análise n.º 93/2020 da UTAM respeitante ao Plano de Atividades e Orçamento para 2020 da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, EPE, nomeadamente quanto ao entendimento de não ser aplicável à empresa as disposições sobre a evolução do rácio dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios, pelas razões constantes do mesmo Relatório que, no essencial remetem para o facto de parte substancial dos gastos e dos rendimentos da atividade da empresa ser determinada por fatores que lhe são alheios.*

2. *Com base na análise desenvolvida no referido Relatório da UTAM, autorizo:*

- a) A contratação de 16 trabalhadores em 2020;*
- b) O aumento dos gastos com pessoal em 625 mil euros face a 2019;*
- c) O aumento em 141 mil euros dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel, face a 2019;*
- d) O aumento em 127 mil euros dos gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria face a 2019.*

e aprovo o PAO da ENSE para 2020.

³ O despacho acompanhado do relatório de Análise da UTAM, foi remetido à DGTF através do ofício n.º 1649/2020, de 03.08.2020 (Anexo 1).

⁴ Em data posterior ao despacho de S. Exa. o SET, a ENSE, a 24 de agosto, procedeu ao carregar no SiRIEF de um aditamento ao PAO 2020. Este documento foi elaborado no seguimento do Despacho n.º 398/2020-SET, de 28 de julho, relativo às instruções destinadas às Empresas Públicas Não Financeiras que não tenham o PAO 2020 aprovado, ou o PAO aprovado mas desatualizado em virtude da atual pandemia, e nele a empresa indica que o impacto da pandemia foi muito pouco relevante, para a ENSE não havendo um acréscimo da despesa ou alteração no plano de investimentos face ao orçamento anteriormente apresentado, por conseguinte, a empresa indica não existir a necessidade de adaptar o PAO 2020, ou a necessidade de rever as projeções dos negócios na medida em que a estrutura de rendimentos da empresa não se alterou.

Informação Nº: INFSE_DGTF/2020/729 - DSPE - rneves

de: 25/08/2020

Proc.:

Para: Secretário de Estado do Tesouro

Assunto: ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético E.P.E. - Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2020.

V/ Ref.º: 1649 SET de: 03/08/2020

3. Se a atual conjuntura vier a justificar a necessidade de alterações para além do que esteja no âmbito da autonomia de gestão concedida ao conselho de Administração pelo regime jurídico do setor público empresarial, deverá a empresa submeter tal alteração ao acionista, devendo a correspondente proposta ser analisada pela UTAM e objeto de novo parecer de análise.

À consideração do senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia.

Dê-se conhecimento à UTAM e à DGTF.

Lisboa, 31 de julho de 2020.

O Secretário de Estado do Tesouro

Miguel Cruz"

Tendo em consideração a apreciação acima efetuada, parece nada obstar a que se proceda à formalização da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento da ENSE referente ao exercício de 2020, nos termos do Despacho n.º 415/2020 - SET, de 31 de julho, nomeadamente para os efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

IV - Proposta

Face ao exposto, considerando o teor do Relatório de Análise n.º 93/2020, de 22 de abril, emitido pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, bem como o Despacho n.º 415/2020-SET, de 31 de julho, proferido por Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, submete-se à consideração superior a proposta de Despacho tendente à aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2020 da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético E.P.E.

Informação Nº: INFSE_DGTF/2020/729 - DSPE - rneves

de: 25/08/2020

Proc.:

Para: Secretário de Estado do Tesouro

Assunto: ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético E.P.E. - Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2020.

V/ Ref.ª: 1649 SET de: 03/08/2020

DSPE/DAA, em 25 de agosto de 2020.

Nota: Os anexos mencionados na presente informação encontram-se disponíveis no seguinte link:
<https://webdrive.dglf.pt/owncloud/index.php/s/2mVHdX7zlsxb09V>

À consideração superior.

O Técnico Superior,

Renato Neves



Através do Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro, foi criada a EGREP - Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E., a qual foi seguidamente redenominada como ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E., pelo Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 9-A/2014, de 14 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 130/2014, de 29 de agosto. Posteriormente, através do Decreto-Lei n.º 69/2018, de 27 de agosto, procedeu-se à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 339 -D/2001, de 28 de dezembro, na sua redação atual, que aprovou os Estatutos da ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E., tendo em vista a sua reestruturação e a concentração de competências de fiscalização de todo o setor energético numa única entidade fiscalizadora, com consequente redenominação desta entidade para ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. (ENSE).

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 1.º dos Estatutos da ENSE aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 69/2018, de 27 de agosto, a Empresa rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades previstas nos seus Estatutos.

Considerando que o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, estabeleceu, nos termos do n.º 9 do artigo 39.º, que as propostas de Plano de Atividades e Orçamento não produzem quaisquer efeitos até à respetiva aprovação pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do setor de atividade.

Considerando o teor do Despacho n.º 415/2020-SET, de 31 de julho, de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, proferido sobre o Relatório de Análise n.º 93/2020, de 22 de abril, emitido pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) que analisou o Plano de Atividades e Orçamento para 2020 da ENSE:

Determina-se:

A aprovação do Plano de Atividades e Orçamento da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. referente ao exercício de 2020, autorizando-se:

1. A contratação de 16 trabalhadores em 2020;
2. O aumento dos gastos com pessoal em 625 mil euros face a 2019;
3. O aumento em 141 mil euros dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel, face a 2019;
4. O aumento em 127 mil euros dos gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria face a 2019.

Aprova-se igualmente, o entendimento expresso pela UTAM no supramencionado Relatório de Análise, na medida de não ser aplicável à Empresa as disposições sobre a evolução do rácio dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios, pelas razões constantes no Relatório que, no essencial remetem para o facto de parte substancial dos gastos e dos rendimentos da atividade da empresa ser determinada por fatores que lhe são alheios.

Se a atual conjuntura vier a justificar a necessidade de alterações para além do que esteja no âmbito da autonomia de gestão concedida ao conselho de Administração pelo regime jurídico do setor público empresarial, deverá a empresa submeter tal alteração ao acionista, devendo a correspondente proposta ser analisada pela UTAM e objeto de novo parecer de análise.

O Secretário de Estado Tesouro,

O Secretário de Estado Adjunto e da Energia,

**Miguel
Jorge de
Campos
Cruz** Assinado de
forma digital
por Miguel
Jorge de
Campos Cruz
Dados:
2020.09.02
23:42:41 +01'00'

Miguel Cruz

João Galamba



Através do Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro, foi criada a EGREP - Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E., a qual foi seguidamente redenominada como ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E., pelo Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 9-A/2014, de 14 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 130/2014, de 29 de agosto. Posteriormente, através do Decreto-Lei n.º 69/2018, de 27 de agosto, procedeu-se à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 339 -D/2001, de 28 de dezembro, na sua redação atual, que aprovou os Estatutos da ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E., tendo em vista a sua reestruturação e a concentração de competências de fiscalização de todo o setor energético numa única entidade fiscalizadora, com consequente redenominação desta entidade para ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. (ENSE).

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 1.º dos Estatutos da ENSE, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 69/2018, de 27 de agosto, a Empresa rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades previstas nos seus Estatutos.

Considerando que o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, estabeleceu, nos termos do n.º 9 do artigo 39.º, que as propostas de Plano de Atividades e Orçamento não produzem quaisquer efeitos até à respetiva aprovação pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do setor de atividade.

Considerando o teor do Despacho n.º 415/2020-SET, de 31 de julho, de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, proferido sobre o Relatório de Análise n.º 93/2020, de 22 de abril, emitido pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) que analisou o Plano de Atividades e Orçamento para 2020 da ENSE:

Determina-se:

A aprovação do Plano de Atividades e Orçamento da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. referente ao exercício de 2020, autorizando-se:

1. A contratação de 16 trabalhadores em 2020;
2. O aumento dos gastos com pessoal em 625 mil euros face a 2019;
3. O aumento em 141 mil euros dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel, face a 2019;
4. O aumento em 127 mil euros dos gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria face a 2019.



Aprova-se igualmente, o entendimento expresso pela UTAM no supramencionado Relatório de Análise, na medida de não ser aplicável à Empresa as disposições sobre a evolução do rácio dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios, pelas razões constantes no Relatório que, no essencial remetem para o facto de parte substancial dos gastos e dos rendimentos da atividade da empresa ser determinada por fatores que lhe são alheios.

Se a atual conjuntura vier a justificar a necessidade de alterações para além do que esteja no âmbito da autonomia de gestão concedida ao conselho de Administração pelo regime jurídico do setor público empresarial, deverá a empresa submeter tal alteração ao acionista, devendo a correspondente proposta ser analisada pela UTAM e objeto de novo parecer de análise.

O Secretário de Estado Tesouro,

O Secretário de Estado Adjunto e da Energia,

**Miguel
Jorge de
Campos
Cruz** Assinado de
forma digital
por Miguel
Jorge de
Campos Cruz
Dados:
2020.09.02
23:42:41 +01'00'

Miguel Cruz

João Galamba



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
ADJUNTO E DA ENERGIA

C/Conhecimento:

Exma. Senhora
Dra. Maria Amália Freire de Almeida
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário de Estado o
Tesouro

gabinete.set@mf.gov.pt



Exmo. Senhor
Dr. Filipe Meirinho
Presidente do Conselho de Administração
da ENSE - Entidade Nacional para o
Setor Energético, E.P.E.

geral@ense-epe.pt

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

Ofício n. 7670/2021
Proc. 120.01.07.03.

Assunto: **Informação nº 67/2021/SEAEne - Plano de Atividades e Orçamento para 2021 -
Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. -(ENSE, E.P.E.)**

Encarrega-me o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia de remeter a V. Exa. a Informação nº 67/2021/SEAEne, de 01-09-2021, relativa ao assunto mencionado em epígrafe, para os devidos efeitos.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Eugénia Correia

Anexos: Doc. C/L
CG/PC



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
ADJUNTO E DA ENERGIA

INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento 2021 da Entidade
Nacional para o Setor Energético, E.P.E. (ENSE, E.P.E.)

DATA: 01-09-2021
INFORMAÇÃO N.º: 67/2021/SEAEne
PROC. N.º: 120.01.07.03.

Parecer

Despacho

Aprovo o Plano de Atividades e Orçamento da ENSE.

Remeta-se à ENSE e dê-se conhecimento ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro.

João Galamba
2/9/2021

João Galamba

Secretário de Estado Adjunto e da Energia

I. Enquadramento e análise

O Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro remeteu, por ofício de 28 de julho de 2021, cópia do Relatório de Análise n.º 15/2021, de 1 de fevereiro, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), relativo ao Plano de Atividades e Orçamento 2021 (doravante referenciado como PAO 2021) da empresa Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. (ENSE, E.P.E.), elaborado na sequência da versão inserida pela empresa no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF) a 16 de novembro de 2020 e conforme errata ao PAO 2021 remetida, pela mesma forma, a 18 de janeiro de 2021.

O relatório apresentado pela UTAM mereceu despacho de aprovação do Senhor Secretário de Estado do Tesouro (Despacho n.º 671/2021-SET, de 28 de julho), concluindo que o referido Plano de Atividades está em condições de merecer aprovação dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e Adjunto e da Energia.

Através do referido despacho, o Senhor Secretário de Estado do Tesouro autorizou, desde que a ENSE, E.P.E. assegure o respeito pelo limite da despesa inscrita no OE2021 e garanta a receita necessária para financiar a sua atividade:

- O aumento dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel no montante de € 120.000,00 (cento e vinte mil euros) face ao valor registado em 2019;
- O aumento dos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria no montante de € 181.000,00 (cento e oitenta e um mil euros) face ao valor registado em 2019;

A proposta de PAO 2021 concretiza as orientações estratégicas e específicas atribuídas à ENSE, E.P.E. pelos seus Estatutos, aprovados através do Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro, na sua redação atual, nomeadamente ao nível da gestão e manutenção das reservas estratégicas e fiscalização do setor energético.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual, as propostas de plano de atividades e orçamento devem ser acompanhadas do relatório da UTAM, carecendo de aprovação conjunta dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo setor de atividade.

Assim, face ao supra e ao Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, considera-se que o PAO 2021 da ENSE, E.P.E. está em condições de ser aprovado pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia.

II. Proposta de atuação

Em face do exposto, e em caso de concordância do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia, propõe-se a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento 2021 da Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E., remetendo-se à ENSE, E.P.E. a presente informação, acompanhada de cópia do ofício n.º 2048/2021 do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e do Relatório de Análise n.º 15/2021 da UTAM, para os devidos efeitos.

Propõe-se, ainda, que a presente informação seja remetida ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro, para conhecimento.

À consideração superior,

A Técnica Especialista



MARGARIDA MATOS



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DO TESOURO

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Secretário de Estado Adjunto e da Energia
Dra. Eugénia Correia
Rua do Século, n.º 51 3.º
1200-433 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		N.º: 2048/2021 ENT.: 244 de 02-02-2021 PROC. N.º: 27.16/2021	28-07-2021

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2021-2023 (SIRIEF, versão de 2021-01-18) da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E.

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro de remeter à consideração de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Energia, cópia do Relatório de Análise N.º 15/2021, de 01 de fevereiro, da UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, e o Despacho N.º 671/2021 - SET, de 27 de julho, que recaiu sobre os mesmos.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,

Maria Amália Almeida



DESPACHO N.º 671 / 2021 - SET

Aprovo o Relatório de Análise nº 15/2021 da Unidade Técnica de Monitorização do Setor Público Empresarial relativo ao Plano de Atividades e Orçamento para 2021 - 2023 da empresa ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, EPE acolhendo, na generalidade, a análise efetuada e as propostas formuladas, pelo que, com os fundamentos e justificações aí mencionados, muito em particular no que se refere às características específicas do modelo de negócio da empresa, concordo com o entendimento expresso pela UTAM no sentido de não ser aplicável as normas referentes à evolução do rácio gastos operacionais sobre volume de negócios, e autorizo:

1. O aumento no montante de 120 mil euros dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel face ao valor registado em 2019;
2. O aumento no montante de 181 mil euros nos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria face ao valor registado em 2019;

pelo que considero que a proposta de PAO para 2021 apresentada pela ENSE, EPE poderá merecer aprovação, desde que a empresa assegure o respeito pelo limite da despesa inscrita no OE2021 e garanta a receita necessária para financiar a sua atividade.

À consideração do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia.

Conhecimento à UTAM e à DGTF.

Lisboa, 27 de julho de 2021

O Secretário de Estado do Tesouro

Miguel Cruz



DE: Cláudio Couto Cabral

ASSUNTO: Plano de Atividade e Orçamento 2021 da ENSE -
Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E.

DATA: 27-07-2021

INFORMAÇÃO N.º: 67/2021

PROC. N.º: 22.16/2021

Despacho

Despacho n.º 671/2021-SET
de
28 de julho

- Atento ao facto da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. integrar o perímetro de consolidação das Administrações Públicas, torna-se necessário verificar que o PAO 2021 apresentado pela empresa é compatível com os dados inscritos no Orçamento do Estado para o ano de 2021 (OE2021);
- Da consulta aos elementos do PAO 2021 da ENSE é possível concluir que a despesa total se encontra em consonância com o montante inscrito no OE 2021;

unid.: €

	PAO 2021	OE2021	Conformidade	Observações
Despesa total	32 098 700	32 770 523	✓	Em conformidade com o OE2021
Gastos com o pessoal	2 497 900	2 193 637	✗	Valor superior ao inscrito no OE2021
FSE	22 840 000	23 080 708	✓	Em conformidade com o OE2021
Investimentos	1 394 800	651 930	✗	Valor superior ao inscrito no OE2021

- Salienta-se que os valores inscritos no PAO 2021 para as despesas com o pessoal e os gastos com investimento são superiores aos montantes constantes no OE2021;



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DO TESOURO

Nota Interna

- A empresa, no âmbito da gestão flexível, poderá fazer uma alocação diversa dos seus gastos, desde que assegure o respeito pelo limite da despesa inscrita no OE2021 e garanta a receita necessária para financiar a sua atividade.

Exma. Senhora

Dr.^a Maria Amália Almeida

M. I. Chefe do Gabinete de Sua Excelência

O Secretário de Estado do Tesouro

Neste edifício

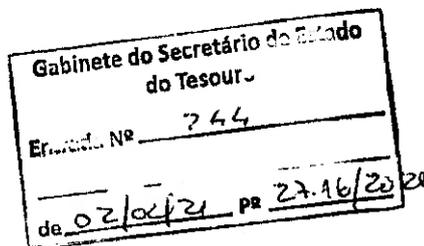
SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		N.º18/UTAM/2021	2021-02-01

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2021-2023 (SIRIEF, versão de 2021-01-18) da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E.

Senhora Chefe do Gabinete,

Junto envio o **RELATÓRIO DE ANÁLISE 15/2021** da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, respeitante ao Plano de Atividades e Orçamento 2021-23 da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E.

Com os meus melhores cumprimentos, *personais,*



Maria Amália Almeida
Chefe do Gabinete de S. Exa. o
Secretário de Estado do Tesouro

O Diretor da UTAM

Fernando Pacheco

Visto. Concordo.
Submete-se o presente Relatório de
Análise à consideração de Sua
Excelência o Secretário de Estado do
Tesouro.

Fernando
Manuel dos
Santos Vigário
Pacheco

Digitally signed by
Fernando Manuel dos
Santos Vigário Pacheco
Date: 2021.02.02
16:03:25 Z

Despacho 671/2021-SET

de

27 de julho

RELATÓRIO DE ANÁLISE 15/2021 de 01 de fevereiro

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2021-2023 (PAO2021-23) da
ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. (2021-01-18)

ÍNDICE

1. SÍNTESE.....	2
2. ANTECEDENTES.....	5
3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	5
4. PLANO DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTO.....	12
5. CONCLUSÃO.....	14

1. SÍNTESE

A. Instrução da proposta de Plano de Atividades e Orçamento

ELEMENTOS DE INSTRUÇÃO	CONCLUSÃO UTAM
<p>Proposta de PAO: é composta pelo Plano de Atividades e Orçamento, anual e plurianual, e pelo Plano de Investimentos.</p> <p>Parecer do ROC: considera que a informação financeira previsional foi preparada e apresentada com base em pressupostos apropriados e fiáveis e de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos geralmente adotados pela empresa.</p> <p>Parecer do Conselho Fiscal: não foi apresentado.</p>	<p>A proposta de PAO não está adequadamente instruída, estando em falta o parecer do Conselho fiscal. Atendendo à proposta incluir o parecer do ROC, enquanto um dos órgãos de fiscalização conforme art.º 14.º dos estatutos da ENSE, Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro poderá dispensar a apresentação do parecer do Conselho fiscal</p>

B. Autorizações Necessárias

Autorizações Necessárias	Fundamentação	Normativo	Análise	Recomendação UTAM
Aumento em 120 mil euros (135%) dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel em 2021 face a 2019.	Advirá essencialmente do acréscimo na atividade de fiscalização a desenvolver em todo o país.	Alínea b) do PRC do ponto 3.1 das IEIPG2021	Atentas as novas atribuições da empresa, o aumento tem-se por fundamentado.	Concessão de autorização
Aumento em 181 mil euros (40%) nos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 2021 face aos executados em 2019	Decorrerá da intervenção no Polnato, dos trabalhos de manutenção e dos investimentos a realizar para salvaguarda do produto armazenado, do desenvolvimento de ferramentas informáticas de apoio à gestão da fiscalização e da integração de ferramentas transversais.	Alínea b) do PRC do ponto 3.1 das IEIPG2021	Atentas as novas atribuições da empresa, o aumento tem-se por fundamentado.	Concessão de autorização

C. Orientações Financeiras para o Triénio 2021-2023

TAXAS	NORMATIVO	ANÁLISE
Taxa de variação do Volume de negócios (6,1%) superior à de crescimento do PIB/Consumo majorada ¹	Alínea i) do ponto 2 das IEIPG2021 ²	A Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) concentra 92% do volume de negócios, que estatutariamente cobre apenas o montante dos gastos totais líquidos (Cf. N.º 93 do art.º 23.º dos estatutos da ENSE), pelo que esta disposição das IEIPG não tem aplicação. Sobre esse assunto, o SROC refere no seu parecer que "somos de opinião que as explicações detalhadas no PAO para 2021 são pertinentes". A justificação afigura-se coerente.

¹ Soma da taxa de crescimento real do PIB (ou do consumo privado, consoante for mais indicado) do ano de 2019 para 2021 ou face ao ano anterior nos restantes anos, com a inflação esperada acrescida de 1 ponto percentual.

² Despacho N.º 395/2021-SET, de 27 de julho: "Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2021, anual e plurianual, das empresas públicas não financeiras do SEE [Setor Empresarial do Estado]".

TAXAS	NORMATIVO	ANÁLISE
Variação dos Gastos operacionais, das Despesas de pessoal e dos FSE face à taxa de crescimento do Volume de negócios	Alíneas ii), iii) e iv) do ponto 2 das IEIPG2021	As taxas de variação de 2019 para 2021 dos Gastos operacionais (18,6%), das Despesas de pessoal (s/ órgãos sociais e absentismo) (52,1%) e dos FSE (15,8%) são superiores à do Volume de negócios (6,1%), não sendo observadas as IEIPG2021. No entanto, foram atribuídas à ENSE novas competências implicando mais encargos, designadamente ao nível dos FSE e dos Gastos com pessoal. A justificação afigura-se coerente.
EBIT, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor	Alínea v) do ponto 2 das IEIPG2021	O resultado operacional degrada-se em 376 mil euros de 2019 para 2021, prevendo-se para 2022 em relação a 2021 uma diminuição de 13 mil euros e para 2023 face a 2022 um aumento de 18 mil, o que perfaz uma redução no triénio de 371 mil euros. Atenta a justificação quanto à evolução dos Gastos operacionais, a diminuição do EBIT é coerente com a proposta.

D. Evolução Económica e Financeira

	Volume de negócios	Gastos operacionais	CMVMC	FSE	Pessoal	EBITDA	EBIT	Resultado líquido	Endivid.*	Invest.*
Valores 2019	26 116	21 335	0	19 693	1 642	45 332	44 917	44 862	359 713	1 062
Valores 2021	27 718	25 310	0	22 812	2 498	722	92	55	359 750	1 389
Valores 2022 (10 ³ €)	28 908	26 289	0	23 777	2 511	874	79	42	359 788	1 349
Valores 2023	29 503	26 743	0	24 211	2 532	1 011	97	60	359 825	1 576
Δ 2021-2019	+6,1%	+19%		+16%	+52%	-98%	-100%	-100%	+0,0%	+31%
Δ 2022-2021 (%)	+4,3%	+3,9%		+4,2%	+0,8%	+21%	-14%	24%	+0,0%	-2,9%
Δ 2023-2022	+2,1%	+1,7%		+1,8%	+0,8%	+16%	+23%	+43%	+0,0%	+17%
Taxa média anual Δ 2023-2019 (%)	+4,1%	+7,8%		+7,1%	+16%	-72%	-87%	-89%	+0,0%	+14%

* O Endividamento e o Investimento na linha do ano 2019 são referentes a 2020
 Fonte: Proposta de PAQ para 2021-23

Indicador	Observações
Resultados	A empresa prevê que de 2019 para 2021 os resultados diminuam ³ : i) EBITDA: 44 610 mil euros (98%); ii) EBIT: 44 824 mil euros (100%); iii) Resultado líquido: 44 806 mil euros (100%). Os resultados previstos para 2023 são superiores aos previstos para 2021.
Endividamento	A empresa prevê um aumento de 37 mil euros (0,01%) do financiamento remunerado em 2021 face a 2020. O capital em 2021 (250 mil euros) não sofre alteração face a 2020 e, nos termos do disposto no ponto 3.3 das IEIPG2021, a ENSE não tem previsto realizar qualquer investimento com expressão material.

E. Plano de Investimentos

O plano de investimentos da ENSE para 2021-2023 ascende a 4 314 mil euros, dos quais se prevê que 1 389 mil euros (cerca de 32%) sejam realizados em 2021. No quadro abaixo apresenta-se um resumo do plano de investimentos da empresa, o qual está repartido em três grupos: (a) investimentos URP – Polnato, (b) investimentos UAG e, (c) investimentos em

³ Deverá ter-se em conta a reversão de imparidades em 2019 no montante de 44 448 mil euros.

UCP, evidenciando-se dentro de cada um dos grupos os projetos mais relevantes e que comportam montantes mais significativos.

Plano Plurianual de Investimento 2021-2023

	Unidade : milhares de euros					Δ 2021/2020		Peso 2020
	2020	2021	2022	2023	Triénio	Valor	%	
Unidade de Reserva Petrolífera (URP)	540	880	1 050	1 317	3 247	340	63%	63%
Reabilitação de edifício na zona II e III (Projeto investimento plurianual I)	20	80	0	0				
Beneficiação da rede de vedação externa (Projeto investimento plurianual II)	100	450	0	0				
Anel de combate a incêndio na zona II e III	0	0	500	867				
Reabilitação e inetrização dos oleodutos/remover o produto das linhas do Portinho da Costa (Projeto investimento plurianual IV)	150	100	300	250				
Unidade Administração Geral (UAG)	346	342	200	115	657	-4	-1%	25%
Evolução Balção Único ENSE	50	50	50	50				
Desenvolvimento no âmbito do sistema ERP SINGAP	25	30	30	30				
Aquisição de material informático ATEX para fiscalização	0	22	10	0				
Criação do Balção Único Electrónico dos combustíveis	0	70	70	0				
Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)	176	167	99	144	410	-9	-5%	12%
Equipamento Metrológico - Equipamento de GPL	3	13	3	3				
Equipamento Metrológico - Equipamento de Medição de líquidos	4	4	4	4				
Equipamento de fiscalização - equipamento de segurança ATEX (câmara de deteção de gases GPL	50	50	10	10				
Equipamento de fiscalização- Equipamento autónomo de inspeção de linhas de tensão	25	25	25	10				
Equipamento Metrológico -Medição de campos magnéticos	6	6	3	3				
Mobiliário	5	5	5	5				
TOTAL	1 062	1 389	1 349	1 576	4 314	327	31%	100%

Fonte : Proposta de PAO para 2021

Constata-se que o Plano de Investimento para o triénio compreende um maior investimento na URP, nomeadamente através do investimento nas instalações da PolNato, assente no programa de investimentos estratégicos conforme Despacho conjunto n.º 4650/2016, de 23 de março, do senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e do Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional. Tal programa tem sido revisto à medida que é efetuado o levantamento exaustivo da situação das instalações e das necessidades de intervenção e investimento.

De destacar que todos os projetos são financiados por fundos próprios. A empresa refere que o plano de investimentos visa a melhoria da capacidade operacional e do equipamento das equipas de fiscalização para intervenção em instalações do setor elétrico e de gás natural (mantendo a melhoria dos equipamentos na área dos combustíveis e biocombustíveis). Justifica-se, ainda, face à necessidade de adaptação e incremento das plataformas tecnológicas de toda a empresa que permitam a inclusão das novas áreas, para facilidade do processo de relação desmaterializada com todos os operadores de mercado que tem vindo a ser implementada. Para além disso, no âmbito do contrato de concessão por 25 anos da gestão das instalações do DPNL (propriedade do Ministério da Defesa Nacional), a ENSE tem obrigação de assegurar a manutenção e de concretizar um plano de investimento plurianual que é vital para o reforço da segurança e condições de operacionalização desta infraestrutura nevrálgica para o sistema de reserva nacional de produtos petrolíferos.

F. Conclusão

A aprovação da proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para 2021” da ENSE requer, nos termos das disposições legais em vigor sobre a matéria, a autorização de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro para:

- O aumento de 120 mil euros (135%) dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel em 2021 face a 2019; e
- O aumento de 181 mil euros (40%) dos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 2021 face a 2019.

Note-se o entendimento da UTAM no sentido da não aplicação à empresa da disposição sobre a evolução do rácio dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios, já sustentado nos anos anteriores, devido à Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) ser responsável por 92% da atividade da empresa e estar estatutariamente obrigada a um resultado aproximadamente nulo e a níveis mínimos de reservas, pelo que parte substancial dos gastos e dos rendimentos da sua atividade é determinada por fatores que são alheios à empresa.

A UTAM conclui que, neste caso e querendo, a proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para 2021” apresentada pela ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. reunirá as condições para merecer aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.

2. ANTECEDENTES

Em 18 de setembro de 2020 a Entidade Nacional para o Setor Energético E.P.E. (ENSE) inseriu no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF) a sua proposta de “Plano de Atividades e Orçamento (PAO) e Plano de Investimentos/financiamentos Plurianuais” referente ao triénio 2021-2023.

No dia 16 de novembro de 2020, a ENSE inseriu no SiRIEF uma nova versão de “Plano de Atividades e Orçamento (PAO) e Plano de Investimentos/financiamentos Plurianuais” sob a epígrafe “PAO 2021-2023 - Versão 2 (Revisto)”. No dia 25 de novembro de 2020, a ENSE inseriu na plataforma o “Parecer do ROC ao Plano de Atividades e Orçamento/Plano de Investimentos e Financiamento” para o horizonte temporal de 2021. Em 18 de janeiro, a ENSE submeteu através da plataforma um documento sob a epígrafe “outros” com uma “Errata ao PAO 2021 - Versão 2”. Dessarte, de acordo com as respetivas atribuições, a UTAM procedeu à análise da proposta de PAO2021-23 que verteu no presente relatório.

3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Para efeitos da análise da proposta de PAO2021-23 da ENSE foram tomadas em consideração as Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IEIPG) de 2021 para Empresas Públicas Reclassificadas (EPR).

3.1. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

No plano económico e financeiro, as tabelas seguintes ilustram a evolução da atividade da empresa nos anos mais recentes. As mesmas servem também para retratar as previsões feitas pela empresa no âmbito da elaboração da proposta de PAO em análise.

A ENSE patenteia uma situação económico-financeira caracterizada pela estimativa para 2020-12-31 de uma autonomia financeira de 16% e de capitais próprios de 70 914 mil euros:

	Unidade: milhares de euros					2021/2019	
	2019	2020	2021	2022	2023	Valor	%
ATIVO (A)	430 954	436 051	438 514	441 059	443 669	7 560	1,8%
PASSIVO (P)	365 077	365 137	365 192	365 233	365 268	114	0,03%
CAPITAL PRÓPRIO (CP)	65 876	70 914	73 322	75 826	78 401	7 446	11,3%
VOLUME DE NEGÓCIOS (VN)	26 116	28 288	27 718	28 908	29 503	1 601	6,1%
EBITDA	45 332	2 897	722	874	1 011	-44 610	-98,4%
EBIT	44 917	2 485	92	79	97	-44 824	-99,8%
RESULTADO LÍQUIDO (RL)	44 862	2 447	55	42	60	-44 806	-99,9%
CP/A	15,3%	16%	17%	17%	18%	1,43 p.p.	
P/A	84,7%	83,7%	83,3%	82,8%	82,3%	-1,43 p.p.	

Fonte: Proposta de PAO 2021

3.1.1 Demonstração de Resultados

De acordo com as previsões da empresa, as Demonstrações de Resultados Previsionais apresentam-se como segue:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Unidade: milhares de euros					
	2019 Execução	2020 Estimativa	2021 Previsão	2022 Previsão	2023 Previsão	Δ (2021-2019) Valor %
Vendas e serviços prestados	26 116	28 288	27 718	28 908	29 503	1 601 +6%
(-) Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0
(-) Fornecimentos e serviços externos	19 693	21 168	22 812	23 777	24 211	3 119 +16%
(-) Gastos com o pessoal	1 642	1 693	2 498	2 511	2 532	856 +52%
(-) Gastos operacionais	21 335	22 861	25 310	26 289	26 743	3 973 +19%
(-) Imparidades	-44 448	800	0	0	0	44 448 -100%
(-) Provisões	0	0	0	0	0	0
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	884	883	690	740	790	194 22%
(-) Outros gastos e perdas	4 781	2 613	2 376	2 485	2 539	-2 405 -50%
EBITDA	45 332	2 897	722	874	1 011	44 610 -98%
(-) Gastos/reversões de depreciação e de amortização	415	413	629	794	913	214 +52%
(-) Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis	0	0	0	0	0	0
Resultado operacional (EBIT)	44 917	2 485	92	79	97	-44 824 -100%
(-) Juros e gastos/rendimentos similares	37	37	37	37	37	0 0%
Resultado antes de impostos	44 879	2 447	55	42	60	-44 824 -100%
(-) Imposto sobre o rendimento do período	18	0	0	0	0	-18 -100%
Resultado líquido do período	44 862	2 447	55	42	60	-44 806 -100%

(-) Assinala as rubricas que, quando tomam valores positivos, se referem a gastos

Fonte: Proposta de PAO para 2021-23

Volume de Negócios

Para 2021 a empresa prevê um crescimento do seu Volume de Negócios (VN) no montante de 1 601 mil euros (6,1%) face a 2019 (26 116 mil euros), considerando como VN os valores das rubricas Vendas e Prestação de serviços⁴. O incremento do VN previsto para 2021

⁴ A empresa refere que os valores estimados para 2019 "correspondem à projeção com base nos valores do 3.º trimestre de 2019".

acomodar, via aumento da prestação unitária, o incremento dos gastos da entidade. Resultará num resultado positivo, mas quase nulo, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 23.º dos estatutos da ENSE.

Gastos Operacionais

Para 2021, os Gastos Operacionais (GO) apresentam um crescimento de 3 975 mil euros (18,6%) face ao valor registado em 2019 (21 335 mil euros), explicado pelo aumento dos Gastos com pessoal em 856 mil euros (52,1%) e dos FSE em 3 119 mil euros (15,8%).

FSE

O acréscimo dos FSE de 2019 para 2021, 3 119 mil euros (15,8%), decorre de aumentos parcelares com:

- armazenagem de reservas, aquisição de *tickets* e tratamento do gasóleo do Polnato, em 1 755,7 mil euros; e
- serviços especializados, em 1 363,1 mil euros.

Gastos com o pessoal (Alínea a) do PRC do Ponto 3.1 das IEIPG2021

O aumento dos Gastos com pessoal já tem em consideração a contratação de 16 novos colaboradores: 11 a alocar à atividade de fiscalização, um à URP e quatro à Unidade de Administração Geral (UAG). As contratações foram autorizadas na aprovação do PAO2020, através do Despacho n.º 415/2020-SET, de 31 de julho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, e do Despacho de concordância do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia, de 22 de setembro. O aumento dos Gastos com pessoal em 856 mil euros (52%) previsto para 2021 comparativamente com 2019 traduz, portanto, o efeito em ano completo destas novas contratações e das valorizações remuneratórias.

Unidade: milhares de euros

Pessoal	2019	2020	2021	Δ (2021-2019)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Valor	%
N.º de membros dos órgãos sociais	4	4	5	1	+25%
N.º de cargos de direção	10	10	10	0	0%
N.º dos restantes trabalhadores	22	38	38	16	+73%
N.º total de trabalhadores	36	52	53	17	+47%
Gastos com órgãos sociais	220	154	242	22	+10%
Gastos com cargos de direção	579	525	599	20	+3%
Remunerações do pessoal	489	669	1 104	435	+126%
Outros encargos	354	346	553	199	+56%
Gastos totais com pessoal	1 642	1 693	2 498	856	+52%

Fonte: Proposta de PAO para 2021-23

Outros gastos

A evolução do conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, e do conjunto dos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, previstos para 2021 face a 2019, consta na tabela seguinte:

Unidade: milhares de euros

Outros gastos operacionais	2019	2020	2021	Δ (2021-19)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Valor	%
Deslocações e alojamento	23	9	44	21	91%
Ajudas de custo	18	9	33	15	83%
Frota automóvel	48	48	132	84	175%
Encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel	89	66	209	120	135%
Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	456	446	637	181	40%

Fonte: Proposta de PAO para 2021-23

Verifica-se:

- um aumento de 120 mil euros (135%) dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel em 2021 face ao executado em 2019, explicado essencialmente pelo acréscimo na atividade de fiscalização; e
- um aumento de 181 mil euros (40%) nos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 2021 face ao executado em 2019, decorrente da intervenção no Polnato, dos trabalhos de manutenção e dos investimentos a realizar para salvaguarda da qualidade e quantidade de produto armazenado em condições de segurança e do desenvolvimento de ferramentas informáticas de apoio à gestão da fiscalização e da integração de ferramentas transversais.

Eficiência Operacional

De acordo com os estatutos da empresa, a URP é uma unidade da ENSE, dotada de autonomia técnica e administrativa e com regime de separação contabilística, que prossegue em exclusivo atribuições em matéria de aquisição, manutenção, gestão e mobilização de reservas de petróleo bruto e de produtos de petróleo, a título de reservas estratégicas, assegurando as funções de entidade central de armazenagem nacional. A gestão da URP tem como único objetivo a recuperação dos custos em que incorre com a constituição, gestão e manutenção das reservas de produtos de petróleo a seu cargo.

Ora, a unidade representa cerca de 92% do orçamento da empresa e o seu modelo de financiamento assenta na recuperação dos seus custos através de uma prestação mensal faturada aos operadores de mercado, tendo subjacente os serviços prestados, e sendo o seu resultado líquido tendencialmente nulo. Mais, estando o País obrigado a manter 90 dias de consumo de combustíveis em reserva, as aquisições e as vendas de produtos petrolíferos não são determinadas por oportunidades de mercado (não constituem negócio), mas sim pela necessidade de repor *stocks*, independentemente do custo e, conseqüentemente, dos gastos operacionais incorridos. Assim, é entendimento desta Unidade Técnica que a evolução do rácio dos GO sobre o VN não traduz a evolução da eficiência operacional da empresa pois que parcelas substanciais dos gastos e dos rendimentos da sua atividade são determinadas por fatores alheios à empresa.

Evolução financeira

O cenário de evolução da situação financeira de 2019 para 2021 é apresentado na tabela seguinte, verificando-se o incumprimento do disposto nas alíneas ii), iii), iv) e v) do ponto 2

das IEIPG2021:

- A taxa de variação dos Gastos operacionais de 2019 para 2021 (18,6%) é superior à do VN (6,1%);
- A taxa de variação da despesa de pessoal (sem órgãos sociais e absentismo) de 2019 para 2021 (52,1%) é superior à do VN (6,1%);
- A taxa de variação dos FSE de 2019 para 2021 (15,8%) é superior à do VN (6,1%);
- O resultado operacional (EBIT), líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor, diminui em 376 mil euros face ao realizado em 2019 (80%);
- O endividamento líquido de investimentos em 2021 diminui em 475 mil euros (0,13%) face ao realizado em 2019.

Cenário de evolução da situação financeira	2021 vs. 19	Variação média anual no triénio
TAXAS		
Taxa de crescimento real do PIB, com a inflação esperada acrescida de 1 p.p.*	-0,7%	+3,6%
i) Volume de negócios	+6,1%	+4,1%
ii) Gastos operacionais	+18,6%	+7,8%
iii) Despesa de pessoal (s/ órgãos sociais e absentismo)	+52,1%	+15,5%
iv) FSE	+15,8%	+7,1%
VARIAÇÕES (milhares de euros)		
v) EBIT, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor	-376	-124
vi) Endividamento líquido de Investimento (2021 vs. 20)	-475	-196

* Calculada nos termos do disposto na alínea i) do ponto 2 das IEIPG2021

Fontes : IFIPG2021 e proposta de PAO para 2021

No entanto, importa realçar as novas competências atribuídas à ENSE, relacionadas com a fiscalização das reservas nacionais de gás natural, envolvendo mais recursos, com efeito designadamente ao nível dos FSE e dos Gastos com pessoal.

No que tange ao incumprimento da alínea iii) do ponto 2 das IEIPG2021, a proposta em análise não contempla a informação sobre os efeitos do absentismo. Independentemente disso, os Gastos com o pessoal estão influenciados pela contratação de 16 novos colaboradores, autorizada no âmbito da aprovação do PAO2020.

Resultados

A empresa prevê uma diminuição do EBITDA de 2019 para 2021 de 44 610 mil euros (98%), comparação que deverá ter em conta a reversão de imparidades em 2019 no montante de 44 448 mil euros. O EBITDA deverá crescer 152 mil euros (21%) de 2021 para 2022, atingindo 874 mil euros em 2022, voltando a crescer 137 mil euros (16%) de 2022 para 2023.

A empresa prevê um decréscimo do Resultado Operacional (EBIT) de 44 824 mil euros (100%) de 2019 (44 917 mil euros) para 2021 (92 mil euros). O EBIT deverá decrescer 13 mil euros (14%) de 2021 para 2022, atingindo 79 mil euros em 2022 e 97 mil euros em 2023, representando um aumento de 23% (18 mil euros) face a 2022.

A empresa prevê uma diminuição do Resultado Líquido de 2019 para 2021 de cerca de 44 804 mil euros (100%). O Resultado líquido deverá decrescer 13 mil euros (24%) de 2021 para 2022, atingindo 42 mil euros em 2022, crescendo 43% (18 mil euros) em 2023 (60 mil euros) face a 2022.

3.1.2 Balanço

O Balanço apresenta a evolução constante do quadro seguinte:

Unidade: milhares de euros

BALANÇO	2019	2020	2021	2022	2023	Δ (2021-2020)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Ativo	430 954	436 051	438 514	441 059	443 669	2 463	+1%
Ativo não corrente	11 698	2 007	2 772	3 333	4 001	765	+38%
Ativos fixos tangíveis	988	1 517	2 205	2 846	3 645	688	+45%
Ativos intangíveis	225	475	546	460	323	71	+15%
Investimentos financeiros	10 485	15	21	27	33	5	+38%
Ativo corrente	419 256	434 044	435 741	437 727	439 668	1 697	+0%
Inventários	368 021	368 021	368 021	368 021	368 021	0	0%
Clientes	156	1 853	1 813	1 782	1 755	-40	-2%
Estado e outros entes públicos	208	190	0	0	0	-190	100%
Outras contas a receber	2 187	2 372	2 370	2 370	2 383	-1	-0%
Diferimentos	90	85	94	98	87	9	+10%
Ativos financeiros devidos para negociação	45 502	58 000	60 000	62 200	64 400	2 000	+3%
Caixa e depósitos bancários	3 093	3 524	3 444	3 256	3 022	-80	2%
Capital próprio	65 877	70 914	73 322	75 826	78 401	2 408	+3%
Capital estatutário	250	250	250	250	250	0	0%
Outras variações no capital próprio	46 309	48 899	51 252	53 714	56 229	2 353	+5%
Resultados transitados	25 543	19 318	21 765	21 820	21 862	2 447	+13%
Resultado líquido do período	44 862	2 447	55	42	60	-2 392	-98%
Passivo	365 077	365 137	365 192	365 233	365 268	55	+0%
Passivo não corrente	359 627	359 713	359 750	359 788	359 825	37	+0%
Financiamentos obtidos	359 627	359 713	359 750	359 788	359 825	37	+0%
Estado e outros entes públicos	0	0	0	0	0	0	0%
Passivo corrente	5 451	5 424	5 441	5 445	5 443	17	+0%
Fornecedores	66	76	85	81	72	10	+13%
Estado e outros entes públicos	1 017	1 032	1 029	1 034	1 037	-3	-0%
Financiamentos obtidos	49	0	0	0	0	0	0%
Outras contas a pagar	4 319	4 317	4 327	4 331	4 334	11	+0%

Fonte: Proposta de PAO para 2021-23

De 2019 (430 954 mil euros) para 2021 (438 514 mil euros) a empresa prevê que o valor do ativo aumente em cerca de 2 463 mil euros (1%), atingindo 441 059 mil euros em 2022 e 443 669 mil euros em 2023, representando um acréscimo de 1% face a 2022. Realce-se, entretanto, que o valor previsto para 2023 é superior ao valor registado em 2019 (430 954 mil euros) em 3%. Concorrerão para o mencionado aumento o incremento do ativo não corrente em 38% (765 mil euros) e do ativo corrente em 0,4% (1 697 mil euros).

Conforme alude a empresa na página 43 da proposta do PAO2021-23, a previsão do aumento dos ativos intangíveis em 71 mil euros (15%) e tangíveis em 688 mil euros (45%) “deve-se aos investimentos realizadas de acordo com o plano de investimentos”.

Por outro lado, a ENSE acrescenta na página 44 que “os investimentos financeiros referidos têm apenas a ver com o gasto realizado com fundos de compensação obrigatórios desde 2015 para novos contratos individuais de trabalho (CITs), o valor cresce todos os anos de acordo com o desconto para esse fundo e conforme executado em 2019 e estimado para

2020. A partir do final de 2020 acresce ainda a parte das novas contratações (13) sob esta modalidade (CITs).

Prevê-se um aumento do passivo de 2019 (365 077 mil euros) para 2021 (365 192 mil euros) em 114 mil euros (0,03%), atingindo 365 233 mil euros em 2022 e 365 268 mil euros em 2023, patenteando um ligeiro acréscimo de 0,01% face a 2022. Note-se, entretanto, que o valor previsto para 2023 é tenuemente superior ao valor registado em 2019 (365 077 mil euros) em 0,05%. O aumento do passivo decorre do aumento do passivo não corrente em 37 mil euros (0,01%) e do passivo corrente em 17 mil euros (0,32%). A ENSE refere na página 45 da proposta de PAO em análise que *“o empréstimo obrigacionista apresenta um saldo regular no final de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023”* e que a *“variação registada no saldo da rubrica Estado em 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 acompanha o acréscimo de rendimentos e da contabilização do IVA Liquidado”*.

Com relação ao Capital Próprio, a empresa prevê um aumento de 7 445 mil euros (11%) em 2021 (73 322 mil euros) face a 2019 (65 877 mil euros), atingindo 75 826 mil euros em 2022 e 78 401 mil euros em 2023, representando um acréscimo de 3% face a 2022. Note-se, ainda, que o valor previsto para 2023 é superior ao montante registado em 2019 (65 877 mil euros) em 19%. O aumento de 11% em 2021 face a 2019 é explicada pela previsão de aumentos nos resultados transitados em 185% (47 309 mil euros), em outras variações no capital próprio em 11% (4 943 mil euros) adveniente da *“especialização anual do montante para o fundo estatutário e que acumula anualmente neste contra, conforme explicitado”*.

3.1.3 Demonstração de Fluxos de Caixa

A empresa prevê para 2021 (3 357 mil euros) face ao realizado em 2019 (5 473 mil euros) uma diminuição dos fluxos de caixa das atividades operacionais de cerca de 2 116 mil euros (39%), que se mantém positivos ao longo do triénio. Todavia, a ENSE prevê um aumento desse montante em 2022 (3 409 mil euros) face a 2021 (3 357 mil euros) de 53 mil euros (2%), aumentando o seu valor em 5% em 2023 (3 590 mil euros) face ao 2022 (3 409 mil euros). Note-se, ainda, que o valor previsto para 2023 é inferior ao montante executado em 2019 (5 473 mil euros) em 34%.

Por outro lado, a ENSE prevê para 2021 (-1 395 mil euros) face ao realizado em 2019 (-282 mil euros) uma diminuição dos fluxos de caixa das atividades de investimento, de cerca de 1 113 mil euros (395%). Todavia, a empresa prevê um aumento desse montante de 2021 (-1 395 mil euros) para 2022 (-1 355 mil euros) em 40 mil euros (3%), diminuindo em 17% (227 mil euros) de 2023 (-1 582 mil euros) face a 2022 (-1 355 mil euros). Realça-se, ainda, que o valor previsto para 2023 é inferior ao executado em 2019 (-282 mil euros) em 462%.

A empresa prevê para 2021 (63 443 mil euros), um acréscimo de 14 849 mil euros (31%) face a 2019 (48 594 mil euros) na rubrica **“Caixa e seus equivalentes no fim do período”**, passando para o montante de 65 456 mil euros em 2022 e 67 421 mil euros em 2023, um

aumento de 3% face a 2022. Note-se, ainda, que o valor previsto para 2023 é superior ao montante executado em 2019 (48 594 mil euros) em 39%.

Unidade: milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2019	2020	2021	2022	2023	Δ (2021-2019)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Fluxos de caixa das atividades operacionais	5 473	3 446	3 357	3 409	3 590	-2 116	-39%
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-282	9 525	-1 395	-1 355	-1 582	-1 113	-395%
(-) Pagamentos respeitantes a investimento	795	1 090	1 395	1 355	1 582	600	+75%
Recebimentos provenientes de investimento	514	10 615	0	0	0	-514	-100%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-42	-42	-42	-42	-43	0	-0%
Recebimentos provenientes de financiamento	0	0	0	0	0	0	0
(-) Pagamentos respeitantes a financiamento	42	42	42	42	43	0	+0%
Variação de caixa e seus equivalentes	5 149	12 929	1 920	2 012	1 966	-3 229	-63%
Efeito das diferenças de câmbio	2	0	0	0	0	-2	-100%
Caixa e seus equivalentes no início do período	43 443	48 594	61 523	63 443	65 456	18 080	+42%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	48 594	61 523	63 443	65 456	67 421	14 849	+31%

(-) Assinala as rubricas que, quando tenham valores positivos, se referem a gastos
 Fonte: Proposta de PAO para 2021-23

4. PLANO DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTO

O plano de investimentos da ENSE para 2021-2023 ascende a 4 314 mil euros, dos quais se prevê que 1 389 mil euros (cerca de 32%) sejam realizados em 2021. No quadro abaixo apresenta-se um resumo do plano de investimentos da empresa, o qual está repartido em três grupos: (a) investimentos URP – Polnato, (b) investimentos UAG e, (c) investimentos em UCP, evidenciando-se dentro de cada um dos grupos os projetos mais relevantes e que comportam montantes mais significativos.

Plano Plurianual de Investimento 2021-2023

Unidade: milhares de euros

	2020	2021	2022	2023	Triénio	Δ 2021/2020		Peso 2020
						Valor	%	
Unidade de Reserva Petrolífera (URP)	540	880	1 050	1 317	3 247	340	63%	63%
Reabilitação de edifício na zona II e III (Projeto investimento plurianual I)	20	80	0	0				
Beneficiação da rede de vedação externa (Projeto investimento plurianual II)	100	450	0	0				
Anel de combate a incêndio na zona II e III	0	0	500	867				
Reabilitação e inetização dos oleodutos/remover o produto das linhas do Portinho da Costa (Projeto investimento plurianual IV)	150	100	300	250				
Unidade Administração Geral (UAG)	346	342	200	115	657	-4	-1%	25%
Evolução Balção Único ENSE	50	50	50	50				
Desenvolvimento no âmbito do sistema ERP SINGAP	25	30	30	30				
Aquisição de material informático ATEX para fiscalização	0	22	10	0				
Criação do Balção Único Electrónico dos combustíveis	0	70	70	0				
Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)	176	167	99	144	410	-9	-5%	12%
Equipamento Metroológico - Equipamento de GPL	3	13	3	3				
Equipamento Metroológico - Equipamento de Medição de líquidos	4	4	4	4				
Equipamento de fiscalização - e equipamento de segurança ATEX (câmara de deteção de gases GPL	50	50	10	10				
Equipamento de fiscalização - Equipamento autónomo de inspeção de linhas de tensão	25	25	25	10				
Equipamento Metroológico - Medição de campos magnéticos	6	6	3	3				
Mobiliário	5	5	5	5				
TOTAL	1 062	1 389	1 349	1 576	4 314	327	31%	100%

Fonte: Proposta de PAO para 2021

O plano de investimentos para o triénio compreende um maior investimento na URP, nomeadamente através do investimento nas instalações da Polnato, assente no programa de investimentos estratégicos conforme Despacho conjunto n.º 4650/2016, de 23 de março, do senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e do Senhor Secretário

de Estado da Defesa Nacional. Tal programa tem sido revisto à medida que é efetuado o levantamento da situação das instalações e das necessidades de intervenção.

Destaca-se que o plano de investimento para o triénio prevê um aumento face a 2020, de 327 mil euros em 2021 (31%) e de 287 mil euros em 2022 (27%), sendo de destacar que todos os projetos são financiados por meios próprios.

A empresa refere que o plano de investimentos visa a melhoria da capacidade operacional e de equipamentos das equipas de fiscalização, que têm de dispor de todos os meios necessários à intervenção em instalações do setor elétrico e de gás natural (mantendo a melhoria dos equipamentos na área dos combustíveis e biocombustíveis). Justifica-se, ainda, na necessidade de adaptação e incremento das plataformas tecnológicas de toda a empresa que permitam a inclusão das novas áreas, para facilidade de todo o processo de relação desmaterializada com todos os operadores de mercado que tem vindo a ser implementada.

Para além disso, no âmbito do contrato de concessão por 25 anos da gestão das instalações do DPNL (propriedade do Ministério da Defesa Nacional), a ENSE tem obrigação de assegurar despesas de manutenção e de concretizar um plano de investimento plurianual que é vital para o reforço da segurança e condições de operacionalização desta infraestrutura nevrálgica para o sistema de reserva nacional de produtos petrolíferos. Importa referir que, no âmbito deste contrato de concessão da gestão do DPNL, uma parte substancial das despesas de investimento é deduzida à renda a pagar ao Ministério da Defesa Nacional, não sendo por isso um acréscimo de custos, sendo antes um investimento, que de outra maneira era apenas um custo corrente sob a forma de renda (sem os benefícios inerentes às melhorias operacionais que advém dos investimentos efetuados).

O capital em 2021 (250 mil euros) não sofre alteração face a 2019. Nos termos do disposto no ponto 3.3 das IEIPG2021, a ENSE não tem previsto realizar qualquer novo investimento com expressão material. Decorrente da aplicação da fórmula patenteada no referido ponto, de 2019 para 2021 o endividamento da empresa aumenta em 0,01%.

VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	
<i>Unidade: milhares de euros</i>	
$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{NovosInvestimentos}_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$	
(Financiamento Remunerado) FR_t =	359 750
FR_{t-1} =	359 713
(Capital Social ou Capital Estatutário realizado) $Capital_t$ =	250
$Capital_{t-1}$ =	250
(Novos Invest. com Expressão Material) $\text{NovosInvestimentos}_t$ =	0
Δ Endividamento =	0,01%

Entretanto, a empresa refere na página 56 da proposta de PAO2021-23 que “o empréstimo obrigacionista não contempla amortizações periódicas e terá que ser integralmente liquidado no final do contrato - bullet (2028), ou renegociado nos seus pressupostos”.

5. CONCLUSÃO

A aprovação da proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para 2021” da ENSE requer, nos termos das disposições legais em vigor sobre a matéria, a autorização de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro para:

- O aumento de 120 mil euros (135%) dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel em 2021 face a 2019; e
- O aumento de 181 mil euros (40%) dos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 2021 face a 2019.

Note-se o entendimento da UTAM no sentido da não aplicação à empresa da disposição sobre a evolução do rácio dos GO sobre VN, já sustentado nos anos anteriores, devido à URP ser responsável por 92% da atividade da empresa e estar estatutariamente obrigada a um resultado aproximadamente nulo e a níveis mínimos de reservas, pelo que parte substancial dos gastos e dos rendimentos da sua atividade é determinada por fatores que são alheios à empresa.

A UTAM conclui que, neste caso e querendo, a proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para 2021” apresentada pela ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. reunirá as condições para merecer aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.

Sátiro Sanchez
Consultor



	March 2022	June 2022	September 2022	December 2022	December 2023	December 2024
BALANÇO IFRS						
Activo						
Activo não corrente						
Activos fixos tangíveis	2 384 575,83	3 003 314,47	2 987 181,24	2 889 189,07	4 813 957,41	5 873 247,47
Propriedades de investimento						
Trespasse (Goodwill)						
Activos intangíveis	297 159,81	334 520,37	344 984,88	316 670,87	288 384,90	213 697,95
Activos biológicos						
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial						
Participações financeiras - outros métodos						
Acionistas / sócios						
Outros activos financeiros	20 180,51	20 180,51	24 183,74	25 488,15	35 020,64	44 833,39
Activos por impostos diferidos						
Activos não correntes destinados para venda						
TOTAL DO ACTIVO NÃO CORRENTE	2 711 926,35	3 358 025,35	3 356 309,86	3 231 358,09	5 137 362,95	5 931 578,81
Activo corrente						
Invantários	283 137 145,88	283 137 145,88	283 137 145,88	283 137 145,88	283 137 145,88	283 137 145,88
Activos biológicos						
Clientes	1 188 874,08	698 874,08	1 038 874,08	898 874,08	738 224,08	723 104,08
Adiantamentos a fornecedores						
Estado e outros entes públicos						
Acionistas / sócios						
Outras contas a receber	2 359 899,22	2 712 782,15	2 086 018,28	2 085 016,29	2 115 855,68	2 136 502,64
Diferimentos	22 927,88	34 427,88	41 627,88	30 427,88	28 927,88	28 477,88
Activos financeiros detidos para negociação						
Outros activos financeiros	88 700 000,00	88 200 000,00	88 200 000,00	71 200 000,00	71 200 000,00	72 700 000,00
Caixa e depósitos bancários	2 424 883,51	3 728 248,21	4 703 054,85	2 817 752,37	3 171 187,64	3 483 963,85
Activos correntes destinados para venda						
TOTAL DO ACTIVO CORRENTE	367 872 740,37	368 501 478,00	369 205 718,58	370 168 216,30	370 391 340,96	372 190 224,13
Total do activo	379 884 686,72	371 858 503,35	372 562 028,44	373 389 574,39	375 528 703,91	378 121 802,94
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
Capital próprio						
Capital realizado	250 000,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00
Ações (quotas) próprias						
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio						
Prêmios de emissão						
Reservas legais						
Outras reservas						
Excedentes de reavaliação						
Ajustamentos em activos financeiros						
Outras variações no capital próprio	54 814 884,87	55 528 042,01	58 141 188,15	58 754 338,33	59 242 282,26	61 754 333,20
Resultados transferidos	-52 019 979,30	-52 019 979,30	-52 019 979,30	-52 019 979,30	-52 002 268,02	-51 956 158,09
Resultado líquido do período	84 110,56	48 389,28	85 452,51	17 711,28	48 109,93	41 908,09
Total do capital próprio	3 229 028,13	3 804 431,97	4 436 682,36	5 002 068,31	7 536 124,17	10 890 083,20
Passivo						
Passivo não corrente						
Provisões						
Financiamentos obtidos	359 780 888,77	359 770 258,77	359 779 818,77	359 788 978,77	359 826 418,77	359 863 858,77
Responsabilidades por benefícios pós-emprego						
Passivos por impostos diferidos						
Outras contas a pagar						
Total Passivo não corrente	359 780 888,77	359 770 258,77	359 779 818,77	359 788 978,77	359 826 418,77	359 863 858,77
Passivo corrente						
Fornecedores	40 577,73	25 977,73	57 577,73	32 377,73	30 011,39	35 781,39
Adiantamentos de clientes						
Estado e outros entes públicos	1 003 847,32	1 157 158,11	1 185 582,81	1 188 382,81	1 220 592,81	1 201 442,81
Acionistas / sócios						
Financiamentos obtidos						
Outras contas a pagar	6 550 218,77	7 102 578,77	7 102 578,77	7 378 756,77	6 915 556,77	6 830 656,77
Passivos financeiros detidos para negociação						
Outros passivos financeiros						
Diferimentos						
Total Passivo corrente	7 594 741,82	8 284 812,81	8 345 747,31	8 599 527,31	8 166 160,97	8 167 860,97
Total do passivo	367 355 640,59	368 055 071,38	368 125 386,06	368 388 508,08	367 992 579,74	368 031 719,74
Total do capital próprio e do passivo	379 884 686,72	371 858 503,35	372 562 028,44	373 389 574,39	375 528 703,91	378 121 802,94
Controlo: Total do activo - (Total do capital próprio + Total do passivo)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	March 2022	June 2022	September 2022	December 2022	December 2023	December 2024
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA - IFRS						
RENDIMENTOS E GASTOS						
Vendas e serviços prestados						
Vendas	7 356 040,57	14 712 081,14	22 068 121,71	29 424 162,26	29 942 999,17	30 232 890,44
Serviços Prestados						
Subsídios à exploração						
Ganhos / perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (*)						
Variação nos inventários de produção						
Trabalhos para a própria entidade						
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6 010 818,69	11 992 599,98	18 050 473,68	24 028 270,78	24 345 985,91	24 560 962,47
Fornecimentos e serviços externos	577 743,00	1 315 790,68	1 893 533,68	2 627 690,28	2 747 538,34	2 763 353,63
Gastos com o pessoal						
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões) (*)						
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) (*)						
Provisões (aumentos / reduções) (*)						
Imparidade de ativos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões) (*)						
Aumentos / reduções de justo valor (*)						
Outros rendimentos e ganhos	62 489,99	150 999,98	213 499,97	276 000,00	300 000,00	300 000,00
Outros gastos e perdas	618 538,14	1 239 730,03	1 858 521,92	2 477 213,85	2 515 397,36	2 539 864,36
	211 440,73	314 960,43	479 092,40	566 987,35	634 077,56	668 709,98
	-117 970,17	-249 871,17	-385 559,89	-511 836,07	-550 527,63	-589 361,89
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos						
Gastos / reversões de depreciação e de amortização (*)						
Imparidade de activos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões) (*)						
	93 470,56	65 089,26	93 532,51	55 151,28	83 549,93	79 348,09
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)						
Juros e gastos similares suportados	9 360,00	18 720,00	28 080,00	37 440,00	37 440,00	37 440,00
Juros e rendimentos similares obtidos						
Resultado antes de impostos						
Imposto sobre o rendimento do período (*)	84 110,56	46 369,26	65 452,51	17 711,28	46 109,93	41 908,09
Resultado líquido do período						
Result: Act Descontinuadas (Iiq impostos) incl Result Líquido Período	84 110,56	46 369,26	65 452,51	17 711,28	46 109,93	41 908,09
Resultado líquido do período atribuível a:						
Detentores do capital da empresa-mãe						
Total						
Resultado por acção básico						

(*) As rubricas assinaladas podem ser consideradas como um rendimento/ganho ou um gasto/perda.

	January 2022	February 2022	March 2022	April 2022	May 2022	June 2022	July 2022	August 2022	September 2022	October 2022	November 2022	December 2022
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - IFRS												
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo												
Recebimentos de clientes	2 779 432,86	5 409 865,92	8 488 298,88	10 837 731,84	12 988 164,00	16 280 597,76	18 983 514,22	20 606 463,68	24 464 896,64	27 539 216,34	31 886 762,56	35 341 195,54
Pagamentos a fornecedores	1 433 233,26	2 466 486,52	5 233 092,39	6 882 937,24	8 527 690,96	9 357 233,34	11 632 632,82	12 570 142,82	13 729 099,34	16 222 332,60	19 482 488,82	20 523 844,95
Pagamentos ao pessoal	1 486 741,25	3 377 483,50	5 986 225,25	7 384 967,00	9 933 088,75	1 391 192,25	1 589 834,00	1 786 675,75	1 987 417,50	2 186 159,25	2 863 642,75	2 752 884,47
Fluxo gerados pelas operações	1 859 458,35	2 544 895,90	2 658 981,24	3 159 827,60	3 476 765,09	5 512 172,37	5 760 947,40	6 246 645,11	8 748 379,80	9 130 724,49	9 340 630,99	12 034 866,06
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento												
Indemnização Compensadora												
Outros recebimentos/pagamentos *	-597 583,33	-1 245 966,66	-1 741 948,89	-2 390 333,32	-3 078 916,65	-3 519 459,98	-4 119 771,30	-4 706 666,54	-5 308 243,97	-5 975 833,30	-6 673 416,63	-7 171 000,00
Fluxo gerados antes das rubricas Extraordinárias	549 874,52	1 298 929,24	917 032,35	769 494,28	397 848,44	1 992 672,39	1 641 226,10	1 546 978,47	3 420 129,83	3 204 891,19	2 767 214,36	4 863 866,06
Recabimentos relacionados com rubricas extraordinárias												
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	549 874,52	1 298 929,24	917 032,35	769 494,28	397 848,44	1 992 672,39	1 641 226,10	1 546 978,47	3 420 129,83	3 204 891,19	2 767 214,36	4 863 866,06
Fluxos de caixa das actividades de investimento												
Pagamentos respeitantes a												
Activos fixos tangíveis	50 000,00	229 370,92	380 000,00	550 000,00	661 000,00	570 000,00	650 000,00	850 000,00	975 000,00	1 005 000,00	1 050 000,00	1 199 330,00
Activos intangíveis	0,00	120 000,00	120 000,00	170 000,00	170 000,00	160 000,00	200 000,00	300 000,00	307 294,66	307 500,00	307 500,00	387 500,00
Activos financeiros	754,88	1 509,76	2 284,64	3 019,52	3 774,40	4 629,28	5 284,16	6 039,04	6 793,92	7 548,80	8 303,68	9 069,56
Outros activos												
Recabimentos provenientes de:												
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26 000,00	26 000,00	26 000,00	26 000,00	26 000,00	26 000,00	26 000,00
Activos intangíveis												
Activos financeiros												
Outros activos												
Subsidios ao investimento												
Juros e rendimentos similares												
Dividendos												
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-50 754,88	-350 890,69	-472 264,64	-723 019,52	-734 774,40	-728 529,28	-829 284,16	-1 130 039,04	-1 163 078,48	-1 294 048,80	-1 339 803,68	-1 490 188,56
Fluxos de caixa das actividades de financiamento												
Recebimentos provenientes de												
Financiamentos obtidos												
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio												
Cobertura de prejuizos												
Doações												
Outras operações de financiamento												
Pagamentos respeitantes a												
Financiamentos obtidos												
Juros e gastos similares												
Dividendos												
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio												
Outras operações de financiamento												
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-2 180,10	-4 846,45	-5 432,80	-20 281,90	-20 868,25	-21 454,60	-23 634,70	-38 970,05	-39 556,40	-40 578,49	-41 164,94	-41 584,85
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	496 939,64	943 222,11	439 333,81	26 192,86	-357 794,21	1 242 688,91	789 307,24	376 969,38	2 217 494,95	1 870 263,90	1 386 245,84	3 332 192,67
Efeito das diferenças de câmbio												
Caixa e seus equivalentes no início do período	70 845 559,70	70 845 559,70	70 845 559,70	70 845 559,70	70 845 559,70	70 845 559,70	70 845 559,70	70 845 559,70	70 845 559,70	70 845 559,70	70 845 559,70	70 845 559,70
Caixa e seus equivalentes no fim do período	71 182 499,34	71 528 781,81	71 124 893,51	70 711 752,56	70 327 765,49	71 528 248,21	71 473 866,94	71 062 529,08	72 903 054,65	72 555 823,60	72 071 805,54	74 017 752,37

(*): As rubricas assinaladas podem ser consideradas como um rendimento/ganho ou um gasto/perda. O sistema assume automaticamente estas cortes com um rendimento/g



	January 2023	February 2023	March 2023	April 2023	May 2023	June 2023	July 2023	August 2023	September 2023	October 2023	November 2023	December 2023
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - IFRS												
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo												
Recebimentos de clientes	2 975 147,08	6 950 294,16	8 925 441,25	11 800 588,33	14 875 735,41	17 850 382,49	20 826 029,57	23 801 176,66	26 776 323,74	29 751 470,82	32 726 517,90	35 701 764,99
Pagamentos a fornecedores	1 966 500,00	3 933 000,00	5 899 000,00	7 866 000,00	9 832 500,00	11 799 000,00	13 765 500,00	15 732 000,00	17 698 500,00	19 665 000,00	21 631 500,00	23 603 427,99
Pagamentos ao passivo	206 771,75	413 543,50	820 315,25	827 007,00	1 033 855,75	1 447 402,25	1 654 174,00	1 860 945,75	2 067 717,50	2 274 489,25	2 688 032,75	2 894 804,50
Fluxo gerado pelas operações	801 875,33	1 603 750,66	2 405 626,00	3 207 581,33	4 009 379,66	4 604 480,24	5 406 355,57	6 209 230,91	7 010 106,24	7 811 981,57	8 407 085,15	9 203 532,49
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento*												
Indenização/compensação												
Outros recebimentos/pagamentos*	-525 000,00	-1 950 000,00	-1 575 000,00	-2 100 000,00	-2 625 000,00	-3 150 000,00	-3 675 000,00	-4 200 000,00	-4 725 000,00	-5 250 000,00	-5 775 000,00	-6 300 000,00
Fluxo gerado antes das rubricas Extraordinárias	276 875,33	553 750,66	830 626,00	1 107 581,33	1 384 379,66	1 454 480,24	1 731 355,57	2 008 230,91	2 285 106,24	2 561 981,57	2 632 085,15	2 903 532,49
Pagamentos relacionados com rubricas Extraordinárias												
Recebimentos relacionados com rubricas Extraordinárias												
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	276 875,33	553 750,66	830 626,00	1 107 581,33	1 384 379,66	1 454 480,24	1 731 355,57	2 008 230,91	2 285 106,24	2 561 981,57	2 632 085,15	2 903 532,49
Fluxos de caixa das actividades de investimento												
Pagamentos respeitantes a												
Activos fixos tangíveis	198 510,83	397 021,66	595 532,49	794 043,32	992 554,15	1 191 064,98	1 389 575,81	1 588 086,64	1 786 597,47	1 985 106,30	2 183 619,13	2 382 129,96
Activos intangíveis	20 000,00	20 000,00	40 000,00	40 000,00	45 000,00	55 000,00	70 000,00	80 000,00	100 000,00	116 850,00	116 850,00	116 850,00
Activos financeiros	794,37	1 568,74	2 383,11	3 177,48	3 871,85	4 786,22	5 580,59	6 354,96	7 149,33	7 943,70	8 738,07	9 532,44
Outros activos												
Recebimentos provenientes de												
Activos fixos tangíveis												
Activos intangíveis												
Activos financeiros												
Outros activos												
Subsídios ao investimento												
Juros e rendimentos similares												
Dividendos												
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-219 305,20	-418 610,40	-637 915,60	-837 220,80	-1 041 526,00	-1 250 831,20	-1 465 136,40	-1 674 441,60	-1 893 746,80	-2 109 902,00	-2 309 207,20	-2 508 812,40
Fluxos de caixa das actividades de financiamento												
Recebimentos provenientes de												
Financiamentos obtidos												
Respostões de capital e de outros instrumentos de capital próprio												
Cobertura de prejuizos												
Doações												
Outras operações de financiamento												
Pagamentos respeitantes a:												
Financiamentos obtidos												
Juros e gastos similares												
Dividendos												
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio												
Outras operações de financiamento												
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-2 180,10	-4 846,45	-5 432,80	-20 281,90	-20 866,25	-21 454,60	-23 634,70	-26 970,05	-30 556,40	-34 578,49	-38 713,11	-41 584,85
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	55 390,03	130 293,81	187 277,60	249 998,83	321 982,41	182 194,44	242 584,47	294 819,26	351 803,04	411 501,06	283 713,11	353 435,24
Efeito das diferenças de câmbio												
Caixa e seus equivalentes no início do período	74 017 752,40	74 017 752,40	74 017 752,40	74 017 752,40	74 017 752,40	74 017 752,40	74 017 752,40	74 017 752,40	74 017 752,40	74 017 752,40	74 017 752,40	74 017 752,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período	74 073 142,43	74 148 046,21	74 205 030,00	74 267 751,03	74 339 734,81	74 199 946,84	74 260 336,87	74 312 571,66	74 369 555,44	74 429 253,48	74 299 465,51	74 371 187,64

(*) As rubricas assinaladas podem ser consideradas como um rendimento/ganho ou um gasto/perda. O sistema assume automaticamente estas contas com um rendimento/g

	January 2024	February 2024	March 2024	April 2024	May 2024	June 2024	July 2024	August 2024	September 2024	October 2024	November 2024	December 2024
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - IFRS												
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto												
Recibimentos de clientes	3 065 680,53	6 011 321,86	9 016 582,79	12 022 643,72	15 028 304,65	18 033 985,98	21 039 626,51	24 045 287,44	27 050 948,37	30 056 609,30	33 062 270,23	36 057 931,16
Pagamentos a fornecedores	1 940 580,00	3 891 160,00	5 821 740,00	7 752 320,00	9 702 900,00	11 643 480,00	13 584 060,00	15 524 640,00	17 465 220,00	19 405 800,00	21 346 380,00	23 341 177,88
Pagamentos ao pessoal	208 371,75	416 743,50	625 116,23	833 487,00	1 041 858,75	1 458 632,25	1 875 974,00	2 292 069,25	2 708 164,50	3 124 259,75	3 539 355,00	3 954 450,25
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento *	856 709,18	1 713 419,36	2 570 127,54	3 426 836,72	4 283 545,90	4 931 853,33	5 788 632,51	6 645 301,69	7 502 010,87	8 358 720,05	9 207 057,48	9 809 948,76
Indemnização Compensatória												
Outros recebimentos/pagamentos *	-546 500,00	-1 093 000,02	-1 638 500,00	-2 186 000,00	-2 732 500,00	-3 278 000,00	-3 825 500,00	-4 372 000,00	-4 918 500,00	-5 465 000,00	-6 011 500,00	-6 558 000,00
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	310 209,18	620 418,36	930 627,04	1 240 836,72	1 551 045,90	1 862 063,33	2 172 681,66	2 479 301,69	2 785 921,92	3 092 541,95	3 399 161,98	3 705 781,99
Recibimentos relacionados com rubricas extraordinárias												
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	310 209,18	620 418,36	930 627,04	1 240 836,72	1 551 045,90	1 862 063,33	2 172 681,66	2 479 301,69	2 785 921,92	3 092 541,95	3 399 161,98	3 705 781,99
Fluxos de caixa das atividades de investimento												
Pagamentos respeitantes a												
Ativos fixos tangíveis	30 750,00	30 750,00	166 780,00	166 780,00	166 780,00	166 780,00	166 780,00	133 745,00	1 333 745,00	1 333 745,00	1 333 745,00	1 333 745,00
Ativos intangíveis	24 600,00	24 600,00	71 800,00	71 800,00	71 800,00	71 800,00	71 800,00	71 800,00	71 800,00	71 800,00	71 800,00	71 800,00
Ativos financeiros												
Outros ativos	901,06	1 802,12	2 403,18	3 204,24	4 005,30	4 806,36	5 607,42	6 408,48	7 209,54	8 010,60	8 811,66	9 612,72
Recibimentos provenientes de												
Ativos fixos tangíveis												
Ativos intangíveis												
Ativos financeiros												
Outros ativos												
Subsídios ao investimento												
Juros e rendimentos similares												
Dividendos												
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-56 151,06	-56 952,12	-242 983,18	-243 784,24	-244 585,30	-245 386,36	-246 187,42	-1 413 953,48	-1 414 754,54	-1 415 555,60	-1 416 356,66	-1 417 157,72
Fluxos de caixa das atividades de financiamento												
Recibimentos provenientes de												
Financiamentos obtidos												
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio												
Captação de empréstimos												
Doações												
Outras operações de financiamento												
Pagamentos respeitantes a												
Financiamentos obtidos												
Juros e gastos similares												
Dividendos												
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio												
Outras operações de financiamento												
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-2 180,10	-4 846,45	-5 432,89	-20 281,90	-20 869,25	-21 454,60	-22 040,05	-22 625,50	-23 210,95	-23 796,40	-24 381,85	-24 967,30
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	251 078,02	558 619,79	662 211,06	976 770,58	1 269 592,35	1 386 043,37	1 693 270,39	2 065 348,21	2 471 170,97	2 877 026,45	3 282 885,13	3 688 624,69
Efeito das alterações de câmbio												
Caixa e seus equivalentes no início do período	74 374 187,64											
Caixa e seus equivalentes no fim do período	74 625 265,66	74 932 807,43	75 053 399,20	75 347 956,22	75 656 779,99	75 972 821,01	76 289 091,40	76 595 340,61	76 900 590,55	77 205 840,00	77 511 089,18	77 816 338,37

(*) As rubricas assinaladas podem ser consideradas como um rendimento/ganho ou um custo/perda. O sistema assume automaticamente estas contas com um rendimento/g



M

PRC - Plano de Redução de Custos										€ (euros)		
	Previsão dez/22	Previsão set/22	Previsão jun/22	Previsão mar/22	Estimativa 2021	Execução 2020	Execução 2019	Var. 2022/2021 Δ	Δ	Δ%		
(1) CMVC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
(2) FSE	24 028 270,78	18 050 473,68	11 992 599,98	6 010 818,69	18 603 700,47	20 581 186,64	19 692 878,72	5 424 570,31	29,2%			
(3) Gastos com pessoal	2 627 690,28	1 893 533,68	1 315 790,68	577 743,00	2 420 908,87	1 608 557,32	1 641 875,23	206 781,41	8,5%			
(4) Gastos Operacionais (GO) = (1) + (2) + (3)	26 655 961,06	19 944 007,36	13 308 390,66	6 588 561,69	21 024 609,34	22 189 743,96	21 334 753,95	5 631 351,72	26,8%			
(5) Volume de Negócios (VN)	29 424 162,26	22 068 121,71	14 712 081,14	7 356 040,57	28 103 803,69	28 514 012,55	26 116 155,47	1 320 358,57	4,7%			
Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Indemnizações compensatórias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
(6) GO/VN = (4)/(5)	0,91	0,90	0,90	0,90	0,75	0,78	0,82	0,16	21,1%			
(7) Deslocações e alojamento (valor)	52 100,00	39 900,00	26 050,00	12 200,00	2 513,85	2 821,43	17 040,60	49 566,15				
(8) Ajudas de custo (valor)	38 600,00	25 200,00	16 800,00	8 400,00	13 772,45	10 249,32	17 808,00	24 827,55	180,3%			
(9) Gastos com a frota automóvel (a) (valor)	159 683,60	121 325,23	80 216,82	42 143,41	94 123,24	75 833,75	78 974,57	65 560,36	69,7%			
(7) + (8) + (9)	250 383,60	186 425,23	123 066,82	62 743,41	110 409,54	88 904,50	113 823,17	139 974,06	126,8%			
(10) Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria (valor)	648 500,00	489 500,00	318 000,00	159 000,00	444 992,00	402 859,86	456 291,65	203 508,00	45,7%			

(a) Os gastos associados à frota automóvel incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos

ADITAMENTO AO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2022

Em resposta ao ofício nº SAI_DGTF/2022/365-DSPE – 20/01/2022, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças que faz referência ao relatório de análise nº 285/2021, de 29 de novembro, da Unidade de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial é elaborado o presente aditamento ao PAO da ENSE, E.P.E. para 2022.

O Prazo Médio de Pagamento (PMP) real de 2021 e estimado para o ano de 2022 é conforme o quadro que abaixo se apresenta:

Prazo Médio de Pagamento (PMP)	Real 2021	Estimado 2022
Prazo (em dias)	0,2	0,4

Mais se informa, que o mesmo será apresentado através do SIRIEF – Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira, de acordo com as V/ instruções.

ENSE, 08 de fevereiro de 2022


Filipe Meirinho
Presidente do Conselho de Administração

*Filipe Meirinho
Presidente do Conselho de Administração
Por delegação de competências
Deliberação n.º 568/2021
DR 2.ª série n.º 103*



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DO TESOURO

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete
de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto
e da Energia
Dra. Eugénia Correia
Rua do Século, nº 51 - 2º
1200-433 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 158/2022 ENT.: 3595 de 30-11-2021 PROC. Nº: 27.344/21	17-01-2022

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2022-2024 (SIRIEF, versão de 2021-09-16) da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E..

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro de remeter a V. Exa., cópia do Relatório de Análise nº 285/2021, de 29 de novembro, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, sobre o assunto mencionado em epígrafe, após ter exarado o seguinte despacho:

DESPACHO Nº 32/2022 - SET

"Visto.

Aprovo o presente Relatório de Análise e, conseqüentemente autorizo o aumento dos gastos com pessoal em 182 mil euros, limitando o valor da rúbrica a 2628 mil euros.

Autorizo ainda:

- A aquisição de 4 viaturas, duas delas para substituir outras tantas em fim de vida útil e a serem vendidas, limitando o valor dos encargos com a frota automóvel em 2022 a 160 mil euros;**
- Aumento dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo, bem como com a frota automóvel em 140 mil euros, limitando o valor dos gastos em 2022 a 250 mil euros;**
- Aumento dos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 204 mil euros, limitando o valor dos gastos em 2022 a 649 mil euros.**

O PMP terá de ser incluído na versão a publicar.

Conhecimento ao Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Energia, à DGTF e à UTAM.

Miguel Cruz

15.01.2022"

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,

Maria Amália Almeida
CN

Exma. Senhora
Dr.ª Maria Amália Almeida
M. I. Chefe do Gabinete de Sua Excelência
O Secretário de Estado do Tesouro

Neste edifício

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		N.º389/UTAM/2021	2021-11-29

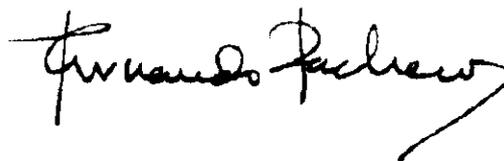
ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2022-2024 (SIRIEF, versão de 2021-09-16) da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E.

Senhora Chefe do Gabinete,

Junto envio o **RELATÓRIO DE ANÁLISE 285/2021** da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, respeitante ao Plano de Atividades e Orçamento 2021-23 da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E., elaborado na sequência da submissão do documento em epígrafe no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF).

Com os meus melhores cumprimentos, *fernais,*

O Diretor da UTAM



Fernando Pacheco



Visto. Concordo.

Submete-se o presente Relatório de Análise à consideração de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.

Note-se que a ENSE não informa na proposta sobre o PMP, que deveria ser feito e incluído na versão a publicitar.

Fernando
Manuel dos
Santos Vigário
Pacheco

Assinado de forma digital por Fernando Manuel dos Santos Vigário Pacheco
DN: c=PT, o=Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., ou=Unif Têc Monitorização Acompanhamento Setor Público Empres, ou=Certificado para Pessoa Singular, cn=Fernando Manuel dos Santos Vigário Pacheco
Dados: 2021.11.29 22:50:37 Z

Visto.

Aprovo o presente Relatório de Análise e, consequentemente autorizo o aumento dos Gastos com pessoal em 182 mil euros, limitando o valor da rubrica a 2628 mil euros.

Autorizo ainda:

a) A aquisição de 4 viaturas, duas delas para substituir outras tantas em fim de vida útil e a serem vendidas, limitando o valor dos encargos com a frota automóvel em 2022 a 160 mil euros.

b) Aumento dos Gastos com deslocação, estadas e ajudas de custo, bem como com a frota automóvel em 2022 a 250 mil euros.

c) Aumento dos Gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 2022 a 200 mil euros, limitando o valor dos Gastos em 2022 a 649 mil euros.

RELATÓRIO DE ANÁLISE 285/2021 de 29 de novembro

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2022-2024 (PAO2022-24) da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. (2021-09-16) em 200 mil euros,

1. SÍNTESE

A. Instrução da proposta de Plano de Atividades e Orçamento

ELEMENTOS DE INSTRUÇÃO	CONCLUSÃO UTAM
<p>Proposta de PAO: é composta pelo Plano de Atividades e Orçamento, anual e plurianual, e pelo Plano de Investimento.</p> <p>Parecer do ROC: considera que a informação financeira previsional foi preparada e apresentada com base em pressupostos apropriados e fiáveis e de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos geralmente adotados pela empresa.</p> <p>Parecer do Conselho Fiscal: sem prejuízo das limitações invocada, conclui que a proposta reflete, numa base razoável, as previsões de atividade da empresa, e que se encontram reunidas as condições necessárias à respetiva aprovação pelas respetivas tutelas setorial e financeira</p>	<p>Estado Adjunto e da Energia,</p> <p>A proposta está adequadamente instruída.</p> <p>A DGTF e a UTAM.</p> <p>T. Miguel Cruz</p>

B. Autorizações Necessárias

Miguel Cruz
Secretário de Estado do Tesouro

15/01/2022

Autorizações Necessárias	Fundamentação	Normativo	Análise	Recomendação UTAM
Para aumento dos Gastos com pessoal (s/ órgãos sociais) em 182 mil euros (8%) de 2021 para 2022.	Decorre do efeito em ano completo, em 2022, das contratações em 2021, bem como das valorizações remuneratórias previstas por regulamento de empresa.	Alínea a) do PRC do ponto 3.1 das IEIPG2022	Os encargos com os recrutamentos autorizados em sede da aprovação do PAO2020 estão incluídos na proposta. É evidenciando o impacto no ano da contratação e no triénio. O aumento está fundamentado.	Concessão de autorização, limitando o valor dos Gastos com o pessoal em 2022 a 2628 mil euros.

TAXAS	NORMATIVO	ANÁLISE
<i>EBIT, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor</i>	Alínea v) do ponto 2 das IEIPG2022	Degrada-se em 414 mil euros (88%) de 2019 para 2022, prevendo-se para 2023 em relação a 2022 um aumento de 28 mil euros (51%) e para 2024 face a 2023 um decréscimo de 4 mil de euros (5%), o que perfaz uma redução no triénio de 4342 mil euros (98%). Atenta a justificação quanto à evolução dos <i>Gastos operacionais</i> , a diminuição é coerente com a proposta.

D. Evolução Económica e Financeira

	Volume de negócios	Gastos operacionais	CMVMC	FSE	Gastos c/ pessoal	EBITDA	EBIT	Resultado líquido	Endividamento	Investimento	R. H. sem órgãos sociais
Valores 2021	28 104	21 025	0	18 604	2 421	4 343	3 971	3 933	359 754	1 450	48
Valores 2022	29 424	26 656	0	24 028	2 628	567	55	18	359 789	1 385	48
Valores 2023	29 943	27 094	0	24 346	2 748	634	84	46	359 826	2 447	Sem dados
Valores 2024	30 233	27 324	0	24 561	2 763	669	79	42	359 864	1 374	Sem dados
Δ 2022-2021	+4,7%	+27%		+29%	+8,5%	-87%	-99%	-100%	+0,01%	-4,5%	0%
Δ 2023-2022 (%)	+1,8%	+1,6%		+1,3%	+4,6%	+12%	+51%	+160%	+0,01%	+77%	Sem dados
Δ 2024-2023	+0,97%	+0,85%		+0,88%	+0,58%	+5,5%	-5,0%	-9,1%	+0,01%	-44%	Sem dados
Taxa média anual											
Δ 2024-2021 (%)	+2,5%	+9,1%		+9,7%	+4,5%	-46%	-73%	-78%	+0,01%	-1,8%	Sem dados

Fonte: Proposta de PAO para 2022-24

Indicador	Observações
Resultados	A empresa prevê que de 2021 para 2022 os resultados diminuam ² : i) <i>EBITDA</i> : 3776 mil de euros (87%); ii) <i>EBIT</i> : 3916 mil de euros (99%); iii) <i>Resultado líquido</i> : 3916 mil de euros (100%). Os resultados previstos para 2024 são inferiores aos estimados para 2021 e superiores aos previstos para 2022.
Endividamento	Não está previsto o aumento do endividamento, mantendo-se apenas o empréstimo obrigacionista no montante de 360 milhões de euros, cuja amortização ocorrerá numa só prestação em 2028. A variação considerada (0,01%) resulta de o reconhecimento dos gastos associados à montagem da operação ser diferido pelo período do empréstimo obrigacionista.

E. Plano de Investimentos

O plano de investimentos da ENSE para 2022-2024 ascende a 5206 mil euros, dos quais 1385 mil de euros (cerca de 27%) a serem realizados em 2022, 2447 mil euros em 2023 e o remanescente em 2024, patenteando uma diminuição de 65 mil de euros (4%) de 2021 para 2022, conforme se sistematiza no quadro infra:

² Deverá ter-se em conta a reversão de imparidades em 2019 no montante de 44 448 mil euros.

Plano Plurianual de Investimento 2022-2024

	Unidade : milhares de euros						Δ 2022/2021		
	2021	2022	2023	2024	Triénio	Total	Valor	%	Peso 2022
Unidade de Reserva Petrolífera (URP)	1 450	903	2 210	1 217	4 330	5 780	-547	-38%	65%
Reabilitação do Manífol - Zona I (projeto investimento plurianual V)	3	323	1 510	50	1 883	1 886			
Criação de novas funcionalidades balcão único	0	70	0	0	70	70			
Retificação de válvulas existentes e estudo de implementação de novas válvulas de segurança (projeto investimento plurianual VI)	0	40	200	0	240	240			
Etar (Projeto investimento plurianual VII)	0	25	50	0	75	75			
Reabilitação e inetização dos oleodutos/remover o produto das linhas do Portinho da Costa (Projeto investimento plurianual IV)	450	300	250	0	550	1 000			
Unidade Administração Geral (UAG)	0	305	115	45	465	465	305		22%
Ponto de carregamento para viaturas elétricas	0	10	0	0	10	10			
Desenvolvimento do sistema BI para todas as plataformas informáticas na ENSE	0	45	35	0	80	80			
Aquisição de equipamento redundante refrigeração, gerador datacenter	0	40	0	0	40	40			
Aquisição de material informático ATEX para fiscalização	0	10	10	0	20	20			
ERP	0	75	20	20	115	115			
CCOE novos desenvolvimentos	0	80	0	0	80	80			
Aquisição de equipamento firewall redundante para as instalações do DPNL	0	10	0	0	10	10			
Aquisição material informático - computadores, acessórios, Material	0	35	25	25	85	85			
Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)	0	177	122	112	411	411	177		13%
Equipamento de inspeção/fiscalização	0	5	5	5	15	15			
Reforço e atualização de equipamento informático - serviço externo	0	5	5	5	15	15			
Aquisição de "equipamento autónomo de inspeção" de linhas de tensão	0	10	5	5	20	20			
Aquisição de "equipamento de análise da qualidade de energia"	0	7	7	7	21	21			
Desenvolvimento da aplicação de fiscalização c/ integração no balcão único	0	15	15	15	45	45			
Desenvolvimento novas funcionalidades apl. fiscalização - tratamento de "bigdata e "webservices"	0	20	20	20	60	60			
Equipamento de segurança ATEX (camàra de deteção de fugas de gás natural - FLIR GF77 25 HR+6HR	0	50	20	10	80	80			
TOTAL	1 450	1 385	2 447	1 374	5 206	6 656	-65	-4%	100%

Fonte : Proposta de PAO para 2022-24

No que se refere à repartição temporal do investimento, o ano de 2023 será o mais exigente, com um aumento de 1062 mil de euros (77%) face ao previsto para 2022 (1385 mil de euros), atingindo 1374 mil de euros em 2024, uma diminuição de 1073 mil de euros (44%) face a 2023.

Constata-se que o plano de Investimento para o triénio compreende um maior investimento na URP, nomeadamente através do investimento nas instalações da PolNato, incluído no programa de investimentos estratégicos, conforme Despacho conjunto n.º 4650/2016, de 23 de março, de Suas Excelências o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças e o Secretário de Estado da Defesa Nacional.

De destacar que todos os projetos são financiados por fundos próprios. A empresa refere que o plano de investimentos visa a melhoria da capacidade operacional e do equipamento das equipas de fiscalização para intervenção em instalações do setor elétrico e de gás natural (mantendo a melhoria dos equipamentos na área dos combustíveis e biocombustíveis). Justifica-se, ainda, face à necessidade de adaptação e incremento das plataformas tecnológicas de toda a empresa que permitam a inclusão das novas áreas, para facilidade do processo de relação desmaterializada com todos os operadores de mercado que tem vindo a ser implementada.

F. Variação do Endividamento

Prevê-se que o endividamento da empresa nos termos do ponto 3.3 das IEIPG2022 de, 2021 para 2022 cresça 0,01%.

G. Conclusão

A aprovação da proposta de “*Plano de Atividades e Orçamento para 2022-24*” da ENSE requer a autorização de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro para:

- O aumento dos *Gastos com pessoal (s/ órgãos sociais)* em 182 mil de euros (8%) de 2021 para 2022;
- A compra de quatro viaturas em 2022, sendo que duas viaturas serão para substituição de outras tantas unidades;
- O aumento dos *Gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel* em 140 mil euros (127%) de 2021 para 2022; e
- O aumento dos *Gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria* em 204 mil euros (46%) de 2021 para 2022,

que se entende estarem adequadamente fundamentados.

É entendimento da UTAM não ser suscetível de aplicação à empresa a disposição sobre a evolução do rácio dos GO sobre o VN, devido à URP (que é responsável por 92% da atividade da empresa) estar obrigada a níveis mínimos de reservas e a apresentar um resultado tendencialmente nulo, sendo que parte substancial dos seus gastos e rendimentos é determinada por fatores que lhe são alheios e a gestão das reservas é suportada pelos operadores de mercado.

A UTAM conclui que, neste caso e querendo, a proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para 2022-24” apresentada pela ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. reunirá as condições para merecer aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.

2. ANTECEDENTES

Em 13 de setembro de 2021 a Entidade Nacional para o Setor Energético E.P.E. (ENSE) inseriu no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF) a proposta de “*Plano de Atividades e Orçamento (PAO) e Plano de Investimentos/financiamentos Plurianuais*” referente ao triénio 2022-2024. Na mesma data, a ENSE inseriu na plataforma o “*Parecer do ROC ao Plano de Atividades e Orçamento/Plano de Investimentos e Financiamento*” para o horizonte temporal de 2022.

No dia 16 de setembro de 2021, a empresa inseriu no SiRIEF o “*Parecer do Conselho Fiscal ao Plano de Atividades e Orçamento/Plano de Investimentos e Financiamento*” para o horizonte temporal de 2022. No mesmo dia, a ENSE inseriu no SiRIEF o “*Plano de Atividades e Orçamento (PAO) e Plano de Investimentos/financiamentos Plurianuais*” sob a epígrafe “*PAO 2022-2024 – Com Parecer Conselho Fiscal e ROC*”. Dessarte, de acordo com as respetivas atribuições, a UTAM procedeu à análise da proposta de PAO2022-24 que verteu no presente relatório.

3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Para efeitos da análise da proposta de PAO2022-24 da ENSE foram tomadas em consideração as Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão de 2022 (IEIPG2022) para Empresas Públicas Reclassificadas (EPR). Toma-se por referência o ano de 2021, por se tratar do que apresenta o maior *Volume de negócios* entre o executado em 2019 (26 116 mil euros) e o estimado para 2021 (28 104 mil euros).

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

No plano económico e financeiro, as tabelas seguintes ilustram a evolução da atividade da empresa nos anos mais recentes, servindo também para retratar as previsões feitas.

A ENSE patenteia uma situação económico-financeira caracterizada pela estimativa para 2021-12-31 de uma *Autonomia financeira* de 0,7% e de *Capitais próprios* de 2532 mil euros:

Unidade : milhares de euros

	2019	2021	2022	2023	2024	2022/2021		2023/2022		2024/2023		2024/2021	
						Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
ATIVO (A)	430 954	369 889	373 391	375 529	378 123	3 502	0,9%	2 138	0,6%	2 594	0,7%	8 234	2,2%
PASSIVO (P)	365 077	367 358	368 389	367 993	368 032	1 030	0,28%	-396	-0,1%	39	0,0%	673	0,2%
CAPITAL PRÓPRIO (CP)	65 877	2 532	5 002	7 536	10 090	2 470	97,6%	2 534	50,7%	2 554	33,9%	7 558	298,5%
VOLUME DE NEGÓCIOS (VN)	26 116	28 104	29 424	29 943	30 233	1 320	4,7%	519	1,8%	290	1,0%	2 129	7,6%
GASTOS OPERACIONAIS (GO)	21 335	21 025	26 656	27 094	27 324	5 631	26,8%	438	1,6%	231	0,9%	6 300	30,0%
EBITDA	45 332	4 343	567	634	669	-3 776	86,9%	67	11,8%	35	5,5%	-3 674	84,6%
EBIT	44 917	3 971	55	84	79	-3 916	98,6%	28	51,5%	4	5,0%	-3 892	98,0%
RESULTADO LÍQUIDO (RL)	44 862	3 933	18	46	42	-3 916	99,5%	28	160,3%	4	9,1%	-3 892	98,9%
AUTONIA FINANCEIRA	15,3%	0,7%	1,3%	2%	3%			0,66 p.p.		0,66 p.p.		1,98 p.p.	
RACIO DE ENDIVIDAMENTO	84,7%	99,3%	98,7%	98,0%	97,3%			-0,66 p.p.		-0,66 p.p.		-1,98 p.p.	
RENTABILIDADE DO ATIVO (ROA)	10,4%	1,1%	0,01%	0,0%	0,0%			-1,06 p.p.		0,01 p.p.		-0,00 p.p.	
RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO (RCP)	68,1%	155,4%	0,4%	0,6%	0,4%			-155,01 p.p.		0,26 p.p.		-0,20%	

Fonte : Proposta de PAO 2022-24

3.1 Demonstração de Resultados

De acordo com as previsões da empresa, as Demonstrações de Resultados Previsionais apresentam-se como segue:

Unidade: milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2019	2021	2022	2023	2024	Δ (2022-2021)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Serviços prestados	26 116	28 104	29 424	29 943	30 233	1 320	+5%
(-) Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0	
(-) Fornecimentos e serviços externos	19 693	18 604	24 028	24 346	24 561	5 425	+29%
(-) Gastos com pessoal	1 642	2 421	2 628	2 748	2 763	207	+13%
(-) Gastos operacionais	21 335	21 025	26 656	27 094	27 324	5 631	+27%
(-) Imparidades	-44 448	450	0	0	0	450	-100%
(-) Provisões	0	0	0	0	0	0	
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0	0	0	0	
Outros rendimentos e ganhos	884	84	276	300	300	192	+229%
(-) Outros gastos e perdas	4 781	2 370	2 477	2 515	2 540	107	+5%
EBITDA	45 332	4 343	567	634	669	-3 776	-87%
(-) Gastos/reversões de depreciação e de amortização	415	372	512	551	589	140	+38%
(-) Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis	0	0	0	0	0	0	
Resultado operacional (EBIT)	44 917	3 971	55	84	79	-3 916	-99%
(-) Juros e gastos/rendimentos similares	37	37	37	37	37	0	0%
Resultado antes de impostos	44 879	3 933	18	46	42	-3 916	-100%
(-) Imposto sobre o rendimento	18	0	0	0	0	0	
Resultado líquido do período	44 862	3 933	18	46	42	-3 916	-100%

(-) Assinala as rubricas que, quando tomam valores positivos, se referem a gastos

Fonte: Proposta de PAO para 2022-24

i. Volume de Negócios (VN)

Para 2022 (29 424 mil euros) a empresa prevê um crescimento do VN no montante de 1320

mil euros (5%)³ face a 2021 (28 104 mil euros), considerando como *VN* o valor da rubrica *Serviços prestados*.

Unidade : milhares de euros

VOLUME DE NEGÓCIO	2019	2021	2022	2023	2024	Variação (2022-2021)		Variação (2023-2022)		Variação (2024-2023)		Variação (2024-2021)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Serviços prestados	26 116	28 104	29 424	29 943	30 233	1 320	5%	519	2%	290	1%	2 129	8%
Total	26 116	28 104	29 424	29 943	30 233	1 320	5%	519	2%	290	1%	2 129	8%

Fonte : Proposta de PAQ 2022-24

A empresa realça que o *VN* previsto acomodará, via aumento da prestação unitária junto dos operadores do sistema petrolífero nacional, o incremento dos gastos da entidade, resultando em resultado positivo, mas quase nulo, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 23.º dos estatutos da ENSE.

ii. Gastos Operacionais (GO)

Para 2022 (26 656 mil de euros), os *GO* apresentam um crescimento de 5631 mil euros (27%) face ao valor estimado para 2021 (21 025 mil euros), explicado pelo aumento dos *Gastos com pessoal* em 207 mil euros (9%) e dos *FSE* em 5425 mil euros (29%).

Unidade : milhares de euros

	2019	2021	2022	2023	2024	2022/2021		2023/2022		2024/2023		2024/2021	
						Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
CMVMC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FSE	19 693	18 604	24 028	24 346	24 561	5 425	29%	318	1%	215	1%	5 957	32%
GASTOS COM PESSOAL	1 642	2 421	2 628	2 748	2 763	207	9%	120	5%	16	1%	342	14%
Total	21 335	21 025	26 656	27 094	27 324	5 631	27%	438	2%	231	1%	6 300	30%

Fonte : Proposta de PAO 2022-24

iii. FSE

O acréscimo dos *FSE* de 2021 para 2022 decorre de aumentos parcelares com:

- armazenagem de crude e de produtos petrolíferos, aquisição de *CSO tickets* e operação de rotação do gasóleo do Polnato, em 4313 mil euros, representando 81% do total dos *FSE*; e
- serviços especializados, em 1112 mil euros, constituindo 19% do total dos *FSE*.

iv. Gastos com pessoal (Alínea a) do PRC do Ponto 3.1 das IEIPG2022

O aumento dos *Gastos com pessoal* (s/ órgãos sociais) em 182 mil euros (8%) previsto para 2022 face a 2021, decorre do efeito em ano completo, em 2022, das contratações efetuadas ao longo do ano de 2021 bem como das valorizações remuneratórias previstas por regulamento de empresa.

³ Exclui-se os valores previstos para contraordenações contabilizados em Outros rendimentos e ganhos.

Unidade: milhares de euros

Pessoal	2019	2021	2022	2023	2024	Δ (2022-2021)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
N.º de membros dos órgãos sociais	4	5	5	Sem dados		0	0%
N.º de cargos de direção	10	11	11			0	0%
N.º dos restantes trabalhadores	22	37	37			0	0%
N.º total de trabalhadores	36	53	53			0	0%
Gastos com órgãos sociais	220	217	242	Sem dados		25	+11%
Gastos com cargos de direção	579	563	594			31	+6%
Remunerações do pessoal	489	1 128	1 223			95	+8%
Outros encargos	354	512	568			56	+11%
Gastos totais com pessoal	1 642	2 421	2 628	2 748	2 763	207	+9%
(-) Gastos com órgãos sociais	220	217	242	0	0	25	+11%
(+) Absentismo	0	0	0	0	0	0	
Gastos com pessoal (s/ órgãos sociais e absentismo)	1 422	2 204	2 386	2 748	2 763	182	+8%
(-) Valorizações remuneratórias	0	54	26	0	0	-28	-52%
Gastos com pessoal corrigidos dos encargos acima	1 422	2 150	2 360	2 748	2 763	210	+10%

Fonte: Proposta de PAO para 2022-24

v. Outros gastos (IEIPG 2022, Alíneas b) e c) Ponto 3.1)

De 2021 para 2022, a evolução do conjunto dos *encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel*, e do conjunto dos *encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria* é apresentada na tabela seguinte:

Unidade: milhares de euros

Outros gastos operacionais	2019	2021	2022	2023	2024	Δ (2022-2021)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Deslocações e alojamento	17	3	52	Sem dados		50	+1973%
Ajudas de custo	18	14	39			25	+180%
Frota automóvel	79	94	160			66	+70%
Encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel	114	110	250	Sem dados		140	+127%
Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	456	445	649			204	+46%

Fonte: Proposta de PAO para 2022-24

Prevê-se:

- A compra de quatro viaturas em 2022, sendo que duas viaturas se destinam à substituição de outras tantas unidades⁴, fundamentada pela imprescindibilidade das viaturas decorrente da necessidade das equipas de inspetores percorrerem todo o território nacional no decurso das suas funções e pela prossecução dos poderes de autoridade do Estado, atento o âmbito de competências que abrange a totalidade do setor energético Português;
- O aumento em 140 mil euros (127%) dos *gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel* em 2022 face ao estimado para 2021, explicado essencialmente pelo acréscimo na atividade de fiscalização; e
- O aumento em 204 mil euros (46%) nos *gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria* em 2022 face ao estimado para 2021, decorrente do orçamento de um projeto de manual de operação para o DPNL, de um projeto de reabilitação de coberturas, de um estudo para a realização de projeto para as ilhas de

⁴ A substituição advém do fim de vida útil dessas viaturas.

enchimento da zona III do DPNL, do serviço de apoio à gestão do DPNL e da prestação de serviço jurídico.

vi. Eficiência Operacional

De acordo com os estatutos da empresa, a URP é uma unidade da ENSE, dotada de autonomia técnica e administrativa e com regime de separação contabilística, que prossegue em exclusivo atribuições em matéria de aquisição, manutenção, gestão e mobilização de reservas de petróleo bruto e de produtos de petróleo, a título de reservas estratégicas, assegurando as funções de entidade central de armazenagem nacional. A gestão da URP tem como único objetivo a recuperação dos custos em que incorre com a constituição, gestão e manutenção das reservas de produtos de petróleo a seu cargo.

Ora, a unidade representa cerca de 92% do orçamento da empresa e o seu modelo de financiamento assenta na recuperação dos seus custos através de uma prestação mensal faturada aos operadores de mercado, tendo subjacente os serviços prestados, e sendo o seu resultado líquido tendencialmente nulo. Mais, estando o País obrigado a manter 90 dias de consumo de combustíveis em reserva, as aquisições e as vendas de produtos petrolíferos não são determinadas por oportunidades de mercado (não constituem negócio), mas sim pela necessidade de repor *stocks*, independentemente do custo e, conseqüentemente, dos gastos operacionais incorridos.

Assim, é entendimento desta Unidade Técnica que a evolução do rácio dos *GO* sobre o *VN* da ENSE não traduz a evolução da *Eficiência operacional* da empresa visto que as parcelas mais substanciais dos gastos e dos rendimentos da sua atividade são determinadas por fatores alheios e exógenos à empresa, não estando relacionados com a sua eficiência operacional.

vii. Evolução financeira

O cenário de evolução da situação financeira em 2022 face a 2019 é apresentado na tabela seguinte, verificando-se o incumprimento do disposto nas alíneas i), ii), iii), iv) e v) do ponto 2 das IEIPG2022:

- A taxa de variação dos *Gastos operacionais* (24,9%) é superior à do *VN* (12,7%);
- A taxa de variação da *despesa de pessoal* (sem órgãos sociais e absentismo) (67,8%) é superior à do *VN* (12,7%);
- A taxa de variação dos *FSE* (22,0%) é superior à do *VN* (12,7%); e
- O *Resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor*, diminui 414 mil euros em 2022 face ao executado em 2019 (88%);

Cenário de evolução da situação financeira	2022 vs. 19	Varição média anual no triénio
TAXAS		
Taxa de crescimento real do PIB, com a inflação acrescida de 1 p.p.*	+3,2%	+4,3%
i) Volume de negócios	+12,7%	+5,0%
ii) Gastos operacionais	+24,9%	+8,6%
iii) Despesa de pessoal (s/ órgãos sociais e absentismo)	+67,8%	+24,8%
iv) FSE	+22,0%	+7,6%
VARIAÇÕES (milhares de euros)		
v) EBIT, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor	-414	130
vi) Endividamento líquido de Investimento	-1 272	-395

* Calculada nos termos do disposto na alínea i) do ponto 2 das IEIPG2022

Fontes : IEIPG2022 e proposta de PAO para 2022-24

As novas competências atribuídas à ENSE relacionadas com a fiscalização das reservas nacionais de gás, implicando mais encargos, designadamente ao nível dos *FSE* e dos *Gastos com pessoal*, traduzem-se na não observância referida. A justificação afigura-se coerente.

viii. Resultados

A empresa prevê um decréscimo do **EBITDA** de 2021 (4343 mil euros) para 2022 (567 mil euros) em 3776 mil euros (87%) explicado pela crise pandémica que gerou excesso de *tickets* no mercado, o que contribuiu para a diminuição do seu valor de mercado. Entretanto, de acordo com as previsões da empresa para 2023 (634 mil euros), o **EBITDA** deverá crescer em 67 mil euros (12%) face a 2022, atingindo 669 mil euros em 2024, representando um aumento de 35 mil euros (5%) face a 2023. O valor previsto para 2024 situar-se-á 85% abaixo do valor estimado para 2021 e 9% acima do valor previsto para 2022.

A empresa prevê uma diminuição do **Resultado Operacional (EBIT)** de 2021 (3971 mil euros) para 2022 (55 mil euros) em 3916 mil euros (99%) resultante da evolução do **EBITDA** e do aumento dos *gastos de depreciações/amortizações*. Nos termos das previsões da empresa para 2023 (84 mil euros), o **EBIT** deverá aumentar em 28 mil euros (51%) face a 2022, alcançando 79 mil euros em 2024, patenteando uma diminuição de 4 mil euros (5%) face a 2023. O valor previsto para 2024 situar-se-á 98% abaixo do valor estimado para 2021 e 20% acima do valor previsto para 2022.

Após os juros associados ao empréstimo obrigacionista, o **Resultado antes de imposto** em 2022, 18 mil euros, representa uma diminuição em 3916 mil euros (100%) face a 2021, prevendo-se que se situe em 46 mil euros em 2023 e em 42 mil euros em 2024.

A empresa prevê para 2022 (18 mil euros) uma deterioração do **Resultado Líquido face ao estimado em 2021 (3933 mil euros) em 3916 mil euros (100%)**. Todavia, a ENSE prevê que esta situação melhore de 2022 para 2023 (46 mil euros) em 28 mil euros (160%), atingindo 42 mil euros em 2024, uma diminuição de 4 mil euros (9%) face a 2023. Note-se, que o valor previsto para 2024 situar-se-á 99% abaixo do valor estimado para 2021 e 54% acima do previsto para 2022.

3.2 Balanço

O Balanço apresenta a evolução constante do quadro seguinte:

BALANÇO (Ativo)	2019	2021	2022	2023	2024	Δ (2022-2021)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Ativo	430 954	369 889	373 391	375 529	378 123	3 502	+1%
Ativo não corrente	11 698	2 353	3 232	5 137	5 932	879	+37%
Ativos fixos tangíveis	988	2 143	2 889	4 814	5 673	746	+35%
Ativos intangíveis	225	190	317	288	214	127	+67%
Investimentos deidos até maturidade	10 473	0	0	0	0	0	
Investimentos financeiros	12	20	26	35	45	6	+30%
Ativo corrente	419 256	367 536	370 159	370 391	372 191	2 623	+1%
Inventários	368 021	293 137	293 137	293 137	293 137	0	0%
Clientes	156	1 739	889	738	723	-850	-49%
Estado e outras entes públicas	208	159	0	0	0	-159	-100%
Outras contas a receber	2 187	1 746	2 085	2 116	2 137	339	+19%
Diferimentos	90	70	30	29	30	-39	-56%
Ativos financeiros deidos para negociação	45 502	64 700	71 200	71 200	77 700	7 000	+11%
Caixa e depósitos bancários	3 093	6 486	2 818	3 171	3 464	-3 668	-57%

Fonte: Proposta de PAO para 2022-24

Unidade: milhares de euros

BALANÇO (Capital próprio + Passivo)	2019	2021	2022	2023	2024	Δ (2022-2021)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Capital próprio	65 877	2 532	5 002	7 536	10 090	2 470	+98%
Capital estatutário	250	250	250	250	250	0	0%
Outras variações no capital próprio	46 309	54 302	56 754	59 242	61 754	2 453	+5%
Resultados transitados	-25 543	-55 953	-52 020	-52 002	-51 956	3 933	+7%
Resultado líquido do período	44 862	3 933	18	46	42	-3 916	-100%
Passivo	365 077	367 358	368 389	367 993	368 032	1 030	+0%
Passivo não corrente	359 627	359 752	359 789	359 826	359 864	37	+0%
Financiamentos obtidos	359 627	359 752	359 789	359 826	359 864	37	+0%
Passivo corrente	5 451	7 606	8 600	8 166	8 168	993	+13%
Financiamentos obtidos	49	1,8	0	0	0	-2	-100%
Estado e outros entes públicos	1 017	1 092	1 188	1 221	1 201	96	+9%
Fornecedores	66	48	32	30	36	-16	-33%
Outras contas a pagar	4 319	6 464	7 379	6 916	6 931	915	+14%

Fonte: Proposta de PAO para 2022-24

De 2021 para 2022 a empresa prevê que **o valor do Ativo aumente em cerca de 3502 mil euros (1%)**, de 369 889 mil euros para 373 391 mil euros, atingindo 375 529 mil euros em 2023 e 378 123 mil euros em 2024, um acréscimo de 1% face a 2023 (2594 mil euros). Realce-se, entretanto, que o valor previsto para 2024 situar-se-á 2% acima do valor estimado para 2021 e 1% acima do previsto para 2022. Concorrerão para o mencionado aumento o incremento do *Ativo não corrente* em 37% (879 mil euros) e do *Ativo corrente* em 1% (2623 mil euros).

Conforme alude a empresa na página 52 da proposta, a previsão do aumento dos *Ativos intangíveis* em 127 mil euros (67%) e dos *Ativos fixos tangíveis* em 746 mil euros (35%) *“deve-se ao aumento progressivo ao investimento que se encontra de acordo com o plano de investimentos”*.

Prevê-se um aumento do *Passivo* de 2021 (367 358 mil euros) para 2022 (368 389 mil euros) em 1030 mil euros (0,3%), atingindo 367 993 mil euros em 2023 e 368 032 mil euros em 2024, patenteando um ligeiro decréscimo de 0,11% em 2023 face a 2022 e um ligeiro aumento de 0,01% de 2023 para 2024. Note-se, entretanto, que o valor previsto para 2024 situar-se-á 0,18% acima do valor estimado para 2021 e 0,05% abaixo do previsto para 2022. O aumento do *Passivo* decorre do aumento do *Passivo não corrente* em 37 mil euros (0,01%) e do *Passivo corrente* em 993 mil euros (13%).

A ENSE refere na página 54 da proposta que o empréstimo obrigacionista apresenta um saldo regular no final de 2021 a 2024 no valor de 360 M€ e que a *“variação registada no saldo da rubrica Estado estimativa de 2021 e orçamento de 2022 a 2024 varia de acordo com o valor de iva a deduzir e iva liquidado bem como dos restantes impostos relacionados com o pessoal tais como CGA/Segurança Social/retenções de IRS”*. O saldo na conta de Outras contas a pagar tem aumentado regularmente e *mantem-se na estimativa de 2021 e orçamento 2022 a 2024, pelo facto de se continuar a orçamentar a totalidade da contrapartida anual prevista para o DPNL e a DGRDN (Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional) não ter apresentado as respetivas faturas”*.

Com relação ao Capital Próprio, a empresa prevê um aumento em 2470 mil euros (98%) em 2022 (5002 mil euros) face a 2021 (2532 mil euros), atingindo 7536 mil euros em 2023 e 10 090 mil euros em 2024, representando um acréscimo de 51% de 2022 para 2023 e 34% de 2023 para 2024. Note-se, ainda, que o valor previsto para 2024 situar-se-á 299% acima do

valor estimado para 2021 e 42% acima do previsto para 2022. O aumento do *Capital próprio* é explicado pela previsão de aumentos nos *Resultados transitados* em 7% (3933 mil euros), de *Outras variações no capital próprio* em 5% (2453 mil euros) adveniente da “*especialização anual do montante para o fundo estatutário e que acumula anualmente nesta conta*” e pela diminuição do *Resultado líquido* do período em 3916 mil euros (100%).

3.3 Demonstração de Fluxos de Caixa

A empresa prevê para 2022 (4864 mil euros) face ao estimado em 2021 (6908 mil euros) uma diminuição dos **fluxos de caixa das atividades operacionais** de cerca de 2204 mil euros (30%), que se mantêm positivos ao longo do triénio, atingindo 2904 mil euros em 2023, um decréscimo de 1960 mil euros (40%) face a 2022, alcançando 3252 mil euros em 2024, um aumento de 348 mil euros (12%) face a 2023. Note-se, ainda, que o valor previsto para 2024 situar-se-á 53% abaixo do valor estimado para 2021 e 18% abaixo do previsto para 2022.

Por outro lado, a ENSE prevê de 2021 (-1532 mil euros) para 2022 (-1490 mil euros) um aumento dos **fluxos de caixa das atividades de investimento**, de cerca de 42 mil euros (3%). Prevê que esse montante continue a diminuir em 2023 (-2509 mil euros), representando uma diminuição de 1018 mil euros (68%) face a 2022, alcançando 1417 mil euros em 2024, um aumento de 1091 mil euros (44%) face a 2023. Note-se, ainda, que o valor previsto para 2024 situar-se-á 7% acima do valor estimado para 2021 e 2% acima do previsto para 2022.

A empresa prevê um acréscimo de 3332 mil euros (5%) de 2021 (70 692 mil euros) para 2022 (74 024 mil euros) na rubrica “**Caixa e seus equivalentes no fim do período**”, passando para 74 378 mil euros em 2023 e para 76 171 mil euros em 2024, um aumento de 2% (1793 mil euros) face a 2023. Note-se, ainda, que o valor previsto para 2024 situar-se-á 8% acima do valor estimado para 2021 e 1% acima do previsto para 2022.

Unidade: milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2019	2021	2022	2023	2024	Δ (2022-2021)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Fluxos de caixa das atividades operacionais	5 473	6 908	4 864	2 904	3 252	-2 044	-30%
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-282	-1 532	-1 490	-2 509	-1 417	42	+3%
(-) Pagamentos respeitantes a investimento	795	1 532	1 516	2 509	1 417	-16	-1%
Recebimentos provenientes de investimento	514	0	26	0	0	26	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-42	-42	-42	-42	-42	0	+0%
Recebimentos provenientes de financiamento	0	0	0	0	0	0	
(-) Pagamentos respeitantes a financiamento	42	42	42	42	42	0	-0%
Variação de caixa e seus equivalentes	5 149	5 334	3 332	353	1 793	-2 002	-38%
Efeito das diferenças de câmbio	0	0	0	0	0	0	
Caixa e seus equivalentes no início do período	43 443	65 358	70 692	74 024	74 378	5 334	+8%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	48 593	70 692	74 024	74 378	76 171	3 332	+5%

(-) Assinala as rubricas que, quando tomam valores positivos, se referem a gastos

Fonte: Proposta de PAO para 2022-24

4. PLANO DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTO

O plano de investimentos da ENSE para 2022-2024 ascende a 5206 mil euros, dos quais 1389 mil euros (cerca de 27%) a realizar em 2022. No quadro abaixo apresenta-se um resumo do plano de investimentos da empresa, o qual está repartido em três grupos: (a) investimentos

URP – Polnato, (b) investimentos UAG e, (c) investimentos em UCP, evidenciando os projetos mais relevantes e que comportam montantes mais significativos.

Plano Plurianual de Investimento 2022-2024

	Unidade : milhares de euros					Δ 2022/2021		Peso 2022	
	2021	2022	2023	2024	Triénio	Total	Valor		%
Unidade de Reserva Petrolífera (URP)	1 450	903	2 210	1 217	4 330	5 780	-547	-38%	65%
Reabilitação do Manífol - Zona I (projeto investimento plurianual V)	3	323	1 510	50	1 883	1 886			
Criação de novas funcionalidades balcão único	0	70	0	0	70	70			
Retificação de válvulas existentes e estudo de implementação de novas válvulas de segurança (projeto investimento plurianual VI)	0	40	200	0	240	240			
Etar (Projeto investimento plurianual VII)	0	25	50	0	75	75			
Reabilitação e inetização dos oleodutos/remover o produto das linhas do Portinho da Costa (Projeto investimento plurianual IV)	450	941	250	0	550	1 000			
Unidade Administração Geral (UAG)	0	305	115	45	465	465	305		22%
Ponto de carregamento para viaturas elétricas	0	10	0	0	10	10			
Desenvolvimento do sistema BI para todas as plataformas informáticas na ENSE	0	45	35	0	80	80			
Aquisição de equipamento redundante refrigeração, gerador datacenter	0	40	0	0	40	40			
Aquisição de material informático ATEX para fiscalização	0	10	10	0	20	20			
ERP	0	75	20	20	115	115			
CCOE novos desenvolvimentos	0	80	0	0	80	80			
Aquisição de equipamento firewall redundante para as instalações do DPNL	0	10	0	0	10	10			
Aquisição material informático - computadores, acessórios, Material	0	35	25	25	85	85			
Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)	0	177	122	112	411	411	177		13%
Equipamento de inspeção/fiscalização	0	5	5	5	15	15			
Reforço e atualização de equipamento informático - serviço externo	0	5	5	5	15	15			
Aquisição de "equipamento autónomo de inspeção" de linhas de tensão	0	10	5	5	20	20			
Aquisição de "equipamento de análise da qualidade de energia"	0	7	7	7	21	21			
Desenvolvimento da aplicação de fiscalização c/ integração no balcão único	0	15	15	15	45	45			
Desenvolvimento novas funcionalidades apl. fiscalização - tratamento de "bigdata e "webservices"	0	20	20	20	60	60			
Equipamento de segurança ATEX (camãra de deteção de fugas de gás natural - FLIR GF77 25 HR+6HR	0	50	20	10	80	80			
TOTAL	1 450	1 385	2 447	1 374	5 206	6 656	-65	-4%	100%

Fonte : Proposta de PAO para 2022-24

O plano de investimentos para o triénio compreende um maior investimento na URP, nomeadamente através do investimento nas instalações da Polnato, assente no programa de investimentos estratégicos conforme Despacho conjunto n.º 4650/2016, de 23 de março, do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e do Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional. Tal programa tem sido revisto à medida que é efetuado o levantamento da situação das instalações e das necessidades de intervenção.

Destaca-se que o plano de investimento para o triénio prevê uma diminuição em 2022 face a 2021 em 65 mil euros (4%), um aumento em 1062 mil euros (77%) de 2022 para 2023 e uma diminuição em 1073 mil euros (44%) de 2023 para 2024.

A empresa refere que o plano de investimentos visa a melhoria da capacidade operacional e de equipamentos das equipas de fiscalização, necessários à intervenção em instalações do setor elétrico e de gás natural (mantendo a melhoria dos equipamentos na área dos combustíveis e biocombustíveis). Refere-se, ainda, à adaptação e incremento das plataformas tecnológicas da empresa que permitam a inclusão das novas áreas para facilidade do processo de relação desmaterializada com os operadores de mercado que vem sendo implementado.

Em 2022 o capital não sofre alteração face a 2021 (250 mil euros). Nos termos do disposto no ponto 3.3 das IEIPG2022, a ENSE não tem previsto realizar qualquer novo investimento com expressão material. Não está previsto o aumento do endividamento, mantendo-se apenas o empréstimo obrigacionista no montante de 360 milhões de euros, cuja

amortização ocorrerá numa só prestação em 2028. A variação considerada resulta de o reconhecimento dos gastos associados à montagem da operação ser diferido pelo período do empréstimo obrigacionista. Decorrente da aplicação da fórmula patenteada no referido ponto, de 2021 para 2022 o endividamento da empresa aumenta em 0,01%.

VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	
<i>Unidade: milhares de euros</i>	
$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - NovosInvestimentos_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$	
(Financiamento Remunerado) FR_t =	359 789
FR_{t-1} =	359 754
(Capital Social ou Capital Estatutário realizado) $Capital_t$ =	250
$Capital_{t-1}$ =	250
(Novos Invest. com Expressão Material) $NovosInvestimentos_t$ =	0
Δ Endividamento = 0,01%	

5. PAGAMENTOS

A ENSE não se refere ao cálculo do prazo médios de pagamento (PMP) a fornecedores pelo que não se poder aferir sobre o cumprimento do estabelecido no n.º 9 do “Programa Pagar a Tempo e Horas”, anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro⁵.

6. CONCLUSÃO

A aprovação da proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para 2021-24” da ENSE requer a autorização de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro para:

- O aumento dos *Gastos com Pessoal (s/ órgãos sociais)* em 182 mil de euros (8%) de 2021 para 2022;
- A compra de quatro viaturas em 2022, sendo que duas viaturas serão para substituição de outras tantas unidades;
- O aumento dos *Gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel* em 140 mil euros (127%) de 2021 para 2022; e
- O aumento dos *Gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria* em 204 mil euros (46%) de 2021 para 2022,

que se entende estarem fundamentados.

É entendimento da UTAM não ser suscetível de aplicação à empresa a disposição sobre a evolução do rácio dos GO sobre o VN, devido à URP (que é responsável por 92% da atividade da empresa) estar obrigada a níveis mínimos de reservas e a apresentar um resultado tendencialmente nulo, sendo que parte substancial dos seus gastos e rendimentos é

⁵ Com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

determinada por fatores que lhe são alheios e a gestão das reservas é suportada pelos operadores de mercado.

A UTAM conclui que, neste caso e querendo, a proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para 2022-24” apresentada pela ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. reunirá as condições para merecer aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.

Sátiro Sanchez

Consultor